

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	64
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	134
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	138
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	139
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	142
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	143
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	60.302.033	61.817.640	58.630.771
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.689.039	3.346.193	3.444.451
1.01.01	Caixa	136.166	155.045	168.525
1.01.02	Aplicações de Liquidez	3.552.873	3.191.148	3.275.926
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	3.552.873	3.191.148	3.275.926
1.02	Ativos Financeiros	52.679.440	54.315.876	51.431.285
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	749.122	907.033	525.291
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	6.771	0	0
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	35.041.140	38.548.015	39.423.052
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	35.041.140	38.548.015	39.423.052
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	16.882.407	14.860.828	11.482.942
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	746.170	1.190.015	100.431
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	306.730	287.793	266.972
1.02.04.04	Operações de Crédito	15.087.271	12.343.059	10.035.283
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-855.502	-760.987	-693.931
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	1.597.738	1.800.948	1.774.187
1.03	Tributos	3.670.191	3.920.755	3.522.562
1.03.03	Outros	3.670.191	3.920.755	3.522.562
1.03.03.01	Crédito Tributário	3.153.765	3.381.973	3.066.241
1.03.03.02	Impostos e Contribuições a Compensar	516.426	538.782	456.321
1.05	Investimentos	1.261	1.412	1.592
1.05.05	Outros Investimentos	1.261	1.412	1.592
1.06	Imobilizado	259.849	232.683	230.318
1.06.01	Imobilizado de Uso	630.495	606.164	595.890
1.06.03	Depreciação Acumulada	-370.646	-373.481	-365.572
1.07	Intangível	2.253	721	563
1.07.01	Intangíveis	2.253	721	563

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	60.302.033	61.817.640	58.630.771
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	43.055.294	45.638.920	44.085.634
2.02.01	Depósitos	13.405.991	14.921.683	12.249.854
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	7.355.024	8.021.636	8.045.700
2.02.01.02	Depósitos à Vista	2.977.069	853.237	405.302
2.02.01.03	Depósitos de Poupança	1.001.068	4.050.698	2.633.831
2.02.01.04	Depósitos Interfinanceiros	2.072.830	1.996.112	1.165.021
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	2.224.293	8.728.417	1.551.725
2.02.02.01	Captações no Mercado Aberto	2.224.293	8.728.417	1.551.725
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	4.490	4.402	3.922
2.02.04	Outras Captações	27.420.520	21.984.418	30.280.133
2.02.04.01	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	6.694	1.178	46.107
2.02.04.02	Obrigações por Empréstimos	484.885	904.882	881.557
2.02.04.03	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	1.446.415	1.213.953	1.167.738
2.02.04.04	Obrigações por Repasses do Exterior	724.354	711.279	431.861
2.02.04.05	Obrigações para Fundos Financeiros e Desenvolvimento	20.624.190	15.185.623	23.656.478
2.02.04.06	Instrumento de Dívida Elegíveis a Capital	1.290.489	1.295.889	1.551.040
2.02.04.07	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.842.875	2.660.982	2.545.199
2.02.04.08	Outros Instrumentos Financeiros	618	10.632	153
2.03	Provisões	7.296.433	7.724.094	7.260.648
2.03.01	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	3.057.749	2.974.937	2.748.825
2.03.02	Passivos Atuariais	2.975.839	3.655.380	3.430.173
2.03.03	Provisão Para Contingências	782.459	693.617	562.437
2.03.04	Provisão para Pagamento a Efetuar	480.386	400.160	519.213
2.04	Passivos Fiscais	383.655	672.405	401.124
2.05	Outros Passivos	2.087.624	1.610.246	1.455.960
2.07	Patrimônio Líquido	7.479.027	6.171.975	5.427.405
2.07.01	Capital Social Realizado	6.293.460	5.569.988	3.813.000
2.07.03	Reservas de Reavaliação	13.280	13.671	13.726

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.07.04	Reservas de Lucros	2.179.304	1.668.959	2.651.514
2.07.04.01	Reserva Legal	526.411	445.486	394.525
2.07.04.02	Reserva Estatutária	1.652.893	1.223.473	2.256.989
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.007.017	-1.080.643	-1.050.835

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	5.004.147	3.946.066	5.489.910
3.01.01	Operações de Crédito	2.693.195	2.341.542	2.701.552
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2.174.162	1.040.617	2.548.592
3.01.03	Resultado com instrumentos Financeiros Derivativos	25.982	-10.479	47.343
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	92.302	556.099	167.308
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	18.506	18.287	25.115
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.836.545	-1.674.204	-2.583.776
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-656.273	-423.660	-858.758
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-1.180.272	-1.250.544	-1.725.018
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	3.167.602	2.271.862	2.906.134
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-334.807	-688.145	-471.301
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	-257.939	-423.793	-398.121
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	2.766.490	2.847.082	2.727.330
3.04.03	Despesas com Pessoal	-2.290.498	-2.175.475	-2.002.378
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-1.539.856	-1.357.234	-1.286.167
3.04.05	Despesas Tributárias	-419.486	-354.017	-326.982
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	2.467.367	2.257.754	2.070.803
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-1.060.885	-1.482.462	-1.255.786
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	2.832.795	1.583.717	2.434.833
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.116.221	-502.180	-592.902
3.06.01	Corrente	-1.251.886	-868.724	-626.672
3.06.01.01	Provisão para Imposto de Renda	-646.250	-479.898	-365.360
3.06.01.02	Provisão para Contribuição Social	-605.636	-388.826	-261.312
3.06.02	Diferido	135.665	366.544	33.770
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	1.716.574	1.081.537	1.841.931
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	1.716.574	1.081.537	1.841.931
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-98.081	-62.316	-105.246
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	1.618.493	1.019.221	1.736.685
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	18,739	11,801	20,107

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99.01	Lucro Básico por Ação	18,739	11,801	20,107
3.99.01.01	ON	18,7389	11,8005	20,10727

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	1.618.493	1.019.221	1.736.685
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	73.235	-29.863	-102.007
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-416.403	17.291	477.667
4.02.01.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-754.123	28.701	837.938
4.02.01.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	338.111	-11.355	-358.137
4.02.01.03	Realização da Reserva de Reavaliação	-471	-99	-3.879
4.02.01.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	80	44	1.745
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	489.638	-47.154	-579.674
4.02.02.01	Ganhos ou Perdas Atuariais	890.252	-85.734	-1.158.500
4.02.02.02	Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	-400.614	38.580	578.826
4.04	Resultado Abrangente do Período	1.691.728	989.358	1.634.678

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-2.371.977	-348.897	3.366.839
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	4.404.983	3.415.086	3.366.839
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	2.832.795	1.583.717	2.434.834
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	1.572.188	1.831.369	1.531.687
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	443.845	-1.089.584	197.872
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependências	153.594	-386.258	-32.798
6.01.02.03	Operações de Crédito	-3.008.217	-2.719.745	-693.774
6.01.02.04	Outros Créditos	897.405	627.796	24.331
6.01.02.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito ao Risco de Crédito	94.517	67.055	-12.761
6.01.02.06	Outros Ativos	-86.349	-115.383	690.247
6.01.02.07	Ativos Fiscais Diferidos	363.872	50.813	-1.340.672
6.01.02.08	Outros Valores e Bens	-39.242	-16.660	-4.431
6.01.02.09	Depósitos	-1.530.046	2.661.778	-581.480
6.01.02.10	Captações no Mercado Aberto	-6.504.124	7.176.692	170.245
6.01.02.11	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	5.516	-44.929	-56.771
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-174.458	348.957	-221.900
6.01.02.13	Instrumentos Financeiros Derivativos	-16.632	10.479	564.072
6.01.02.14	Outras Obrigações	-1.272.545	-2.159.807	-1.576.823
6.01.02.15	Provisões	-507.887	582.499	828.894
6.01.02.16	Rendas Antecipadas	-10.000	193.602	0
6.01.02.17	Outros Instrumentos Financeiros	5.614.907	-8.610.224	-1.089.464
6.01.02.18	Obrigações Fiscais Diferidas	-288.750	271.281	303.046
6.01.02.19	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-912.366	-609.754	-352.658
6.01.02.20	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-2.591	-489
6.01.03	Outros	0	0	-1.784
6.01.03.01	Estorno de Realização da Reserva de Reavaliação - Resolução CMN Nº 4.535	0	0	-1.573
6.01.03.02	Realização de Reserva de Reavaliação de junho de 2019-Resolução CMN Nº 4.535	0	0	-211
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.027.637	860.513	-3.526.519
6.02.01	Inversões em Investimentos	0	-9	-1

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.02	Inversões em Imobilizado de Uso	-44.800	-17.366	-25.854
6.02.03	Inversões em Intangível	-1.532	-158	-6.748
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-1.637	4.043	4.168
6.02.05	Alienação de Investimentos	150	189	19.385
6.02.06	Alienação (Baixa) de Imobilizado de Uso	3.532	2.251	7.758
6.02.07	Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda	3.071.924	871.563	-3.422.543
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-312.814	-609.874	-1.526.246
6.03.01	Dívida Subordinada Elegível a Capital	181.893	115.782	175.754
6.03.02	Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	-403.957	-165.989	-315.262
6.03.03	Pagamento de Dividendos	-7.543	-66.428	0
6.03.04	Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	-83.207	-243.239	-1.208.582
6.03.05	Amortização de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	0	-250.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	342.846	-98.258	-4.170.658
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.346.193	3.444.451	7.615.109
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.689.039	3.346.193	3.444.451

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.569.988	0	1.682.630	0	0	-1.080.643	6.171.975
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.569.988	0	1.682.630	0	0	-1.080.643	6.171.975
5.04	Transações de Capital com os Sócios	723.472	0	-723.472	0	-385.897	0	-385.897
5.04.01	Aumentos de Capital	723.472	0	-723.472	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-17.106	0	-17.106
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-368.791	0	-368.791
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	1.618.493	-416.012	1.202.481
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	1.618.493	0	1.618.493
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-416.012	-416.012
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-754.123	-754.123
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	338.111	338.111
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.233.426	0	-1.232.596	489.638	490.468
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.233.817	0	-1.233.817	489.638	489.638
5.06.01.01	Ganho e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	489.638	489.638
5.06.01.02	Constituição Reservas De Lucro	0	0	1.233.817	0	-1.233.817	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-471	0	1.301	0	830
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	80	0	-80	0	0
5.07	Saldos Finais	6.293.460	0	2.192.584	0	0	-1.007.017	7.479.027

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.813.000	0	2.651.514	0	0	-1.037.109	5.427.405
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-2.591	0	-2.591
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.813.000	0	2.651.514	0	-2.591	-1.037.109	5.424.814
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.756.988	0	-1.756.988	0	-242.183	0	-242.183
5.04.01	Aumentos de Capital	1.756.988	0	-1.756.988	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-242.183	0	-242.183
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	1.019.221	17.346	1.036.567
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	1.019.221	0	1.019.221
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	17.346	17.346
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	17.346	17.346
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	774.433	0	-774.447	-47.209	-47.223
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	774.433	0	-774.502	-47.154	-47.223
5.06.01.01	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-47.154	-47.154
5.06.01.02	Outras Reservas	0	0	774.433	0	-774.502	0	-69
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	55	-55	0
5.07	Saldos Finais	5.569.988	0	1.668.959	0	0	-1.066.972	6.171.975

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.844.000	0	2.291.370	0	28.471	-950.962	4.212.879
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-488	0	-488
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.844.000	0	2.291.370	0	27.983	-950.962	4.212.391
5.04	Transações de Capital com os Sócios	969.000	0	-969.000	0	-420.014	0	-420.014
5.04.01	Aumentos de Capital	969.000	0	-969.000	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-83.910	0	-83.910
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-336.104	0	-336.104
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	1.736.685	479.801	2.216.486
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	1.736.685	0	1.736.685
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	479.801	479.801
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	479.801	479.801
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.342.870	0	-1.344.654	-579.674	-581.458
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.343.123	0	-1.343.123	-579.674	-579.674
5.06.01.01	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-579.674	-579.674
5.06.01.02	Outras Reservas	0	0	1.343.123	0	-1.343.123	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-253	0	-1.531	0	-1.784
5.07	Saldos Finais	3.813.000	0	2.665.240	0	0	-1.050.835	5.427.405

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	8.919.180	7.144.647	8.634.136
7.01.01	Intermediação Financeira	5.004.147	3.946.066	5.489.910
7.01.02	Prestação de Serviços	2.766.490	2.847.082	2.727.330
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-257.939	-423.793	-398.121
7.01.04	Outras	1.406.482	775.292	815.017
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.836.545	-1.674.204	-2.583.776
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.484.295	-1.305.482	-1.237.200
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-100.892	-91.187	-92.492
7.03.02	Serviços de Terceiros	-834.987	-758.995	-687.731
7.03.04	Outros	-548.416	-455.300	-456.977
7.04	Valor Adicionado Bruto	5.598.340	4.164.961	4.813.160
7.05	Retenções	-14.102	-12.750	-11.608
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.102	-12.750	-11.608
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.584.238	4.152.211	4.801.552
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.584.238	4.152.211	4.801.552
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	5.584.238	4.152.211	4.801.552
7.09.01	Pessoal	2.083.855	1.950.210	1.833.148
7.09.01.01	Remuneração Direta	1.367.690	1.306.338	1.281.338
7.09.01.02	Benefícios	616.807	550.084	462.344
7.09.01.03	F.G.T.S.	99.358	93.788	89.466
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.840.431	1.143.778	1.194.361
7.09.02.01	Federais	1.793.120	1.098.273	1.150.552
7.09.02.02	Estaduais	55	61	72
7.09.02.03	Municipais	47.256	45.444	43.737
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	41.459	39.002	37.358
7.09.03.01	Aluguéis	41.459	39.002	37.358
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	1.618.493	1.019.221	1.736.685
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	368.791	242.183	335.796
7.09.04.02	Dividendos	17.106	0	84.218

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.232.596	777.038	1.316.671

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PALAVRA DO PRESIDENTE

O ano de 2021 teve como marcos grandes desafios e grandes entregas. Nosso time esteve focado em cumprir a missão institucional de “atuar como o banco de desenvolvimento da Região Nordeste”. Os números que alcançamos apontam para isso, mesmo em um ano ainda fortemente impactado pela crise sanitária. Portanto, somos gratos a cada colaborador, parceiro e cliente que esteve conosco na construção destes resultados.

Com foco na preservação das vidas, dos empregos e visando ser “reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região”, o Banco do Nordeste contratou no ano de 2021 um total de cinco milhões de operações de crédito que somaram R\$ 41,8 bilhões de recursos investidos, um acréscimo de 4,2% em relação exercício de 2020.

Tais dados se traduzem em impacto positivo na vida das pessoas, com estimada geração e/ou manutenção de 1,4 milhão de empregos nos nove estados do Nordeste, além de parte de Minas Gerais e do Espírito Santo, em decorrência do volume de contratações globais de empréstimos e financiamentos empreendidos pelo BNB em 2021. Estima-se também que os números de nossas contratações globais e suas repercussões econômicas, apontam elevação de R\$ 9,64 bilhões na massa salarial na área de atuação, R\$ 5,5 bilhões na arrecadação tributária, R\$ 59,97 bilhões no Valor Bruto da Produção e R\$ 34 bilhões de Valor Adicionado à Economia. Esse é o resultado que mais nos orgulha: o valor real do desenvolvimento que trabalhamos cotidianamente na prática.

As contratações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal *funding* da Instituição, por meio do qual foram realizadas, em 2021, mais de 651 mil operações, somaram R\$ 25,9 bilhões, valor ligeiramente superior ao contratado no ano anterior.

Os financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços, foram responsáveis por 67% dos recursos contratados, somando R\$ 28 bilhões em 655,3 mil operações - crescimentos de 5% e 0,3%, respectivamente, no valor contratado e na quantidade de operações. Enquanto os empréstimos de curto prazo, destinados principalmente ao microcrédito urbano (Crediamigo), entre outros produtos, atingiram o valor de R\$ 13,8 bilhões, com acréscimo de 2,8% em relação ao ano anterior, e representaram 33% do valor contratado no ano de 2021.

Dentre as contratações de curto prazo destaca-se o programa Crediamigo, que abrangeu 92,2% do volume total, com desembolso de R\$ 12,7 bilhões de recursos aplicados em 4,2 milhões de operações de microcrédito urbano e que movimentaram a economia da Região, refletindo em crescimento de 4,7% em relação a 2020. O Programa finalizou o ano com 2,4 milhões de clientes ativos, consagrando-se como líder no segmento e a impactante marca de 50 milhões de operações contratadas, desde o início de sua criação, dado que traduz a importância do Crediamigo para o desenvolvimento econômico e social. Mais um motivo de grande orgulho para nós, em saber o quão transformadora é esta atuação para tantos microempreendedores.

No campo, o papel do Agroamigo, nosso programa de microcrédito rural, também é fortemente transformador. Encerramos 2021 com a soma de R\$ 3,39 bilhões aplicados, distribuídos em 589,7 mil operações, 16,89% a mais em termos de valores em relação a 2020. A carteira do Programa Agroamigo alcançou 1,4 milhão de clientes ativos, em que 73% estão no Semiárido – área prioritária de nossa atuação desenvolvimentista.

Considerando o recorte geográfico prioritário, temos muito orgulho em afirmar que, no geral, aportamos R\$ 16,1 bilhões em financiamentos para empreendimentos situados no Semiárido, dos quais R\$ 7,41 bilhões relacionados a projetos de infraestrutura – fato muito significativo em prol de reduzir desigualdades regionais e promover a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

O apoio efetivo ao segmento das micro e pequenas empresas, que figura como uma de nossas prioridades corporativas, esteve refletido na contratação de R\$ 3,87 bilhões com

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MPEs, em 27,4 mil operações, acima da meta do período. O volume traduz os esforços desempenhados pelo Banco para a prospecção de negócios nesse segmento e de garantir fôlego aos micro e pequenos empreendedores, que tanto geram oportunidades de emprego e renda em nossa Região.

O Banco do Nordeste também se orgulha em ser o principal parceiro do Agronegócio em nossa área de atuação. O BNB responde por 55,7% do apoio creditício, contando com apenas 8,9% da rede bancária. Em 2021, registramos crescimento de 23,45% nas contratações do FNE no setor Rural, comparado ao ano anterior, fato que reforça a relevância da Agricultura e Pecuária para a economia da Região e do País. Somos também o principal agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na Região, contando com uma carteira ativa superior a R\$ 10,88 bilhões, que corresponde a 1,9 milhão de operações.

Em 2021, no segmento Agricultura Familiar foram contratadas 17.647 operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 675,8 milhões, dos quais, 70,8% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Comparando o resultado atingido em 2021 com o exercício anterior, registra-se um aumento de 19,59% no volume de recursos aplicados.

No ano de 2021 também trabalhamos forte em prol de regularizar mais de R\$ 3,16 bilhões de créditos inadimplidos que estavam em situação de prejuízo e/ou com atraso superior a 60 dias. Este montante importou na regularização de 86.501 operações com recursos do FNE e de 5.589 operações com outras fontes. As oportunidades de renegociações foram destinadas aos setores impactados pela pandemia de covid-19 e aos clientes que estivessem enfrentando dificuldade temporária de reembolso, em decorrência da persistência dos efeitos adversos decorrentes da crise sanitária na economia.

Em meio a todo esse cenário, o Banco do Nordeste tem mantido como direcionamento a melhoria contínua de seu desempenho financeiro e socioambiental, com ação diária balizada pela Agenda ESG (sigla em inglês para "environmental, social and governance" – ambiental, social e governança, em português, ASG) mantendo-se uma empresa rentável e que agrega valor à sociedade.

Dentre as várias atividades, no contexto ASG, realizadas pelo Banco, destacam-se: financiamentos concedidos a projetos voltados à sustentabilidade, fortalecimento e avanços na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e da Agenda ASG institucionalmente, além de apoio financeiro a diversos projetos sociais com recursos de incentivos fiscais.

O fomento ao crédito verde está entre nossas prioridades. Em 2021, por meio das referidas linhas de foram contratados R\$ 6,9 bilhões, em torno de 12 mil operações realizadas. Temos garantido apoio consistente à implementação de geração de energia por fontes renováveis.

Por meio do Programa FNE Verde Infraestrutura, foram contratados R\$ 6,2 bilhões em projetos de geração centralizada (solar e eólica). Na área de micro e minigeração de energia distribuída, destacam-se as contratações de 3.988 operações com Programa FNE Sol PF, voltado para a geração de energia residencial, totalizando R\$ 133,7 milhões. Desde a criação do programa em 2019, foram atendidas mais de 10 mil famílias, em 846 municípios, contribuindo para geração ou manutenção de mais de 2 mil empregos, e com retorno de R\$ 75,0 milhões em tributos para a sociedade. Destaca-se ainda que através do FNE Sol PF foi possível deixar de emitir mais de 65 mil ton/ano de gás carbônico na atmosfera. Já por meio FNE Sol PJ o Banco contratou R\$ 186,7 milhões com micro e pequenas empresas, oferecendo a oportunidade para elas gerarem a sua própria energia de forma limpa e sustentável, reduzindo seus custos, aumentando a sua competitividade e ainda contribuindo com o meio ambiente. Mais um dado que nos enche de orgulho em saber que temos agido no presente, em prol de deixarmos legados para as gerações futuras.

Nessa busca, estamos sempre conectados à inovação. O Banco do Nordeste tem investido na modernização de processos, produtos e serviços, transformando-se digitalmente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

e buscando proporcionar aos nossos clientes um atendimento cada vez mais ágil e satisfatório, com atenção aos princípios de integridade e ética que nos regem nossa governança. Nessa jornada de transformação digital, realizamos em 2021 várias entregas de projetos de Tecnologia da informação e comunicação (TIC), alguns deles de grande envergadura e que já estão gerando resultados, de forma a melhorar ainda mais a eficiência operacional e, ao mesmo tempo, otimizar a experiência do cliente.

Entre as inovações de 2021, cientes do papel do Banco como fomentador do desenvolvimento, lançamos o Programa FNE Saúde com condições exclusivas para as empresas poderem investir e se modernizar neste importante setor que teve sua demanda muito elevada por causa da pandemia. Em 2021, foram financiados, somente para micro e pequenas empresas, mais de R\$ 183,4 milhões por meio da linha de crédito. O Banco também oferece crédito para ideias inovadoras das micro e pequenas empresas, financiando, em 2021, R\$ 13,9 milhões para a melhoria do processo produtivo, redução de custos, otimização de processos e competitividade.

No rol de lançamentos inovadores de 2021, tivemos o Agroamigo NET. Trata-se de uma estratégia de financiamento direcionada à aquisição de Kits de conectividade rural para impulsionar a inclusão digital dos agricultores familiares na área de atuação do Banco. O desenvolvimento que buscamos passa pela conexão!

E temos muito orgulho em realizar todos estes feitos, com segurança corporativa e obtendo reconhecimento pelo zelo em nossas práticas. Em 2021, o Banco do Nordeste obteve o melhor índice de governança pública entre os cinco bancos federais recentemente avaliados pelo Tribunal de Contas da União, com nota 99,07%. O levantamento ressaltou as capacidades do BNB em liderança, estratégia e controle.

Ao final do exercício de 2021 e desta jornada de novidades, o Banco do Nordeste apresentou lucro líquido de R\$ 1.618,5 milhões, um aumento de 58,6% em relação ao valor apurado em 2020. No tocante ao resultado operacional o BNB alcançou R\$ 2.814,2 milhões, representando uma elevação de 81,4% em relação ao ano anterior. Vale ainda destacar que o índice de eficiência operacional do Banco em 2021 foi de 53,1%, o que significa uma evolução de 9,9 pontos percentuais comparado a dezembro/2020, fato que demonstra a capacidade do banco de expandir seus resultados com custos administrativos relativamente menores.

Em 2022, trabalharemos firme para seguirmos com entregas consistentes de valor, de forma inovadora e atenta à sustentabilidade em seus mais diversos aspectos. Agradecemos a confiança depositada em nosso trabalho e convidamos você a conhecer em detalhes o nosso resultado de 2021 nas próximas páginas.

José Gomes da Costa

Presidente

1. DESTAQUES

Apresentamos a seguir os destaques em resultados, iniciativas de responsabilidade socioambiental, produtos/serviços, parcerias e prêmios/reconhecimentos alcançados pelo Banco do Nordeste em 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados:

- Investimento de R\$ 41,77 bilhões em toda área de atuação no ano de 2021, distribuídos em 5,0 milhões operações de crédito. O valor contratado representa acréscimo de 4,2% em relação a 2020;
- Impacto na geração e/ou manutenção de 1,4 milhão de empregos na área de atuação do Banco do Nordeste, em decorrência do volume de contratações globais de empréstimos e financiamentos feitos pelo BNB em 2021;
- Fomento ao crédito verde. Em 2021, por meio das referidas linhas de foram contratados R\$ 6,9 bilhões, em torno de 12 mil operações realizadas;
- Contratação de R\$ 25,9 bilhões com recursos do FNE, alcançando mais de 651 mil operações de crédito contratadas, as quais estima-se que devem contribuir para gerar e/ou manter 1,2 milhão de empregos na área de atuação do Banco do Nordeste;
- Registro de aproximadamente R\$ 3,87 bilhões em contratações no segmento MPE, somando-se recursos internos e do FNE, o valor correspondente a 27,4 mil operações;
- Aporte de R\$ 16,10 bilhões em financiamentos para empreendimentos no Semiárido, representando 62,22% do total até então financiado, dos quais R\$ 7,41 bilhões relacionados a projetos de infraestrutura;
- Contratação de R\$ 8,35 bilhões com o setor de Infraestrutura, incluindo saneamento e logística;
- Desembolso de R\$ 12,68 bilhões, no programa Crediamigo, em 4,2 milhões de operações de microcrédito urbano. O Programa superou em 4,77% o volume de desembolsos em relação ao ano anterior e finalizou o ano com 2,4 milhões de clientes ativos e capacidade operacional média de 16,9 mil desembolsos ao dia;
- Elevação da carteira do Crediamigo em mais de R\$ 860 milhões (aumento de 15,8% em apenas 6 meses);
- Soma de R\$ 3,39 bilhões em aplicações do Agroamigo, investidos em 589,7 mil operações, 16,89% a mais em termos de valores em relação a 2020;
- Carteira ativa do Programa Agroamigo superior a R\$ 5,75 bilhões, com alcance de 1,4 milhão de clientes ativos, em que 75,71% estão no Semiárido;
- Crescimento de 23,45% nas contratações do FNE no setor Rural, comparado ao ano anterior, fato que reforça a relevância da Agricultura e Pecuária para a economia da Região e do País;
- Posicionamento como principal agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na Região.
- Aplicação de R\$ 4,07 bilhões no Pronaf, pulverizados em 607,4 mil operações. Isso representa crescimento de 17,15% em relação ao exercício anterior, no volume de contratações. Do total dos recursos aplicados, 74,91% foram destinados a financiamentos na região semiárida.
- Alcance de 14.846 clientes no segmento empresarial, composto por empresas com faturamento anual entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 400 milhões. Fato que caracteriza evolução de 8,4% frente ao número apresentado no final de 2020. Os desembolsos com recursos do FNE realizados no ano somaram R\$ 4,85 bilhões;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Aplicação de R\$ 5,16 bilhões nos territórios do Plano AgroNordeste, em mais de 125 mil operações. Atualmente são 16 territórios e 301 municípios beneficiados com o Programa.
- Investimentos de mais de R\$ 6,10 bilhões no Plano Safra 2021-2022, até o momento, representando um crescimento de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- Atuação no fortalecimento da agricultura irrigada na região Nordeste. Com o lançamento do Programa de Fomento à Agricultura Irrigada no Nordeste (Profinor), foram destinados mais de R\$ 479 milhões, que beneficiaram uma área de mais de 50 mil hectares;
- Manutenção do papel de principal agente de crédito do Agronegócio na área de atuação, respondendo por 55,7% dos financiamentos rurais realizados, conforme Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen);
- Apoio consistente à implementação de geração de energia por fontes renováveis. Por meio do Programa FNE Verde Infraestrutura, foram contratados R\$ 6,2 bilhões em projetos de geração centralizada (solar e eólica). Na área de micro e minigeração de energia distribuída, destacam-se as contratações de 3.988 operações com Programa FNE Verde Sol PF, voltado para a geração de energia residencial, totalizando R\$ 133,7 milhões;
- Regularização de mais de 86.501 mil operações com recursos do FNE e de 5.589 operações com outras fontes, repercutindo o valor global de 3,16 bilhões em dívidas renegociadas.
- Contratação de 1.085 operações num montante de R\$ 22,2 milhões, por meio do Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies), um acréscimo de 87% em relação ao montante contratado em 2020;
- Lucro Líquido acumulado no exercício de 2021 de R\$ 1.618,5 milhões, o que representa um aumento de 58,6% em relação ao apurado no exercício anterior;
- Resultado Operacional de R\$ 2.814,2 milhões, representando uma elevação de 81,4% em relação ao obtido em 2020.

Iniciativas de impacto socioambiental:

- Oportunidades de renegociações destinadas aos setores impactados e aos mutuários que estivessem enfrentando dificuldade temporária de reembolso em decorrência da persistência dos efeitos adversos decorrentes da pandemia de Covid-19;
- Celebração dos 50 anos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci), com formalização, no ano de 2021, de 20 instrumentos de convênio e termos de outorga, com aplicações no montante de R\$ 5,1 milhões, distribuídas entre oito estados da região Nordeste e o norte do estado do Espírito Santo, somando-se aos recursos investidos por meio do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Adicionalmente, estão reservados R\$ 25,5 milhões para aplicação em 61 projetos que se encontram na fase de análise técnica e formalização.
- Alocação de R\$ 16,0 milhões no lançamento de dois editais Fundeci em 2021. Foram R\$ 10,0 milhões para o Edital 01/2021 - Subvenção Econômica para Inovação em empresas, objetivando fomentar o desenvolvimento de soluções inovadoras para aumentar a capacidade de competição e a sustentabilidade, inclusive observando as melhoras práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), das empresas com faturamento anual de até R\$ 16 milhões, ou seja, com foco em MPEs e empresas de pequeno-médio porte; E R\$ 6,0 milhões destinados ao Edital 02/2021 - Subvenção

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Econômica - Programa de Educação Empreendedora, lançado no mês dezembro, destinado a ao apoio financeiro de Aceleradoras de empresas startups.

- Seleção de 15 projetos que propõem melhor uso de água e saneamento por meio de Edital do Fundeci;
- Investimento de aproximadamente R\$ 921,8 milhões nas atividades econômicas prioritizadas no Programa de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste (Prodeter) em 2021, ano em que o Programa teve 178 Territórios/Projetos em andamento, divididos em quatro fases, e contou com cerca de 10.263 participantes;
- Seleção de trinta e cinco projetos sociais, apoiados pelo Fundo da Infância e Adolescência (FIA), Fundo dos Direitos do Idoso, Lei de Incentivo ao Esporte, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas). Somados, foram investidos aproximadamente R\$ 10,5 milhões, distribuídos entre 8 estados nordestinos.
- Campanha do BNB "Amigos do Meio Ambiente" debate uso consciente de água e energia limpa;
- Campanha do BNB "Juntos pela Vida" arrecada mais de 100 toneladas de alimentos;
- Campanha Natal Social distribuiu mais de 92 toneladas de alimentos;
- Criação do Grupo de Trabalho de Governança, Social e Ambiental, com objetivo de elaborar recomendações para a alta administração com foco na inserção aprofundada dos conceitos de ESG no Banco do Nordeste;
- Lançamento do Crediamigo Delas, linha de crédito exclusiva para público feminino.

Produtos/Serviços:

- Realização de mutirões digitais de renegociação de dívidas dos programas Crediamigo e Agroamigo;
- Oferta de opção de débito automático para clientes Crediamigo;
- Banco disponibiliza para empresas quitação ou renegociação de dívidas do Finor;
- Lançamento do Crediamigo Digital, com inclusão do Pix/QR Code no App, o WhatsApp Crediamigo e assinatura eletrônica;
- Profinor - MAPA e Banco do Nordeste lançam programa de fomento à agricultura irrigada da Região;
- Lançamento da linha de financiamento FNE Saúde;
- Lançamento de cartilha para incentivar inovação por MPes;
- Lançamento do AgroamigoNet e do WhatsApp Agroamigo, como estratégias de inclusão digital e ampliação e padronização do atendimento remoto aos clientes;
- Ampliação de autoatendimento em terminais compartilhados com Rede Saque e Pague;
- Lançamento do FNE Agro Conectado, linha digital voltada ao financiamento de soluções de telecomunicações, com foco em conectar pessoas e "coisas" no meio rural;
- Disponibilização de novo instrumento normativo para prorrogação das dívidas das atividades mais afetadas pela pandemia, via renegociação digital;
- Lançamento do cartão BNB Agro Pecuária;
- Parceria com Ministério do Turismo para disponibilização de R\$ 500 milhões do Fungetur.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

•

Parcerias:

- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
- Renovação de acordos de parceria com franqueadores;
- Realização do XXVI Encontro Regional de Economia, em parceria com a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec);
- Promoção de eventos virtuais de capacitação para segmento de cajucultura com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);
- Assinatura de acordo de cooperação com a Acert para modernizar emissoras de rádio e TV;
- Promoção de treinamento sobre crédito rural com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar);
- Capacitação com a Embrapa sobre caprino e ovinocultura;
- Lançamento de App Mais BNB Icatu para facilitar venda de seguros na rede de agências;
- Banco do Nordeste passa a integrar quadro de empresas associadas ao Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
- Agroamigo e Water.org renovaram acordo de cooperação para viabilizar acesso à água, aplicando R\$ 96,6 milhões nesse segmento no ano de 2021.
- BNB lança pacote de medidas de apoio aos atingidos pelas enchentes na Bahia e em Minas Gerais;

Prêmios/Reconhecimentos:

- FNE Sol Pessoa Física do Banco do Nordeste vence Prêmio Alide Verde por contribuição ao meio ambiente;
- Banco do Nordeste recebe certificado de governança do Ministério da Economia;
- Entregas do Prêmio Banco do Nordeste de Jornalismo em Desenvolvimento Regional 2020 em todos os estados da área de atuação;
- Reconhecimento de clientes, com entrega do Prêmio Banco do Nordeste da Micro e Pequena Empresa (Prêmio MPE 2021), em todos os estados o Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo;
- Entrega dos Prêmios Banco do Nordeste de Microfinanças e Agricultura Familiar, em todos os estados da área de atuação, enaltecendo casos de sucesso de clientes;
- Melhor Ouvidoria: o Banco do Nordeste alcançou o melhor índice do País no “Ranking de Qualidade de Ouvidorias”, publicado pelo Banco Central (Bacen), na categoria das 10 (dez) maiores instituições financeiras em número de clientes, nos 2 (dois) primeiros trimestres de 2021;
- Melhor índice de governança pública entre os cinco bancos federais avaliados pelo Tribunal de Contas da União, com destaque para capacidades do BNB em liderança, estratégia e controle. A instituição alcançou a nota 99,07%.
- Entre as 382 organizações avaliadas pelo TCU em relação à adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, o Banco ficou entre as 11 organizações melhores avaliadas pelo tribunal.
- O Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) do Banco do Nordeste recebeu nota máxima em auditoria realizada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em 2021. A pontuação média das empresas do setor financeiro, avaliadas pela auditoria, foi de 95,9 pontos e o Banco do Nordeste obteve 100 pontos. Foram avaliadas 900 instituições financeiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

2.1 Planejamento Empresarial

Atuar como o banco de desenvolvimento da região Nordeste, do norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e do norte do Espírito Santo traduz a principal estratégia do Banco do Nordeste, que está diretamente ligada à sua missão institucional e desenvolvimentista. Com esse direcionamento estratégico, o Banco do Nordeste constrói seu planejamento à luz da análise de cenários e de tendências, da reflexão dos resultados alcançados e do mapeamento de riscos e oportunidades de estratégias.

O Planejamento Empresarial do Banco do Nordeste é composto pelo planejamento estratégico e pelos planos tático e operacional, traduzidos nos Programas de Ação e Gestão de Projetos, por meio dos quais se realiza o alinhamento estratégico na Instituição, direcionando os recursos e esforços na gestão e otimização dos resultados.

As ações corporativas alinhadas às estratégias que promovem as transformações internas são traduzidas em programas de ação e projetos com indicadores e metas que são monitorados, avaliados e atualizados de maneira sistematizada.

As definições estratégicas que alicerçam as ações empreendidas pelo Banco do Nordeste são:

Missão: Atuar como o banco de desenvolvimento da região Nordeste.

Visão: Ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região.

Princípios: Meritocracia, Foco nos Clientes e Resultados, Inovação e Integridade.

Valores: Justiça, Governança, Honestidade, Sustentabilidade, Igualdade, Democracia, Compromisso, Respeito, Cooperação, Confiança, Disciplina, Civilidade e Transparência.

Mapa estratégico: O Mapa Estratégico Corporativo do Banco do Nordeste, apresentado na Figura 1, comunica a estratégia da Instituição com base no seu modelo de gestão, em consonância com a missão e visão. Esse mapa contempla as dimensões do resultado de efetividade, eficácia e eficiência; os elementos estratégicos de impactos, resultados, produtos, atividades e insumos e seus embasamentos na ética e conformidade, com suporte por meio do monitoramento e da avaliação.

Figura 01 - Mapa Estratégico do Banco do Nordeste

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Agenda 2030: formulada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, foi composta por 17 Objetivos Sustentáveis de Desenvolvimento (ODS) e 169 metas a serem atingidos até 2030. Os ODS, listados na Figura 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), foram construídos em um processo de negociação mundial, que teve início em 2013 e contou com a participação do Brasil em suas discussões tendo se posicionado de forma firme em favor de contemplar a erradicação da pobreza como prioridade entre as iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável. A agenda formulada pela Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável foi considerada na definição do Mapa Estratégico do Banco, alinhando seus resultados e impactos a seis Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, conforme dispõe o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Alinhamento dos Resultados e Impactos aos ODS

RESULTADO/IMPACTO	ODS
Inclusão Financeira	1 - Erradicação da pobreza
Solidez e Sustentabilidade	17 - Parcerias e meios de implementação
Crédito Espacialmente e setorialmente distribuído	8 - Trabalho decente e crescimento econômico
Geração de Emprego e Renda	
Redução de Desigualdades	10 - Redução das desigualdades
Competitividade das Empresas Nordestinas	9 - Indústria, inovação e infraestrutura
Sustentabilidade Ambiental	11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Figura 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Além dos ODS relacionados no Quadro 1, registre-se que o Programa Agroamigo do Banco do Nordeste alinha-se aos ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável; 5 - Igualdade de gênero e 12 - Consumo e produção responsáveis.

Com relação às Diretrizes Estratégicas, cabe destacar que as ações do Banco do Nordeste são norteadas por cinco diretrizes:

- a) Fazer o FNE cada vez melhor;
- b) Avançar na liderança do microcrédito;
- c) Ser o Banco do micro, pequena e média empresa;
- d) Inovar em processos produtos e serviços;
- e) Valorizar as competências humanas e a satisfação dos clientes.

2.2 Modelo de Negócios

O modelo de negócios do Banco do Nordeste está estruturado em segmentos, produtos e linhas de negócio voltados ao crédito para desenvolvimento da sua área de atuação:

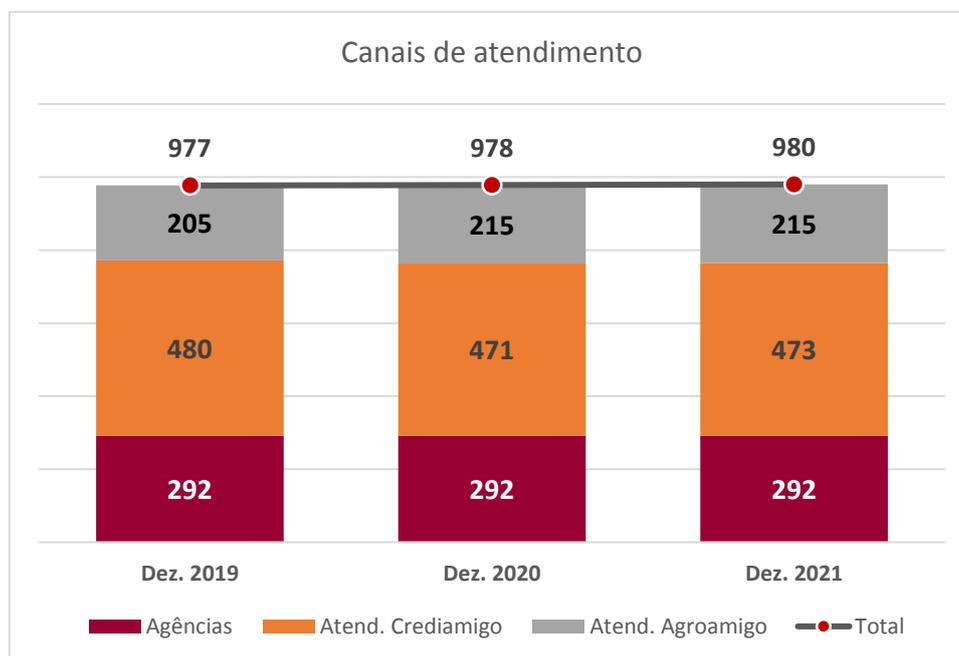
- a) Segmentos de clientes: atende empresas de todos os portes (*corporate*, grande, média, MPE), segmentos do setor rural (agronegócio, pequeno e miniprodutor rural e agricultura familiar), setor de microfinanças (urbana e rural) e segmentos pessoa física, entidades representativas e Governo, este último para atender instituições da administração pública direta e indireta.
- b) *Portfólio* de produtos e serviços abrange:
 - ✓ Operações de infraestrutura;
 - ✓ Operações de crédito para micro, pequenas, médias e grandes empresas, incluindo:
 - Operações industriais para aquisição de máquinas, equipamentos e matérias-primas e para modernizações de plantas, entre outros;
 - Operações comerciais a empresas de varejo, de atacado e de serviços;
 - Operações rurais, inclusive agronegócio;
 - Operações de microcrédito para empreendedores urbanos e agricultores familiares.
 - ✓ Gestão de *portfólio* e análise de crédito para fundos e programas do governo;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ✓ Serviços bancários, que consistem na oferta de contas de poupança, depósitos à vista e a prazo, custódia de títulos, operações de câmbio, transferências eletrônicas, serviços de cobrança, cartão de crédito, entre outros;
 - ✓ Operações de Mercado de Capitais, com a estruturação e distribuição de títulos e valores mobiliários locais de curto e longo prazos como debêntures, notas promissórias, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (Fidc), entre outros;
 - ✓ Gestão de ativos de terceiros, consistindo na gestão de fundos de investimento para pequenos, médios e grandes investidores.
- c) Linhas de negócio:
- ✓ Crédito Especializado;
 - ✓ Crédito para Infraestrutura;
 - ✓ Crédito para Microfinança Urbana;
 - ✓ Crédito para Microfinança Rural.

Para alcançar melhor cobertura geográfica e identificar oportunidades de potencializar seus negócios, o Banco realiza sistematicamente estudos de dimensionamento de mercado. O Banco do Nordeste finalizou 2021 com 292 agências, 688 unidades de microcrédito, sendo, 473 unidades de microcrédito urbano e 215 unidades de microcrédito rural, totalizando 980 pontos físicos de atendimentos, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Canais de Atendimento Presencial do Banco do Nordeste



Fonte: Banco do Nordeste - Ambiente de Marketing e Diretoria de Negócios

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.3 Cenário Macroeconômico

Cenário Mundial

A pandemia de Covid-19 provocou impactos econômicos semelhantes à ocorrida na Grande Depressão de 1929. A crise econômica, observada em quase todos os países em 2020, foi decorrente, em grande parte, do nível de espraiamento da pandemia da Covid-19, que exigiu a implementação de uma série de medidas, como a restrição de mobilidade da população, que afetou fortemente as atividades econômicas, sobretudo àquelas relacionadas aos serviços; além das repercussões, seja no comércio local ou internacional.

Após retrair 3,2% em 2020, a economia global, em razão do avanço da vacinação e do relaxamento de medidas sanitárias, voltou a apresentar crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) em 2021, na ordem de 6,0%, conforme estimativas do Fundo Monetário Internacional – FMI. É de se ressaltar que os efeitos negativos da pandemia ainda são observados, mas com impactos relativos em menor patamar, quando comparado a 2020.

Para o FMI, os efeitos da pandemia da Covid-19 foram amenizados, em razão das políticas fiscal, monetária e regulatória, que foram adotadas por diferentes nações, que ajudaram na renda das famílias e mitigaram problemas relacionados ao fluxo de caixa das empresas.

O PIB da América Latina e Caribe, uma das regiões mais afetadas na economia, depois de apresentar redução de 7,0% em 2020, o FMI projetou crescimento de 5,8% em 2021. A crise na Região decorreu, fundamentalmente, pela redução no comércio internacional; queda abrupta das atividades industriais e de serviços; intensificação da aversão ao risco, com agravamento das condições financeiras; menor demanda por serviços turísticos; e redução de remessas internacionais. No 1º semestre de 2021, já se verificou aumento do fluxo comercial, aumento da confiança e atividade econômica em processo de retomada.

Entre as economias avançadas, os Estados Unidos ultrapassaram o nível do PIB pré-Covid ainda no ano de 2021, enquanto muitos outros países avançados retornarão ao seu nível pré-Covid apenas em 2022. Vale destacar a China, que já retornou o PIB ao nível pré-covid em 2020.

Uma vez que a crise sanitária for superada, o FMI recomenda que os esforços das políticas econômicas possam se concentrar na construção de economias mais verdes, tanto para impulsionar a recuperação econômica, quanto para aumentar o produto interno potencial. Ainda recomenda o Fundo, que os países também devem cooperar na mitigação das mudanças climáticas, ampliar a digitalização, modernizar a tributação internacional das empresas, limitar a transferência de lucros entre países e combater a evasão de divisas.

Cenário Nacional

Diante do cenário de pandemia, com um choque econômico de alto impacto, a economia brasileira entrou no campo negativo, no principal indicador de atividade econômica, o Produto Interno Bruto (PIB), recuou 3,9% em 2020.

No ano de 2021, no acumulado de janeiro a setembro, em decorrência do avanço da vacinação e a flexibilização das medidas sanitárias, a atividade econômica brasileira avançou 5,7%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, segundo o IBGE. O PIB Industrial, com crescimento de 6,5%, foi o destaque na recuperação econômica na primeira parte do ano. Os Serviços, que detêm maior peso no PIB, após contração de 4,3% em 2020, registram avanço de 5,2% nos 3 trimestres de 2021. O PIB da Agropecuária apresentou crescimento de 3,8% em 2020, mas em razão de questões climáticas, bem como da elevada base de comparação do ano anterior, registrou leve recuo de 0,1% nos primeiros nove meses de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Quanto às projeções do Produto Interno Bruto (PIB), estima-se crescimento econômico da economia nacional de 5,0% em 2021¹; variação positiva em 2022 (+0,6%) e 2023 (+2,0%), além de crescimento de 2,5% a partir de 2024.

Tabela 1 – Brasil – Projeções de indicadores macroeconômicos selecionados – 2021 a 2026

Indicadores	2021	2022	2023	2024	2025	2026
PIB (% a.a.)	5,00 ¹	0,60	2,00	2,50	2,50	2,50
IPCA (% a.a.)	10,06	5,00	3,60	3,00	3,00	3,00
Taxa Selic (% a.a.)	9,25	10,75	7,25	6,75	6,50	6,50
Taxa de Câmbio(R\$/US\$)	5,58	5,50	5,25	5,20	5,21	5,21
TLP (% a.a.)	4,10	5,45	5,44	4,28	4,23	4,23

Fonte: BNB/Etene.

Cenário Regional (Nordeste)

Em 2020, sob efeitos da pandemia da Covid-19, o Brasil e o Nordeste sofreram consequências graves da crise sanitária, com impactos negativos na produção e consumo, que repercutiram no mercado de trabalho, com a precarização e a ampliação da informalidade. A crise sanitária, além de impactar negativamente o mercado de trabalho, reverberou nas atividades de comércio, turismo e serviços em geral, que compõem substancial parcela do PIB do Nordeste e Estados.

Para o recorte estadual, em 2021², ano de recuperação econômica, estima-se que os destaques na atividade econômica, com crescimento superior ao Brasil, conforme aponta o Etene, serão os estados do Piauí (+13,2%), Maranhão (+9,3%), Espírito Santo (+8,8%) e Minas Gerais (+5,8%).

2.4 Projetos Estratégicos

A seguir destacam-se as principais entregas de alguns dos projetos estratégicos mais relevantes do Banco em 2021. Os projetos estratégicos contribuem para produção de inovações em produtos, processos e serviços do Banco para seus clientes.

Projeto Estratégico Pagamento Instantâneo PIX

O Projeto tem como objetivos, dentre outros, definir estratégia de negócio e inovação para adesão aos ecossistemas dos Pagamentos Instantâneos, assim como desenvolver as soluções de TI para viabilizar a integração do Banco do Nordeste, conforme estabelecido em atos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

As principais entregas do projeto no ano de 2021 foram as seguintes:

- Agendamento de PIX cobrança com vencimento;
- Notificação de Infração;
- Pagamento com QR Code;
- PIX Saque e Pix Troco;
- PIX Cobrança.

¹ O IBGE publicará o PIB do Brasil de 2021 em 04/03/2022.

² O IBGE divulgará o PIB oficial das Regiões e Estados em novembro de 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Projeto Estratégico Plataformas Digitais Crediamigo

O Projeto tem como objetivo produzir um salto de qualidade e eficiência na lógica de negócio operacional no Programa Crediamigo, para atender às demandas do ambiente de negócio e aos seus processos de concessão, administração e recuperação de crédito.

Os benefícios alcançados pelo projeto em 2021 foram os seguintes:

- a) Redução dos custos de deslocamento dos assessores de crédito;
- b) Diminuição das despesas com arquivamento de dossiês e manutenção de arquivos;
- c) Redução do uso de papel para impressão e fotocópias de documentos;
- d) Venda de produtos/serviços diversos aos clientes que optarem por receberem o desembolso da operação via TED;
- e) Venda de produtos/serviços aos correntistas do microcrédito que possuam movimentação em conta corrente;
- f) Automatização da análise e deferimento das 'Propostas de Crédito'.

2.5 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é constituído por recursos públicos destinados ao financiamento de atividades produtivas e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, constituída pela região Nordeste e por municípios do norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste consolida sua atuação enquanto banco de desenvolvimento da região Nordeste, apoiando empreendimentos produtivos e políticas públicas que impactam as comunidades urbanas e rurais nordestinas, por meio de sua ação creditícia e de fomento.

A ação de crédito com recursos do FNE é norteada por regulamentação específica, direcionando o apoio a prioridades para o desenvolvimento regional e constitui política pública de financiamento, com programação anual de aplicação estabelecida pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel), a partir da elaboração do Banco do Nordeste de forma participativa com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), representações dos setores produtivos, órgãos de apoio e entidades governamentais nos estados.

Assim, a alocação dos recursos em termos de público beneficiário, área e setor econômico, vincula-se ao alcance dos objetivos do Fundo, às demandas dos estados e aos resultados esperados da ação do BNB enquanto operador e administrador dessa fonte de recursos.

2.5.1 Ativos FNE

Os ativos do FNE totalizaram R\$ 107,84 bilhões ao final do exercício de 2021, apresentando crescimento de 12,0% em comparação com o volume de R\$ 96,27 bilhões alcançado no mesmo período do ano anterior. O saldo das disponibilidades de recursos do FNE, ao término do exercício, atingiu R\$ 2,73 bilhões, representando redução de 24,0% em relação ao saldo existente no final de 2020. Enquanto isso, os saldos a desembolsar comprometidos relativos a operações de crédito anteriormente contratadas totalizaram R\$ 16,98 bilhões, valor 40,4% maior que os R\$ 12,09 bilhões existentes em dezembro/2020. O saldo de valores de operações de crédito também cresceu em relação a 2020, apresentando aumento de 7,6% e valor de R\$ 85,14 bilhões, líquidos de provisões (R\$ 79,13 bilhões em dezembro/2020). Tais variações foram influenciadas pelo expressivo volume de contratações de operações de crédito com recursos do Fundo (R\$ 25,88 bilhões em 2021), bem como pelos encargos financeiros contabilizados no exercício (R\$ 7,25 bilhões) e os bônus de adimplência do período (R\$ 1,12 bilhão).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.5.2 Contratações

Baseado na Programação Anual do FNE, o Banco do Nordeste contratou financiamentos, em 2021, no montante de R\$ 25,88 bilhões, cuja distribuição por Estado (rateio) está detalhada na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 - BNB/FNE - 2021: Financiamentos (R\$ milhões)

UF	FNE, Exceto Saneamento e Logística		FNE Saneamento e Logística		Total Valor Contratado
	Valor Contratado	%	Valor Contratado	%	
AL	899,74	3,6	0	0	899,74
BA	7.049,56	28,6	172,7	14,3	7.222,26
CE	2.568,85	10,4	0	0	2.568,85
ES	362,92	1,5	0	0	362,92
MA	2.100,28	8,5	26,17	2,2	2.126,45
MG	1.776,81	7,2	0	0	1.776,81
PB	1.551,43	6,3	282,07	23,4	1.833,50
PE	2.110,02	8,6	508,91	42,2	2.618,93
PI	2.978,21	12,1	0	0	2.978,21
RN	2.454,23	9,9	0	0	2.454,23
SE	824,37	3,3	216	17,9	1.040,37
Total	24.676,42	100	1.205,85	100	25.882,27

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

De acordo com as Diretrizes da Programação FNE 2021, a apuração das contratações por Estado, exclui os financiamentos às infraestruturas de saneamento básico e de logística.

A apuração da execução do FNE sob o prisma dos setores de atividade econômica também exclui aquelas infraestruturas. De acordo com a Tabela 4 a seguir, foram contratados R\$ 9,47 bilhões para o Setor Rural (Agricultura e Pecuária); aos demais setores (Comércio e Serviços, Indústria, Agroindústria, Turismo, Infraestrutura e Pessoa Física) foram contratados R\$ 15,20 bilhões.

No setor de Infraestrutura, exceto saneamento e logística, o montante contratado foi R\$ 7,15 bilhões, o que representa aproximadamente 28,99% desse total aplicado na Região. De acordo com a Programação FNE 2021, para as infraestruturas de saneamento básico e de logística, em particular, foi programado um orçamento específico de R\$ 1,20 bilhão e, que foram inteiramente utilizados em 8 operações contratadas nesses segmentos de infraestrutura.

Com relação ao Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies), foram contratadas 1.085 operações num montante de R\$ 22,2 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tabela 4 - FNE: Contratações por Setor Econômico (R\$ milhões)**

Setor	2020		2021		Variação % Valor 2021/2020
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Rural ⁽¹⁾	590.877	7.673,39	616.549	9.473,03	23,45
Agroindustrial	493	448,87	388	371,04	-17,34
Comércio e Serviços	107.101	8.374,31	24.642	5.508,51	-34,22
Industrial	6.050	2.051,80	3.457	1.596,95	-22,17
Turismo	2.004	532,72	909	416,62	-21,79
Infraestrutura ⁽²⁾	70	6.326,08	83	7.154,34	13,09
Pessoa Física ⁽³⁾	4.529	124,69	5.073	155,93	25,06
Total	711.124	25.531,86	651.101	24.676,42	-3,35

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Notas: ⁽¹⁾ Rural - engloba os setores Agricultura e Pecuária. ⁽²⁾ Exclui Saneamento e Logística, **em 2021** ⁽³⁾ Inclui FNE P-Fies e FNE Sol.

Do ponto de vista da sustentabilidade, a atuação do BNB merece destaque pelo apoio consistente à implementação à infraestrutura de geração de energia por fontes renováveis. No 2º semestre de 2021, por meio do Programa FNE Verde Infraestrutura, foram contratados R\$ 6,20 bilhões em projetos de geração centralizada (solar e eólica). Na área de micro e minigeração de energia distribuída, destacam-se as contratações de 3.988 operações com Programa FNE Verde Sol PF, voltado para a geração de energia residencial, totalizando R\$ 133,7 milhões.

Em comparação com o ano de 2020, a execução do FNE em relação a 2021, teve uma retração de 3,35%. Esse resultado decorre do fato em que alguns setores sofreram retrações significativas nos financiamentos, sobretudo Comércio e Serviços, Indústria, Turismo e Agroindústria. Contudo, a forte expansão das contratações nos setores Rural e da Infraestrutura compensaram a queda da demanda por crédito daqueles setores. Um aspecto a ser considerado seria o perfil desfavorável da conjuntura econômica precipitado pela continuidade da pandemia da covid-19, no qual as operações de financiamento ao setor de Comércio e Serviços - historicamente um grande demandante de recursos do FNE - foram fortemente impactadas, a exemplo do que vem ocorrendo com Indústria, Turismo e agroindústria.

Observa-se que mesmo diante do efeito deletério provocado pela pandemia do Covid-19 sobre o nível de atividade, as contratações do FNE no setor Rural tiveram um aumento de 23,45%, comparado com o mesmo período do ano anterior, o que reforça o papel da Agricultura e a Pecuária para a economia da região e do país. Destacam-se também as inversões em infraestrutura, as quais parecem sofrer uma sazonalidade, com alternância na maturação dos seus projetos, que na perspectiva de realização demoram mais tempo para acontecer.

A execução da programação do FNE é aderente à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a qual preconiza o apoio a subespaços regionais, objetivando reduzir desigualdades regionais e promover a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, até dezembro de 2021 foram realizadas operações em 1.993 municípios, representando 96,09% do total de municípios da área de abrangência³ do FNE e o

³ A área de abrangência da Sudene passou de 1.990 para 2.074 municípios (Lei Complementar nº 185/2021, de 06/10/2021).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

financiamento de R\$ 16,10 bilhões para empreendimentos no Semiárido, 62,22% do total até então financiado, dos quais R\$ 7,31 bilhões relacionados a projetos de infraestrutura.

Os financiamentos às microrregiões prioritárias (os municípios de baixa e média renda, em qualquer dinamismo), subespaços também previstos na PNDR, atingiram um montante de R\$ 21,95 bilhões, cerca de quase 84,80% dos financiamentos do FNE até dezembro de 2021, incluindo nesse montante o valor financiado para infraestrutura.

Aos portes prioritários, por sua vez, foram direcionados (exceto as infraestruturas de Saneamento básico e logística) R\$ 12,48 bilhões, distribuídos em 648.244 operações de financiamento. Apesar do desempenho positivo da atuação do Banco do Nordeste nos setores de infraestrutura, rural e pessoa física urbana, a incerteza dos agentes perante o atual cenário sinaliza a importância do papel contracíclico das instituições financeiras públicas, por meio de suas fontes e programas de financiamento.

2.5.3 Estimativas de Impactos Econômicos

Tendo por base um exercício com a utilização da Matriz Insumo Produto Regional, estima-se que os R\$ 25,9 bilhões contratados com recursos do FNE em 2021 devem contribuir para gerar e/ou manter 1,2 milhão de empregos na área de atuação do Banco do Nordeste (Tabela 5). Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais), ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise. Levando-se em conta as contratações globais do BNB em 2021, estima-se que os empréstimos e financiamentos contribuíram para gerar e/ou manter 1,4 milhão de empregos na área de atuação do Banco do Nordeste (Tabela 6).

Ainda conforme a Tabela 5, com enfoque no FNE e seus impactos econômicos, as estimativas apontam incremento de R\$ 8,57 bilhões na massa salarial da sua área de atuação, R\$ 4,93 bilhões na arrecadação tributária, R\$ 53,27 bilhões no Valor Bruto da Produção e R\$ 30,44 bilhões de Valor Adicionado à Economia. Na Tabela 6, onde se verificam os números de contratações globais do BNB e suas repercussões econômicas, as estimativas apontam elevação de R\$ 9,64 bilhões na massa salarial da sua área de atuação, R\$ 5,50 bilhões na arrecadação tributária, R\$ 59,97 bilhões no Valor Bruto da Produção e R\$ 34,03 bilhões de Valor Adicionado à Economia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tabela 5 - Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do FNE 2021
R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas ⁽¹⁾**

Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do FNE¹								
Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Infraestrutura	Comércio	Serviços	Total
Valor Total Contratado em 2021 (R\$ Milhões)	4.132,1	5.342,9	367,7	1.911,5	8.360,2	3.124,6	2.643,4	25.882,3
Resultados por Setor - Área de Atuação do Banco do Nordeste								
Valor Bruto da Produção ²	8.196,0	11.164,5	821,7	3.964,2	17.080,5	6.468,5	5.570,2	53.265,5
Valor Agregado/Renda ³	5.138,2	6.115,3	322,3	1.704,6	9.648,3	4.225,1	3.283,1	30.436,9
Salários	1.331,4	1.694,1	111,6	550,0	2.492,7	1.324,3	1.068,0	8.572,3
Tributos	508,6	855,5	82,7	496,4	2.269,8	275,2	441,7	4.929,9
Empregos (Nº de pessoas) ⁽⁴⁾	261.419	553.693	11.184	36.884	155.244	116.615	81.325	1.216.363
Resultados por Setor - Brasil⁽⁵⁾								
Valor Bruto da Produção ²	16.163,1	22.165,2	1.625,6	7.627,0	33.160,3	12.309,2	10.574,3	103.624,8
Valor Agregado/Renda ³	8.796,3	11.147,9	694,0	3.404,0	17.303,2	6.977,9	5.631,1	53.954,5
Salários	2.592,3	3.412,6	237,2	1.138,6	5.108,5	2.285,4	1.885,9	16.660,5
Tributos	1.297,0	1.945,2	158,4	854,5	3.886,4	858,7	947,1	9.947,3
Empregos (Nº de pessoas) ⁽⁴⁾	305.792	620.075	16.176	56.743	243.979	150.390	109.944	1.503.099
Investimento para gerar 01 emprego (R\$)	13.512,7	8.616,5	22.728,9	33.686,7	34.266,0	20.776,3	24.043,4	17.219,3

Fonte: Banco do Nordeste/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE. Notas: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (renda), a partir da aplicação dos recursos. (2) Somatório de todos os bens e serviços produzidos no período. (3) Valor dos bens produzidos, deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros, utilizados na produção. (4) Empregos formais e informais. (5) Somatório dos impactos produzidos no Brasil, considerando-se, também, o efeito transbordamento.

Tabela 6 - Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações Globais do Banco do Nordeste em 2021 R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas ⁽¹⁾

Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do BNB¹								
Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Infraestrutura	Comércio	Serviços	Total
Valor Total Contratado em 2019 - Milhões	4.170,0	6.836,5	367,7	2.803,5	8.360,2	3.594,8	2.967,2	29.099,9
Resultados por Setor - Área de Atuação do Banco do Nordeste								
Valor Bruto da Produção ²	8.271,2	14.285,6	821,7	5.814,2	17.080,5	7.442,0	6.252,4	59.967,6
Valor Agregado/Renda ³	5.185,3	7.824,9	322,3	2.500,0	9.648,3	4.861,0	3.685,2	34.027,1
Salários	1.343,7	2.167,7	111,6	806,7	2.492,7	1.523,6	1.198,8	9.644,9
Tributos	513,3	1.094,6	82,7	728,0	2.269,8	316,6	495,8	5.500,9
Empregos (Nº de pessoas) ⁽⁴⁾	263.818	708.483	11.184	54.096	155.244	134.165	91.285	1.418.276
Resultados por Setor - Brasil⁽⁵⁾								
Valor Bruto da Produção ²	16.311,4	28.361,7	1.625,6	11.186,3	33.160,3	14.161,8	11.869,3	116.676,6
Valor Agregado/Renda ³	8.877,0	14.264,4	694,0	4.992,5	17.303,2	8.028,1	6.320,8	60.480,1
Salários	2.616,1	4.366,6	237,2	1.670,0	5.108,5	2.629,4	2.116,9	18.744,7
Tributos	1.308,9	2.489,0	158,4	1.253,2	3.886,4	987,9	1.063,1	11.147,0
Empregos (Nº de pessoas) ⁽⁴⁾	308.598	793.423	16.176	83.224	243.979	173.024	123.409	1.741.834
Investimento para gerar 01 emprego (R\$)	13.512,7	8.616,5	22.728,9	33.686,7	34.266,0	20.776,3	24.043,4	16.706,5

Fonte: Banco do Nordeste/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE. Notas: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (renda), a partir da aplicação dos recursos. (2) Somatório de todos os bens e serviços produzidos no período. (3) Valor dos bens produzidos, deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros, utilizados na produção. (4) Empregos formais e informais. (5) Somatório dos impactos produzidos no Brasil, considerando-se, também, o efeito transbordamento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

3.1 Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento



O desenvolvimento regional é viabilizado a partir da associação de um conjunto de fatores econômicos, financeiros, tecnológicos, sociais e ambientais capazes de gerar ganhos de competitividade e produtividade aliados à promoção do bem-estar social.

As atividades de Pesquisa, Difusão, Desenvolvimento e Inovação fazem parte desse conjunto de fatores, uma vez que funcionam como peças aceleradoras dos ganhos de produtividade e criação de novas oportunidades de investimentos públicos e privados, muitas vezes destinadas à introdução de tecnologias disruptivas que proporcionam um salto na qualidade de vida de toda a sociedade.

Visando impulsionar essas atividades na Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, há 50 anos o Banco do Nordeste criou o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci). Desde então, o Banco do Nordeste tem contribuído para o fortalecimento da base tecnológica na região e para a identificação e solução de entraves do setor produtivo local, foi somado a esses esforços, o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), instituído por meio do Decreto 94.386, de 28/05/1987, que tem por objetivo o apoio de programas e projetos que visem prestar assistência creditícia, técnica ou social a atividades produtivas que resultem em benefícios para as populações mais carentes da região.

Os projetos apoiados pelo Fundeci e pelo FDR acumulam experiências relevantes em décadas de contribuição para a adaptação e/ou aperfeiçoamento de produtos, serviços e processos, para a difusão de tecnologias e para inovação, com ênfase no setor produtivo regional. Esses fundos disponibilizam recursos não reembolsáveis para o apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento, difusão e inovação, contando com processos estruturados de acompanhamento e de prestações de contas técnica e financeira.

Nesse contexto, no ano de 2021 foram formalizados 20 (vinte) instrumentos de convênio e termos de outorga relativos aos projetos selecionados nos editais lançados em 2019 e 2020, inclusive o último projeto do edital de desenvolvimento territorial lançado no ano de 2018, com aplicações no montante de R\$ 5,1 milhões, distribuídas entre oito estados da região Nordeste e o norte do estado do Espírito Santo. Adicionalmente, estão reservados R\$ 25,5 milhões para aplicação em 61 projetos que se encontram na fase de análise técnica e formalização.

Destaque-se a alocação de R\$ 16,0 milhões no lançamento de dois editais em 2021, o Edital 01/2021 - Subvenção Econômica para Inovação em empresas, no valor de R\$ 10,0 milhões objetivando fomentar o desenvolvimento de soluções inovadoras para aumentar a capacidade de competição e a sustentabilidade, inclusive observando as melhoras práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), das empresas com faturamento anual até R\$ 16,0 milhões, ou seja, com foco no suporte financeiro não reembolsável das MPEs e empresas de pequeno-médio porte, para o qual concorreram 288 projetos, sendo selecionados 28 projetos e mantido um banco de reserva de outros 82 projetos. O segundo edital, 02/2021 - Subvenção Econômica - Programa de Educação Empreendedora, lançado no mês dezembro pelo valor de R\$ 6,0 milhões, se destinam ao apoio financeiro de instituições Aceleradoras para a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

formatação e execução de Programa que visa a capacitação (Módulo Ideação) e o crescimento (Módulo Tração) de empresas Startups, e atualmente encontra-se na fase de cadastramento das empresas aceleradoras interessadas, sendo o primeiro edital do gênero lançado pelo Banco do Nordeste.

3.2 Sustentabilidade

O Banco do Nordeste renova seu empenho, a cada ano, na difusão de iniciativas e projetos socioambientais, buscando viabilizar o equilíbrio entre crescimento econômico, bem-estar social e cuidado com o meio ambiente. Os bons resultados alcançados mês a mês relacionados a mencionadas iniciativas refletem tais esforços.

Como forma de fortalecer, junto aos *stakeholders*, a transparência de suas ações, o Banco do Nordeste publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade. Por meio desse relato, as partes interessadas têm acesso às principais ações relacionadas aos aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), bem como aos resultados de sua atuação. Dentre as várias atividades, no contexto ASG, realizadas pelo Banco, destacam-se: financiamentos concedidos a projetos voltados à sustentabilidade em toda a área de atuação do Banco, fortalecimento e avanços na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e da Agenda ASG da Instituição, além de apoio financeiro a diversos projetos sociais com recursos de incentivos fiscais. Os Relatórios de Sustentabilidade do Banco do Nordeste podem ser acessados em <https://www.bnb.gov.br/relatorios-de-sustentabilidade>.

Por meio das linhas de crédito verde do Banco, mais relacionadas ao aspecto ambiental no âmbito de ASG, são apoiados os projetos que promovem energias renováveis, eficiência energética, uso sustentável de recursos florestais, florestamentos, reflorestamentos, recuperação ambiental e convivência com o semiárido, recuperação de áreas de gradadas e produção de base agroecológica, dentre outros. Em 2021, por meio das referidas linhas de crédito verde foram contratados R\$ 6,90 bilhões, em torno de 12 mil operações realizadas, distribuídas da seguinte forma:

- a) R\$ 6,76 bilhões contratados pelo Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental - FNE Verde, em que se destacam os financiamentos voltados à geração centralizada de energia por meio de fontes renováveis, que totalizaram R\$ 6,21 bilhões. Nos projetos de micro ou minigeração distribuída de energia através de fonte fotovoltaica foram aplicados R\$ 386,5 milhões, em mais de 5 mil operações, sendo R\$ 146,5 milhões vinculados a pessoas físicas (incluindo produtores rurais) e R\$ 240,0 milhões para empresas, registrando um valor médio de R\$ 36,4 mil e R\$ 210,9 mil, respectivamente.
- b) R\$ 144,2 milhões nas linhas verde do Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (Floresta, Semiárido, Agroecologia e Bioeconomia).

No primeiro trimestre de 2021, foi atualizada a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco do Nordeste, instrumento fundamental para nortear ações da Agenda ASG do Banco. Dentre seus princípios compreendidos como fundamentais para o desenvolvimento sustentável, podem-se destacar:

- a) Incentivo à preservação, conservação e recuperação ambiental.
- b) Atuação socialmente responsável, com base na transparência, nos valores morais e éticos.
- c) Promoção do desenvolvimento sustentável na concessão do crédito e no apoio financeiro a projetos de diferentes naturezas, primando pela busca contínua do equilíbrio econômico, financeiro, social e ambiental.
- d) Mensuração dos riscos socioambientais nas análises de clientes, de empreendimentos e de projetos.

Do novo plano de ação elaborado para implementação da PRSA, ao final de 2021 haviam sido cumpridos 70% das ações previstas para o primeiro ano de sua vigência, dentre as quais destacamos: *i)* inclusão de critérios socioambientais no Prêmio Banco do Nordeste da Micro

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

e Pequena Empresa; *ii*) Realização de campanha de fomento ao uso de energias renováveis por MPE; *iii*) identificação de atividades/empreendimentos com maior potencial para causar danos socioambientais, aprimorando a análise do risco socioambiental.*iv*) Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para as unidades do Banco, de forma a melhor gerenciar os impactos socioambientais das atividades administrativas da instituição

Mais informações acerca da referida Política podem ser acessadas por meio do *link*: <https://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental>

Considerando a perspectiva social de sua jornada ASG, o Banco do Nordeste destaca-se, além dos resultados já citados, pelo apoio a projetos assistenciais destinados à proteção de crianças, adolescentes e idosos em situação de risco e vulnerabilidade social, bem como de projetos de apoio à atenção oncológica e apoio à saúde da pessoa com deficiência. Anualmente, o Banco destina parte de seu imposto de renda devido a entidades sem fins lucrativos, na forma de apoio financeiro com recursos não reembolsáveis com base nas leis de incentivos fiscais. Esse apoio é realizado no âmbito das seguintes linhas: Fundo da Infância e Adolescência (FIA), Fundo dos Direitos do Idoso, Lei de Incentivo ao Esporte, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas). Em 2021, foram selecionados 35 (trinta e cinco) projetos sociais, somando aproximadamente R\$ 10,5 milhões, distribuídos entre 8 estados nordestinos, sendo: 10 projetos do Ceará, 10 de Pernambuco, 8 da Bahia, 2 do Maranhão, 2 de Sergipe e 1 de cada estado de Alagoas, PiauÍ e Rio Grande do Norte. Vale destacar que o valor destinado em 2021 equivale a um terço de todo o volume aportado entre os anos de 2007 e 2020, quando o Banco do Nordeste destinou cerca de R\$ 31,4 milhões a 354 projetos nessas modalidades. A relação de fundos e entidades beneficiadas pode ser acessada em <https://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/convenios-e-transferencias>.

Referidas informações, além de diversas outras relacionadas à Jornada ASG desenvolvidas pelo Banco do Nordeste, estão disponíveis no portal do Banco na internet, no caminho: <https://www.bnb.gov.br/responsabilidade-socioambiental/>.

Diferentes critérios de sustentabilidade também são adotados pelo Banco do Nordeste nas contratações de serviços e aquisições de produtos. Nos editais e minutas de contratos em geral, desde que justificável e preservado o caráter competitivo do certame, as licitações promovidas pelo Banco seguem as diretrizes de sustentabilidade expressas no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, a saber:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência pela origem local de materiais, tecnologias e matérias-primas;
- c) eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados em bens, serviços e obras; e
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Conseqüentemente, nos instrumentos convocatórios com objetivo de fornecimento de bens, por exemplo, constatados os requisitos referentes à justificativa e à competitividade referidos no parágrafo anterior, são incluídos critérios de sustentabilidade, os quais passam a integrar as especificações técnicas dos bens.

Quanto aos contratos, sobretudo referentes a obras e serviços de engenharia, dentre as obrigações gerais do contratado consta a exigência da adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, de modo a prevenir ações danosas ao meio ambiente, em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais. Adicionalmente, também é obrigação do contratado orientar e capacitar os prestadores de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

serviços, fornecendo informações necessárias para a perfeita execução dos serviços, incluindo noções de responsabilidade socioambiental.

Critérios adicionais podem ser adotados conforme a natureza do objeto a ser contratado, situação em que as exigências e/ou obrigações referentes aos critérios e práticas de sustentabilidade são amoldadas às peculiaridades de cada caso.

O anteriormente mencionado Relatório de Sustentabilidade, publicado anualmente pelo Banco, traz uma série de ações realizadas para redução do consumo de recursos de relevância ambiental, tais como: energia elétrica, água, papel, copos descartáveis, entre outros. São exemplos de tais ações:

- a) Substituição das lâmpadas comuns pelas do tipo LED, a modernização dos sistemas de iluminação e a instalação de usinas de geração de energia fotovoltaica para a redução no consumo de energia elétrica.
- b) Aprimoramento dos controles sobre a gestão de água nas agências, a redução do consumo de produtos químicos utilizados em limpeza e manutenção predial, utilização de torneiras de lavatórios com fechamento automático e caixas de descarga para vasos sanitários com consumo de água reduzido para a redução no consumo de água.
- c) Implantação do sistema de assinatura digital, implantação de sistema de digitalização de documentos para redução no consumo de papel. e
- d) Manutenção de um programa permanente de redução de despesas que conta com campanhas de conscientização e monitoração constante do volume de materiais utilizados, sobretudo papel e copos descartáveis.

Outras ações para redução do consumo de recursos naturais envolvem a adoção pelo Banco, em todas as obras de construção e reforma de edificações, de especificações padronizadas para minimizar o consumo de água e energia elétrica, bem como para reduzir o consumo de produtos químicos utilizados em limpeza e manutenção predial.

As intervenções de reforma geral para modernização, realizadas em agências a partir de 2019, incluem a instalação de usinas de geração de energia fotovoltaica. Há previsão para intervenções em pelo menos 12 agências ao longo de 2022.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados fortemente por ações de prevenção e combate aos efeitos da pandemia do Covid-19, o que atrasou o planejamento inicial relacionado às reformas de agências e instalação de usinas de geração de energia fotovoltaica. Ao longo de 2020 e 2021 foram realizados estudos e simulações referentes ao assunto, onde se busca definir claramente qual será o modelo (ou modelos) de atuação a ser adotado pelo Banco, para as unidades onde essa modalidade se mostra economicamente viável, o que poderá envolver no futuro próximo mais de 100 agências do Banco.

O Banco mantém gerenciamento permanente das contas de energia elétrica e água de todas as agências e do CAPGV, com a finalidade de monitorar variações e adotar medidas para evitar consumo excessivo, bem como rever e ajustar os contratos de fornecimento de energia junto às concessionárias, evitando multas.

Quanto às ações do Banco para a redução de resíduos poluentes, no ano de 2020, por força da pandemia mundial, decorrente do Coronavírus (Covid-19), verificou-se a implantação do Teletrabalho Monitorado no Banco, o que ensejou a implantação da assinatura digital, com redução significativa nas rotinas de impressão de documentos. Entretanto, em 2021 com o avanço da vacinação contra a Covid, houve retorno dos funcionários que estavam em Teletrabalho Monitorado, bem como houve incremento no número de operações de crédito realizadas, o que ensejou aumento no consumo de papel em relação a 2020, da ordem de 31.868 resmas de papel A4, ou 75,5 toneladas de papel.

Do mesmo modo, no ano de 2021, com o retorno dos funcionários que estavam em Teletrabalho Monitorado, observou-se aumento na utilização, por empregados e colaboradores, de copos plásticos descartáveis no recinto do Banco. Tal aumento, quando comparado com 2020, foi da ordem de 33.310 pacotes c/100 copos de 150ml, cada, ou de 5,49 toneladas de resíduo plástico (polipropileno).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em atendimento ao decreto Nº 5.940, o Banco do Nordeste realiza, desde 2007, a separação e destinação de resíduos recicláveis para a coleta seletiva solidária, por meio de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Esta ação está sendo realizada na Sede do Banco - no CAPGV em Fortaleza (CE) e nas seguintes agências: Aracaju Centro (SE), Aracaju Siqueira Campos (SE), Fortaleza Montese (CE), Imperatriz (MA), Eunápolis (BA), Itamaraju (BA), Salvador Barra (BA), Salvador Comércio (BA).

3.3 Política de Desenvolvimento Territorial

(Ações de Sustentabilidade)

O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), um dos instrumentos por meio do qual se materializa a Política de Desenvolvimento Territorial do BNB, consolidou importantes resultados em termos de ganhos de competitividade das atividades econômicas objeto de estruturação.

Para o ano de 2021, o Programa teve 178 Territórios/Projetos em andamento, divididos em quatro fases. A primeira fase composta por 21 projetos, a segunda por 50 e a terceira com 61. Essas três fases atualmente, estão com seus Planos de Ação Territorial (PAT) em execução e monitoração. A quarta fase do programa, foi iniciada em 2021, com a inclusão de 46 novos Territórios/Projetos, em processo de definição de atividades econômicas, municípios, participantes e parceiros.

Os Planos de Ação implementados nos 132 territórios abrangidos pelo Prodeter, nas suas três fases, continuaram evidenciando resultados expressivos em termos de estruturação de cadeias produtivas das atividades econômicas priorizadas, com avanços positivos na solução dos seus gargalos, minimizando os riscos de inadimplência dos financiamentos concedidos. Ressalta ainda que para os 46 novos projetos da quarta fase, o início da execução das ações está previsto para o primeiro semestre de 2022.

As atividades econômicas priorizadas no Prodeter, receberam aproximadamente R\$ 921,8 milhões em financiamento em 2021. Considerando todo o período de funcionamento do Prodeter desde 2016, o valor acumulado financiado já chegou a marca R\$ 2,94 bilhões.

No ano de 2021 o PRODETER contou com cerca de 10.263 participantes, sendo que 9.330 clientes cadastrados com a ocorrência 300 (Desenvolvimento Territorial – clientes desse seguimento). E do ano de 2017 (início da série) até o ano de 2021, foram realizadas em torno de 8.197 operações para os clientes com a marcação 300. O programa esteve presente em 825 municípios da área de atuação do Banco, o que representa 41,5%. E conta com um total aproximado de 1.800 representantes de instituições parceiras.

Assim como nos anos anteriores, em 2021, foi atualizado o banco de dados de registro e difusão de ganhos de competitividade das cadeias produtivas objeto das ações do Prodeter, com resultados expressivos, valendo destacar:

- ✓ Avanços nas inovações tecnológicas na bovinocultura de leite, como o Acordo de Cooperação firmado com a FAEC para melhoria genética no Ceará, as capacitações em Inseminação Artificial e Transferências de Embriões no Ceará, na Paraíba, em Pernambuco e em Sergipe, nesse com destaque para a realização nos 03 municípios que compõem o PAT do Alto Sertão Sergipano, o Programa de IATF - INSEMINAÇÃO POR TEMPO FIXO, houve a inseminação de 239 animais; Implantação do Programa de Fertilização In Vitro (FIV) nas propriedades dos associados da Associação dos Produtores de Queijo da Região de Diamantina (APRODIA) em Minas Gerais; a disseminação da palma adensada Bahia, da palma forrageira em Pernambuco e no Rio Grande do Norte; o Acordo de cooperação firmado com a SDA, para financiamento de palma forrageira no Ceará; bem como a realização de dias de campo, oficinas de capacitação, visitas técnicas, palestras virtuais, entre outras ações, com temas variados, desde reserva estratégica alimentar até o melhoramento genético dos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

rebanhos;

- ✓ Financiamento integrado e orientado nas diversas atividades priorizadas, viabilizando o aumento da produção, fortalecendo a competitividade, com destaque para os R\$ 427,0 milhões assegurados pelo Banco do Nordeste aos Bovinocultores e os R\$ 167,0 milhões destinados aos Caprinocultores, nos territórios do PRODETER;
- ✓ Continuidade do fortalecimento do associativismo, visualizado por meio da compra coletiva de insumos agropecuários e venda coletiva de produtos, com a disponibilização de novos canais de comercialização e aplicativos, além da reestruturação e criação de cooperativas de produtores, como por exemplo a implantação da Cooperativa dos Produtores de Leite e de uma Central de Negócios, ambas em Penedo Alagoas; Acordos de vendas coletivas com o frigorífico FrigBahia – Cooperativa Regional de Alimentos Bahia Ltda e a Criação de Associação de Produtores em Camacan, também na Bahia; implantação do Programa AT&G do Senar para produtores cooperados em Minas Gerais; Ação conjunta com a COPAF junto ao Governo do Estado da Paraíba para incentivo fiscal, para a Cooperativa, crédito presumido de ICMS; Reativação da Cooperativa de Moita Bonita em SERGIPE, entre outras;
- ✓ Várias ações do PRODETER em parcerias com órgãos das administração estadual e municipal, como por exemplo: a criação do Marco Regulatório da Avicultura Caipira no Estado da Paraíba construído o documento pela COPAF e Banco do Nordeste, foi aprovada e sancionada a Lei 11.854; Acordo de parceria entre a Cervejaria Sergipana Uça e Secretaria de Agricultura de Lagarto, para produzir uma cerveja artesanal a base de mandioca; Acordo de Cooperação entre as Prefeituras Municipais e o SENAR sobre contratação da ATEG para 50 produtores do Prodeter no Ceará; Financiamento do Programa de Profissionalização no Agronegócio da Bananicultura do Território Maciço de Baturité para os 60 produtores do Prodeter, pela UNILAB/MAPA no Ceará; Reconhecimento oficial pelo Estado de Minas Gerais e pelo Ministério Público, o Processo de Criação do Monumento Natural Municipal Cural de Pedras (MONAM-CP); no Piauí, firmou-se o acordo ATeG - SENAR/PRODETER e Prefeitura Municipal de Luís Correia - para 30 produtores de leite e seus derivados e a Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, assinou a ordem de serviço para construção da Unidade de Beneficiamento de Pescado no município de Demerval Lobão.
- ✓ Fortalecimento dos produtores rurais com produção em bases agroecológicas, como por exemplo a assinatura de dois convênios com recursos - BNB/FUNDECI no Espírito Santo: "Agroecologia: Multiplicando Saberes, Produzindo Vida" para implantação de 15 unidades Demonstrativas de Referência da Produção Agroecológica, e o Projeto "Agroecologia semeando conhecimentos para que o povo possa colher dignidade" com o objetivo de promover formação de adolescentes e agricultores familiares do Norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia;
- ✓ Aprimoramento da infraestrutura produtiva regional, como a Ampliação do Laticínio Lassa para aumento da compra do leite dos produtores do Prodeter e a Instalação do Laboratório para exames OPG no Território Sertões de Tauá, ambos no Ceará; Inauguração do Entreposto do Mel na Costa do Descobrimento e SDR/CAR - Depósito no BNB 1 milhão (ampliação Laticínio), ambos na Bahia.

O Prodeter e o Plano AgroNordeste (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa)

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) lançou em 2019 o AgroNordeste, um plano de ação para impulsionar o desenvolvimento econômico, social e sustentável do meio rural da Região. 230 municípios foram contemplados nessa iniciativa, entre os nove estados do Nordeste e parte de Minas Gerais, divididos em 12 territórios.

Em 2021, as reuniões e ações do Agronordeste ocorreram de forma virtual. Atualmente são 16 territórios e 297 municípios beneficiados com o Programa. O AgroNordeste é voltado para

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

pequenos e médios produtores que já comercializam parte da produção, mas ainda encontram dificuldades para expandir o negócio e gerar mais renda e emprego na região onde vivem.

O AgroNordeste está sendo desenvolvido em parceria com órgãos vinculados à pasta e instituições como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)/Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco do Brasil (BB).

O Banco do Nordeste, por meio do Prodeter, está integrado ao AgroNordeste, tendo como referência a implementação de ações convergentes. As atividades produtivas trabalhadas nos projetos do Prodeter atendem as atividades priorizadas no AgroNordeste. Dessa forma, o Prodeter contribui com 70 projetos, sendo 8 projetos de Apicultura, 1 de Aquicultura, 3 de Avicultura, 3 de Cajucultura, 6 de Cultivos Alimentares (arroz, feijão e mandioca), 29 de Bovinocultura (leite), 1 de Extrativismo Sustentável, 6 de Fruticultura irrigada (banana, melão, manga, melancia) e 13 de Ovinocaprinocultura (leite, carne e peles). Todos os 11 Comitês Estaduais de Coordenação instalados, tiveram a participação do Banco do Nordeste. O Banco participa da elaboração dos planos de ação territoriais, instalação dos escritórios locais e das atividades voltadas para estruturação e financiamento das atividades econômicas priorizadas.

Acordo de cooperação BNB & Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

Em 2021, a equipe do Prodeter, nos pólos onde houve ações do Rotas da Integração, esteve presente. Como por exemplo os cinco Polos do Estado de Pernambuco, com destaque para as reuniões e oficinas que ocorreram mensalmente no Rota TIC Polo Sertão Digital, sendo lançado o Projeto de Cooperação TécnicaBRA/Ilca/13/001- MI INTERÁGUAS 5 MDR, e o Rota TIC Pólo Mangue Digital. E também os três Polos do Estado do Ceará (Pólo Sertão Central e Vale Jaguaribano – Rota do Leite; Pólo Inhamus e Sertões de Crateus – Rota do Mel e o Pólo Sertão dos Inhamus – Rota do Cordeiro), com a realização de várias Webinars e capacitações presenciais, realização de cursos incluindo vários temas, fortalecimento da infra-estrutura, com instalação de unidades técnicas e laboratórios para exames, além de diversos acordos de cooperação e financiamentos que ultrapassaram o valor de R\$ 95,0 milhões.

Atualmente o Programa Rotas da Integração Nacional possui 28 polos na área de atuação do Banco do Nordeste, divididos em 08 atividades produtivas, quais sejam: caprinovinocultura (13), bovinocultura de leite (1), fruticultura (2), apicultura (4), cacauicultura (1), economia circular (1), biodiversidade (3) e tecnologia da informação/comunicação TIC (3).

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1 Ativos

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 60,30 bilhões, ao término do exercício de 2021, apresentando um decréscimo de 2,5% em relação aos R\$ 61,82 bilhões existentes em dezembro de 2020. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos. No que diz respeito à composição do saldo, observou-se um crescimento de 22,6% nas operações de crédito (R\$ 15,56 bilhões em dez/21, contra R\$ 13,18 bilhões em dez/20). Ao final do exercício, o saldo correspondente à carteira de Títulos e Valores Mobiliários, acrescida de Aplicações interfinanceiras e Disponibilidades totalizou o montante de R\$ 39,79 bilhões, 8,3% inferior ao saldo de dezembro de 2020 que foi de R\$ 43,37 Bilhões.

Embora tenha ocorrido uma pequena redução no ativo total administrado, a mudança de perfil dos ativos, com elevação da carteira de crédito e redução na carteira de TVM e de Aplicações Interfinanceiras, proporcionou incremento nas margens financeiras conforme será comentado adiante no tópico de resultados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.2 Disponibilidades do FNE

Ao Banco do Nordeste cabe aplicar os recursos do Fundo e implementar as políticas de concessão de crédito aprovadas pela SUDENE/Condrel. Enquanto tais recursos não são destinados a tal finalidade, são remunerados à taxa extra mercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme disposto na Lei 9.126/95, cabendo ressaltar que, a partir de 19/05/2021, essa remuneração passou a ser apurada com base na taxa SELIC, conforme alteração introduzida pela Medida Provisória nº 1.052/2021 e pela Lei nº 14.227/2021.

Em relação aos Recursos Comprometidos, estes consistem em um valor mínimo, destinado aos desembolsos previstos para operações de crédito previamente contratadas, e com cronograma para datas anteriores ao Balanço, bem como para os desembolsos previstos para os doze meses subsequentes ao Balanço, configurando uma reserva de liquidez para o Fundo. Eventualmente, podem ser acrescentados a este montante, ainda, valores relativos a descasamento no fluxo de desembolsos previstos no cronograma, em relação a ingressos futuros de recursos no Fundo.

Ingressaram, no exercício de 2021, R\$ 9,73 bilhões de recursos oriundos do Tesouro Nacional ao mesmo tempo em que foram reembolsados R\$ 21,42 bilhões de operações de crédito. Em contrapartida, foram desembolsados R\$ 22,91 bilhões em operações de crédito.

O saldo de recursos em Caixa do FNE foi elevado em 37,9% em relação a dezembro de 2020 (R\$ 19,71 bilhões em 31/12/2021 contra R\$ 14,29 bilhões, em 31/12/2020). O perfil destes recursos teve variação de 1.5 ponto percentual; enquanto em dezembro de 2020, 84,6% dos recursos em Caixa eram Recursos Comprometidos, em junho de 2021 essa rubrica detém 86,2% dos R\$ 19,71 bilhões existentes. Tal alteração foi motivada pelo volume de contratações de operações de crédito e pela alteração no cálculo de recursos comprometidos, que considerava, em 2020, os valores a liberar previstos e não efetivados acrescido das previsões de desembolsos dos seis meses seguintes ao balancete/balanço, enquanto em 2021 por prudência foi considerada a previsão de desembolsos para os doze meses subsequentes à data do balanço/balanço.

4.3 Resultados

O Lucro Líquido acumulado no exercício de 2021 alcançou a cifra de R\$ 1.618,5 milhões, o que representou um aumento de 58,6% em relação aos R\$ 1.019,2 milhões apurados no exercício anterior. Já o Resultado Operacional alcançou R\$ 2.814,2 milhões, representando uma elevação de 81,4% em relação aos R\$ 1.551,1 milhões obtidos em 2020.

No desempenho do exercício de 2021, destacam-se os seguintes fatores relevantes:

- a) Impactos causados pela redução da Taxa de Administração do FNE, de 2,1% para apenas 1,0% nos meses de julho/2021 até setembro/2021, período em que vigeu a MP Nº 1052 contemplando esses termos. Ainda no mês de setembro/2021, as casas legislativas apreciaram o teor da proposta e retiraram do texto original da MP as disposições sobre redução da Taxa de Administração. Publicada no Diário Oficial da União – DOU, a nova Lei nº 14.227 devolveu à taxa o patamar anterior (2,1%), a partir de outubro/2021.
- b) Elevação da carteira do Crediamigo em mais de R\$ 860 milhões (aumento de 15,8% em apenas 6 meses), permitindo incremento nas margens financeiras do Banco (já que possui operações com baixo risco e melhor receita financeira);
- c) Elevação das receitas oriundas de operações de crédito do FNE com risco para o Banco, pelo incremento do saldo da carteira; e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- d) Mesmo com elevação do saldo da carteira de crédito (tanto do Banco como FNE), tivemos redução do resultado do risco de crédito, o que retrata melhoria na qualidade da carteira.

Em relação ao Lucro Líquido Recorrente houve incremento na cifra de R\$ 22,02 milhões (1,5%), conforme demonstração de cálculo no quadro a seguir:

Quadro 2 - Demonstração do Lucro Líquido Recorrente (R\$ milhões)

Especificação	31/12/2020	31/12/2021
Resultado Recorrente	1.441,14	1.463,16
(+) Resultado Não Recorrente	-421,92	155,33
Impairment de Títulos ⁽¹⁾	-312,05	-
Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) ⁽²⁾	-30,31	-
Provisão Prudencial ⁽³⁾	-509,91	509,91
Crédito Tributário – Obrigação Fiscal Diferida ⁽⁴⁾	-	21,62
Redução da Taxa de Administração e Del Credere do FNE ⁽⁵⁾	-	-211,95
(+) Efeitos fiscais, de IECP e PLR sobre itens extraordinários ⁽⁶⁾	430,35	-164,25
Lucro Líquido	1.019,22	1.618,49

(1) Valores reconhecidos como perda de caráter permanente para a carteira de Títulos do Banco, consoante previsto no artigo 6º, da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

(2) Despesas de indenizações com o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

(3) Variação (reversão – constituição) da Provisão Prudencial (acréscimo aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas macroeconômicas baseadas em cenários de estresse).

(4) Constituição de crédito tributário e obrigações fiscais diferidas considerando a alteração de alíquota da CSLL de 20% para 25% a partir de 1º de julho de 2021 (Lei nº 14.183/2020), com vigência até 31 de dezembro de 2021.

(5) Redução da Receita com Taxa de Administração e Del Credere do FNE no período julho a setembro de 2021 por força da vigência da Medida Provisória nº 1.052/2001, de 19.05.2021

(6) Valores calculados sobre os itens 1 a 5 do Resultado Não Recorrente.

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

4.4 Eficiência Operacional

O índice de Eficiência Operacional do Banco em 2021 foi de 53,1%, o que representa uma melhora de 9,9 pontos percentuais em relação a dezembro/2020, significando que o banco foi capaz de expandir seus resultados com crescimento de custos administrativos relativamente menores. Esse desempenho é explicado, de um lado, pela ampliação na margem financeira e das receitas de prestação de serviços, fruto do crescimento das operações de crédito com destaque para as carteiras do FNE e do Crediamigo e; de outro lado, pelo crescimento das despesas administrativas em patamares inferiores à inflação do período. Registra-se que essa melhoria ocorreu a despeito da perda de Receitas com Taxa de Administração pagas pelo FNE ao BNB, no valor de R\$ 211,95 milhões, por força da vigência da Medida Provisória nº 1.052/2001 nos meses de julho, agosto e setembro de 2021 (redução da taxa de 2,1%a.a. para 1,0% a.a.).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.5 Patrimônio Líquido e Rentabilidade

O Banco do Nordeste apresentou um Patrimônio Líquido de R\$ 7,48 bilhões ao término do exercício de 2021. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.03.2021, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 723,47 milhões, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional no valor de R\$ 484,37 milhões e Reserva para Equalização de Dividendos Complementares no valor de R\$ 239,10 milhões, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 5,57 bilhões para R\$ 6,29 bilhões, representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital foi homologado pelo Bacen.

A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, por sua vez, foi de 23,7% a.a. no fim do exercício de 2021 (17,4% a.a. em 2020).

4.6 Índice de Adequação Patrimonial

Em relação ao cumprimento das regulamentações determinadas pelo Banco Central do Brasil, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, o Banco do Nordeste tem superado os requisitos mínimos de capital estipulados, o que tem garantido margem para continuar expandindo os seus negócios. Em 31/12/2021, o Banco apresentou um índice de Patrimônio de Referência (PR) de 13,87% (13,10% em 31/12/2020). O índice de Patrimônio de Referência Nível I ficou em 11,33% (10,02% em 31/12/2021) e o de Capital Principal foi de 10,23% (8,82% em 31/12/2020). O Patrimônio de Referência (PR) apurado foi de R\$ 9.958,49 milhões (R\$ 8.729,53 milhões em 31/12/2020), o Nível I registrou o valor de R\$ 8.132,40 milhões (R\$ 6.675,19 milhões em 31/12/2020) e o Capital Principal R\$ 7.341,91 milhões (R\$ 5.879,30 milhões em 31/12/2020), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 71.799,39 milhões (R\$ 66.623,72 milhões em 31/12/2020). O crescimento dos índices de requerimentos mínimos de capital, se deveu, basicamente, à incorporação dos resultados financeiros do exercício que elevaram o PR de forma significativa frente às exposições a risco assumidas.

4.7 Captação de Recursos

O saldo de captações em depósitos do Banco do Nordeste atingiu o volume de R\$ 8,96 bilhões em dezembro de 2021, apresentando um recuo de 17,2% em relação a dezembro de 2020, explicado pelos seguintes movimentos: os Depósitos à Vista obtiveram um incremento de R\$ 2,12 bilhões, alcançando o volume de R\$ 2,97 bilhões, ocasionado pela manutenção de saldos oriundos das contas de poupança corrente, em contas de depósitos à vista. Os depósitos de Poupança apresentaram redução de R\$ 3,04 bilhões, correspondente a um recuo de 75,3% se comparado com o saldo do 2º semestre de 2020, ocasionado principalmente pela descontinuidade do produto Poupança Corrente, passando a apresentar o saldo de R\$ 1,00 bilhão em dezembro de 2021. As captações em Depósitos a Prazo apresentaram uma redução de 15,8% em relação a dezembro de 2020, totalizando um volume de R\$ 4,99 bilhões, decorrente da estratégia de adequação das necessidades de captação de recursos frente ao *funding* necessário para manutenção da carteira de crédito comercial do Banco.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tabela 7 - Captações de Recursos (R\$ milhões)**

Captações	2º semestre de	2º semestre de	Δ% 12 Meses
	2020	2021	
Depósitos à Vista	853,24	2.977,07	248,9%
Depósitos de Poupança	4.050,70	1.001,07	-75,3%
Depósitos a Prazo - CDB	5.925,80	4.990,04	-15,8%
Total	10.829,73	8.968,17	-17,2%

Fonte: Diretoria Financeira e de Crédito / Diretoria de Planejamento

4.8 Distribuição e Gestão de Fundos de Investimento**4.8.1 Distribuição e Gestão de Fundos de Investimento**

Em 2021, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 6,72 bilhões, um decréscimo de 27,5% em relação a 2020, decorrente da transferência do fundo exclusivo BNB Renda Fixa Previdenciário do Banco do Nordeste para a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef), ocorrida no dia 22/01/2021. No comparativo anual, com a retirada desse fundo da base de 2020, o patrimônio consolidado dos demais fundos apresentou crescimento de 7,6%. Na mesma posição, o Banco do Nordeste executava a gestão de 20 fundos de investimento, com 100.835 cotistas, uma evolução de 6,1% em relação ao ano anterior. A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 62,3 milhões em 2021, um recuo de 3,1% em relação ao ano anterior, em virtude da saída dos recursos da Capef e das sequências de queda na taxa Selic, convergindo para a mínima histórica de 2,0% a.a., que motivaram as reduções nas taxas de administração de alguns fundos de investimento.

4.8.2 Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR)

O Patrimônio Líquido do FINOR atingiu, no exercício de 2021, valor de R\$ 1,15 bilhão, apresentando acréscimo de 10,0% em relação a 2020, decorrente do ingresso líquido positivo de recursos oriundos de incentivos fiscais e da remuneração incidente sobre os recursos do Fundo depositados no Banco e ainda não aplicados. A receita com taxa de administração sobre a carteira do FINOR totalizou R\$ 23,1 milhões no mesmo período, acréscimo de 6,3% em relação a 2020.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL**5.1 Contratações de Operações de Crédito**

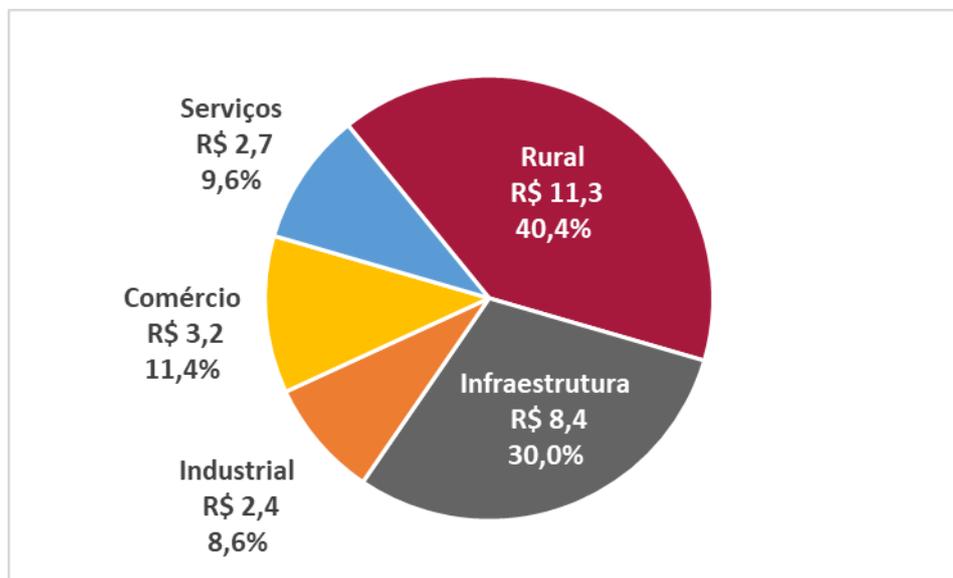
O Banco do Nordeste contratou no ano de 2021 um total de 5,0 milhões de operações de crédito que somaram R\$ 41,77 bilhões (acrécimo de 4,2% em relação exercício de 2020).

Os financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços, foram responsáveis por 67,0% dos recursos contratados, somando R\$ 27,99 bilhões em 655,3 mil operações - crescimentos de 5,0% e 0,3%, respectivamente, no valor contratado e na quantidade de operações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O setor Rural foi o que apresentou maior participação no volume contratado de longo prazo, com 40,4% (R\$ 11,33 bilhões), seguido da infraestrutura, que obteve 30,0% dos recursos (R\$ 8,36 bilhões), conforme Figura 3, a seguir:

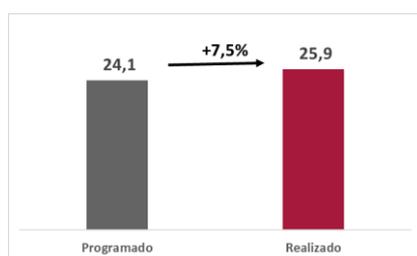
Figura 3 - Contratações dos Financiamentos de Longo Prazo no ano de 2021 por Setor Econômico (valores em R\$ bilhões)



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

As contratações de financiamentos com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) representaram 92,5% das operações de Longo Prazo e totalizaram R\$ 25,88 bilhões em 2021, superando em 7,5% a meta estabelecida para o período, conforme Figura 4, a seguir:

Figura 4 - Contratações de Financiamentos do FNE em 2021 - Programado x Realizado (R\$ bilhões)



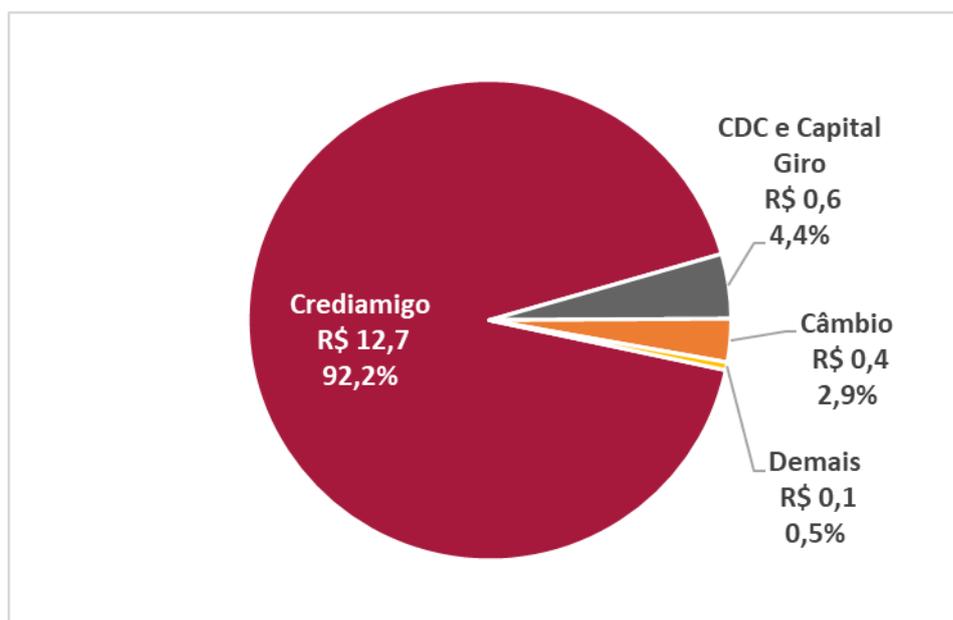
Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Já os empréstimos de curto prazo, destinados ao Microcrédito Urbano (Crediamigo), Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio e Desconto, atingiram o valor de R\$ 13,78 bilhões (acréscimo de 2,8% em relação ao ano anterior) e representaram 33,0% do valor contratado no ano de 2021.

Dentre as contratações/desembolsos de curto prazo destaca-se o programa do Crediamigo, que abrangeu 92,2% desse volume, alcançando R\$ 12,67 bilhões (crescimento de 4,7% em relação a 2020).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Figura 5 - Contratações de Empréstimos de Curto Prazo no ano de 2021 por Produto/Programa



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

5.2 Desempenho por Segmento

Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado pelo Governo Federal para fortalecer as atividades econômicas dos agricultores familiares. O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf na Região, contando com uma carteira ativa superior a R\$ 10,87 bilhões, que corresponde a 1,9 milhão de operações.

O Banco finalizou o ano de 2021 com 607,4 mil financiamentos contratados no Pronaf, totalizando R\$ 4,07 bilhões de aplicação. Tal desempenho representa crescimento em volume de contratações da ordem de 17,15% em relação ao exercício anterior. Do total dos recursos aplicados, 74,9% foram destinados a financiamentos na região semiárida.

O Segmento Agricultura Familiar compreende a carteira de agricultores familiares atendidos pelo Pronaf, exceto aqueles atendidos com a metodologia de microcrédito rural - Agroamigo.

Em 2021, a carteira ativa do segmento Agricultura Familiar alcançou o patamar de R\$ 5,11 bilhões e 412 mil operações. Foram contratadas 17.660 operações no segmento, envolvendo recursos da ordem de R\$ 675,6 milhões, dos quais, 70,83% foram destinados a financiamentos na região semiárida.

Comparando o resultado do segmento Agricultura Familiar em 2021 com exercício anterior, registra-se um aumento de 19,53% no volume de recursos aplicados. Vale ressaltar que, nesse ano, registrou-se *ticket* médio de operações no valor de R\$ 38,2 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O PNCF Social inclui o Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT) que compreende recursos para aquisição de imóveis rurais e das benfeitorias neles existentes e, ainda, despesas acessórias relativas à aquisição do imóvel rural, como tributos, serviços de medição, incluindo topografia e georreferenciamento, emolumentos e custas cartorárias.

Quanto aos recursos para investimentos, o PNCF Social diferencia-se nas seguintes modalidades:

- PNCF Social/SIC - compreende recursos não reembolsáveis provenientes do Subprograma de Combate à Pobreza Rural constituído de dotações consignadas no Orçamento Geral da União para estruturação das unidades produtivas, destinados a famílias organizadas em associações compostas por no máximo 30 (trinta) famílias, cujos beneficiários tenham sido contemplados com o financiamento para a aquisição de terra por intermédio do PNCF Social.
- PNCF Social/SIB - destinado às famílias interessadas em ter acesso de forma individual aos recursos reembolsáveis provenientes do Fundo de Terras para estruturação das unidades produtivas.

Em 2021, foram realizadas 802 operações pelo PNCF Social num total de R\$ 72,4 milhões.

Agronegócio

Microempreendedor Urbano - Crediamigo

O Banco do Nordeste trabalha no segmento de microfinança urbana por meio do Programa Crediamigo, que desembolsou, em 2021, R\$ 12,68 bilhões. Apesar do atual contexto de pandemia causada pelo coronavírus, o Programa superou em 4,77% o volume de desembolsos em relação ao ano anterior.

Foram desembolsadas 4,2 milhões de operações. O Crediamigo finalizou o ano de 2021 com 2,4 milhões de clientes com empréstimos ativos. Já a capacidade operacional do Crediamigo apresentou média de 16,9 mil desembolsos ao dia.

Destaque-se, ainda, que o programa atingiu no ano de 2021 a impactante marca de 50 milhões de operações contratadas, desde o início de sua criação, um dado bastante relevante, que traduz a importância do Crediamigo para o desenvolvimento econômico e social na sua área de atuação. Outra importante participação do Crediamigo diz respeito à bancarização, uma vez que o Programa atendeu 457 mil clientes novos com a concessão de crédito gerando abertura de novas contas-correntes no decorrer do ano de 2021.

Tabela 8 - Variação 2020 X 2021 Resultados Globais

Ano	Desembolso Ano (em R\$)	nº de Operações	nº de Clientes Ativos	nº de Clientes Novos	nº de Agentes de Microcrédito	Inadimplência
2020	12.107.377.758	4.448.117	2.291.108	374.792	3.362	0,84%
2021	12.685.116.947	4.276.448	2.465.770	457.702	3.037	3,70%
Δ%	4,77%	-3,86%	7,62%	22,12%	-9,67%	340,48%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tabela 9 - Resultados Globais - Série 2018-2021**

Ano	Desembolso Ano (em R\$)	Nº de Clientes Ativos
2018	8.953.728.094,00	2.065.167
2019	10.603.945.933,41	2.247.891
2020	12.107.377.757,76	2.291.108
2021	12.685.116.947,39	2.465.770

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Microempreendedor Rural - Agroamigo

Criado em 2005, o Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, que oferece crédito produtivo e orientado a milhares de famílias do campo. Sua atuação é fundamentada nas diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Governo Federal. O Agroamigo atende demandas de crédito de agricultores em operações no valor de até R\$ 20 mil.

No ano de 2021, o Banco do Nordeste contratou, com a metodologia do Agroamigo, o total de 589,7 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 3,39 bilhões, o que representa um crescimento de 16,69% em relação aos valores contratados no ano de 2020.

A forma de atuação do Agroamigo encontra-se refletida em seus dados socioeconômicos. Em 2021, o Programa alcançou uma carteira ativa de R\$ 5,75 bilhões e 1,4 milhões de clientes ativos. Destes, 75,71% estão no Semiárido. Na visão por gênero, o público-alvo atendido pelo programa conta com a participação de 51,35% de homens e 48,65% de mulheres.

Em maio/2021, o Banco do Nordeste lançou o **Agroamigo NET**. Trata-se de uma estratégia de financiamento direcionada à aquisição de Kits de conectividade rural para impulsionar a inclusão digital dos agricultores familiares na área de atuação do Banco. Foi implementada também uma solução automatizada de atendimento aos clientes, o *WhatsApp* Agroamigo (85 9965-0300), que padroniza e qualifica o atendimento remoto prestado ao público. Já foram realizados mais de 16.195 mil atendimentos desde sua implementação.

Micro e Pequena Empresa (MPE)

Em 2021, o segmento de Micro e Pequena Empresa do Banco do Nordeste contratou R\$ 3,87 bilhões com Recursos Internos e com o FNE, totalizando 27.431 operações de crédito, englobando os quatro setores econômicos e atendendo 21.058 clientes das mais diversas atividades constantes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Ao longo do ano de 2021, o Banco do Nordeste implantou diversas ações de simplificação do processo de crédito e também ampliou parcerias com diversas entidades de classe com objetivo de melhor atender às Micro e Pequenas Empresas. Também disponibilizou um novo instrumento normativo para prorrogação das dívidas das atividades mais afetadas pela pandemia, por meio de mecanismo de renegociação digital, proporcionando maior rapidez e eficiência ao processo.

Com recursos do FNE, foram contratados R\$ 3,80 bilhões, o setor de comércio foi atendido com R\$ 1,59 bilhão em contratações 41,9% dos recursos do FNE aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento, conforme apresentado na Tabela a seguir:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tabela 10 - Contratações do Segmento MPE Por Setor Econômico**

Setor	Valor Contratado (R\$)	Percentual
Comércio	1.595.091.989,4	41,90%
Serviços	1.098.252.705,4	28,90%
Indústria	960.185.095,0	25,20%
Rural	151.316.169,9	4,00%
Total	3.804.845.959,8	100%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Na região do Semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foi contratado com recursos do FNE o montante de R\$ 1,94 bilhão em 12.920 operações de crédito, representando 53,0% do total de operações.

O Banco do Nordeste se preocupa em oferecer vantagens para as empresas, soluções para o equilíbrio de caixa e sustentabilidade ambiental. É com esse espírito que através do programa de crédito FNE-Sol o Banco contratou R\$ 186,7 milhões com micro e pequenas empresas, oferecendo a oportunidade para elas gerarem a sua própria energia de forma limpa e sustentável, reduzindo seus custos, aumentando a sua competitividade e ainda contribuindo com o meio ambiente.

Ciente do seu papel como fomentador do desenvolvimento, o Banco do Nordeste também lançou o Programa FNE Saúde com condições exclusivas para as micro e pequenas empresas poderem investir e se modernizar neste importante setor que teve sua demanda muito elevada por causa da pandemia. Em 2021, foram financiados, somente para micro e pequenas empresas, mais de R\$ 183,4 milhões.

Considerando a importância dos investimentos em inovação seja por meio de tecnologias disruptivas ou iniciativas incrementais, o Banco do Nordeste oferece crédito para ideias inovadoras das micro e pequenas empresas, financiando, em 2021, R\$ 13,9 milhões para a melhoria do processo produtivo, redução de custos, otimização de processos e competitividade.

Agronegócio Pessoa Física

O Banco do Nordeste, como principal parceiro do Agronegócio, responde por 55,7% do apoio creditício em sua área de atuação, contando com apenas 8,9% da rede bancária.

Nesse sentido disponibiliza linhas de crédito para investimento, custeio e comercialização, buscando elevar a aplicação dos recursos em programas diferenciados, que contribuam para o avanço na produtividade e sustentabilidade do setor com destaque para:

- a) Incentivar a inovação na Área Rural com a incorporação de tecnologias visando ganhos de produtividade, desburocratização de processos e eficiência de custos;
- b) Intensificar a busca pela Sustentabilidade dos Sistemas de Produção Agrícolas por meio da preservação dos recursos naturais, sistemas agrícolas mais rentáveis, redução de perdas e desperdícios e eficiência dos sistemas produtivos

Em 2021, o Banco do Nordeste contratou com produtores rurais pessoas físicas, exceto Pronaf, o valor de R\$ 5,36 bilhões, sendo R\$ 4,37 bilhões com a Fonte FNE e R\$ 997,0 milhões com a fonte Poupança Rural em 237 operações, montante 43% superior ao valor contratado no mesmo período do ano passado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Quanto à finalidade do crédito, 51% foram destinados ao custeio, 48% para investimento e 1% para comercialização. Com relação à região onde os recursos foram aplicados, 63% foram destinados ao semiárido nordestino.

Especificamente com clientes dos portes mini e pequeno, o Banco do Nordeste contratou com recursos do FNE o montante de R\$ 2,41 bilhões distribuídos em 8.303 operações, o que corresponde a um acréscimo de 43% em comparação ao valor contratado em 2020 e 21% em relação ao número de operações.

Para os demais portes, o Banco contratou com recursos do FNE R\$ 1,96 bilhão que somados aos recursos da Poupança Rural (R\$ 997,0 milhões), totalizaram R\$ 2,95 bilhões alocados no Agronegócio da região.

O agronegócio no Banco do Nordeste segue as diretrizes do Governo Federal e atua em sintonia com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, seguindo as orientações do Plano Safra e atendendo os objetivos dos programas AgroNordeste e Profinor.

Através do Plano AgroNordeste, o Banco aplicou em 2021, em toda área de atuação, nos 16 territórios do Programa, o montante de R\$ 5,16 bilhões em mais de 125 mil operações.

Com o lançamento do Profinor, o Banco vem atuando para fortalecer a agricultura irrigada na região Nordeste, por meio da resolução dos principais gargalos existentes, e com a implementação dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação. No ano de implantação do programa foram destinados mais de R\$ 479,0 milhões a empreendimentos de irrigação, beneficiando uma área de mais de 50 mil hectares.

O Banco do Nordeste participa do Plano Safra tendo investido mais de R\$ 6,10 bilhões no Plano Safra 2021-2022, até o momento, representando um crescimento de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por fim, segundo estudo do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), as contratações de 2021 no Agronegócio, geraram ou ajudaram a manter 906 mil empregos, aumentaram R\$ 3,50 bilhões na massa salarial e promoveram incremento de R\$ 1,56 bilhão na arrecadação tributária, além de incrementar R\$ 22,30 bilhões no valor bruto da produção e R\$ 13,00 bilhões no valor adicionado à economia.

Pessoa Física

O segmento Pessoa Física atua no atendimento a sócios, funcionários de empresas públicas ou particulares, profissionais liberais, funcionários e aposentados de empresas coligadas, beneficiários do INSS. Além de contemplar qualquer cliente pessoa física que seja consumidor de produtos e serviços financeiros, tais como: crédito para bens de consumo, financiamento estudantil ou crédito para geração de energia distribuída em unidades residenciais (FNE Sol PF (Pessoa Física) e/ou aplicações financeiras.

Em 2021, mais uma vez a linha do FNE Sol PF ganha destaque com a contratação de 3.988 operações, superando, assim, o montante de 133,7 milhões, o qual ultrapassa a meta estabelecida em 111%. Ademais, tal resultado equivale a um crescimento de 23% no comparativo com o valor obtido no ano anterior. Essa performance é consequência do contínuo trabalho de melhoria e aperfeiçoamento do processo de concessão de crédito, sendo este ágil, simplificado e totalmente automatizado.

Ressalta-se, também, o compromisso do Banco do Nordeste com um futuro sustentável, através do financiamento à geração de energia limpa e acessível para as residências na sua área de atuação. Desde a criação do programa em 2019, foram atendidas mais de 10 mil famílias, em 846 municípios, cuja potência produzida supera 70.000 kWp, contribuindo para geração ou manutenção de mais de 2 mil empregos, e com retorno de R\$ 75,0 milhões em tributos para a sociedade. Destaca-se ainda que através do FNE Sol PF foi possível deixar de emitir mais de 65.000 ton/ano de gas carbônico na atmosfera.

Em 2021, a linha de crédito FNE Sol Pessoa Física do BNB, foi agraciada com o Prêmio da categoria especial ALIDE Verde 2021, o qual reconhece as melhores práticas de inclusão

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

financeira, responsabilidade socioambiental e inovação promovidas por bancos de desenvolvimento.

Outro importante fato a destacar, foi o impulsionamento do programa de financiamento estudantil (P-Fies), em que foram contratados mais de R\$ 22,2 milhões em operações, esse valor representa 148% da meta estabelecida e um acréscimo de 87% em relação ao montante contratado em 2020, possibilitando o acesso de estudantes ao ensino superior de qualidade, e contribuindo através do conhecimento como suporte ao desenvolvimento da região. Atualmente, existem acordos com 98 Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior que viabilizam a execução do programa em todos estados de atuação do Banco.

Corporate

O segmento *Corporate* é composto por empresas de grande porte com faturamento bruto anual superior a R\$ 400,0 milhões, além de empresas com operações sindicalizadas ou no âmbito da Infraestrutura, independentemente do seu faturamento.

O atendimento desse nicho de mercado fica a cargo das 14 plataformas de atendimento, distribuídas nos 11 estados de atuação do Banco.

Ao final do exercício de 2021, as carteiras *Corporate* possuíam um total de 1.371 clientes ativos, o que resulta em um crescimento de 31,1% em relação ao número de clientes que encerraram o ano de 2020.

Durante o ano de 2021, o segmento *Corporate* contratou R\$ 9,06 bilhões em operações com recursos do FNE (inclusive operações de Nordeste Exportação), representando um incremento de 18,0% em relação ao exercício anterior. Do montante contratado pelo segmento, R\$ 7,15 bilhões foram voltados para as operações de Infraestrutura com foco na geração e transmissão de energia, principalmente eólica e fotovoltaica. Além disso, foram contratados R\$ 1,21 bilhão em operações saneamento básico e logística.

Referidas operações de Infraestrutura estão alicercadas nas áreas estruturantes e estratégicas para o desenvolvimento da Região Nordeste. Em 2021, o segmento *Corporate* desembolsou R\$ 7,27 bilhões, o que corresponde a 30,6 % dos valores liberados pelo Banco, perfazendo um total de 112% da sua meta prevista.

Governo

O segmento Governo encerrou o ano de 2021 com um total de 2.127 clientes, representando um crescimento de 6% em relação aos 2.000 clientes verificados na posição de Dezembro/2020. São 2.001 clientes representados por entes da administração pública direta e indireta, mais 126 de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Na posição de 31/12/2021, o segmento responde por captações efetivas na ordem de R\$ 933,0 milhões, sendo R\$ 514,8 milhões oriundos de clientes da administração pública direta e indireta e R\$ 418,2 milhões dos RPPS, respectivamente, 55% e 45% do total captado efetivamente. O volume total captado representa um percentual de 29% do valor registrado na posição de 31/12/2020 no valor de R\$ 723,0 milhões.

No tocante às captações com o produto de fundos de investimento, destacamos o percentual de participação das captações realizadas com clientes dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com um valor efetivo captado de R\$ 417,6 milhões, representando 67% do valor captado nesse produto que totalizou a importância de R\$ 621,3 milhões. O resultado dessa participação é reflexo de estratégia adotada desde o final de 2017, onde o Banco do Nordeste vem aprimorando e intensificando o processo de captação e acompanhamento das aplicações dos RPPS da área de atuação do Banco nos Fundos de Investimento. Essa estratégia tem possibilitado a expansão do saldo dos RPPS no BNB de R\$ 188,1 milhões, em dezembro/2017, para R\$ 417,6 milhões em dezembro/2021, correspondendo uma expansão em valores absolutos de R\$ 229,5 milhões e um percentual de 122% no período de quatro anos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Finalmente, o segmento de Governo conta com um ativo total de R\$ 460,6 milhões, representado por operações contratadas com estados da região Nordeste, sob a égide do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

Empresarial

O segmento Empresarial é composto por empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 4,8 milhões até R\$ 400,0 milhões. Ao final do ano de 2021 o segmento alcançou o quantitativo de 14.846 clientes, apresentando um incremento de 8,4% em relação à base de clientes existentes no final do ano de 2020.

Durante o ano de 2021 o segmento Empresarial contratou operações com FNE que totalizaram R\$ 4,25 bilhões. Desse total R\$ 1,13 bilhões foram contratados com o Porte Prioritário Pequeno-Médio. Acrescentamos os seguintes resultados adicionais: alcançou-se um ativo de R\$ 21,3 bilhões, através 28.168 operações de crédito. No comércio exterior, o montante contratado foi de R\$ 222,6 milhões e na Poupança Rural, o montante foi de R\$ 386,0 milhões. Vale ressaltar que foi desembolsado o volume total de R\$ 4,85 bilhões em operações com o FNE.

O segmento empresarial também se destacou contratando R\$ 431,0 milhões em operações com o Cartão BNB no ano de 2021, com desembolso de R\$ 307,0 milhões para capital de giro e R\$ 124,0 milhões para investimento. Em relação a captação, o segmento mantém em saldo médio R\$ 1,82 bilhões em fundos de investimento.

5.3 Recuperação de Crédito

No ano de 2021 foram regularizados mais de R\$ 3,16 bilhões de créditos inadimplidos que estavam em situação de prejuízo e/ou com atraso superior a 60 dias, dentre os quais R\$ 576,7 milhões foram recebidos à vista. Este montante importou na regularização de 86.501 operações com recursos do FNE e de 5.589 operações com outras fontes.

O volume de regularização apresentou desfecho levemente superior ao ano de 2020 em termos absolutos, mantendo influência satisfatória na qualidade do ativo e positiva nos resultados do Banco. Acrescente-se nessa esfera, os impactos econômicos das medidas de isolamento social decorrentes da pandemia da Covid-19, que afetaram fortemente as empresas da Região devido as medidas sanitárias adotadas pelos órgãos de saúde.

No enfrentamento dos efeitos prejudiciais na economia, medidas foram tomadas com a implementação pelo Banco das renegociações destinadas aos setores impactados e aos mutuários que estivessem enfrentando dificuldade temporária de reembolso em decorrência da persistência dos efeitos adversos decorrentes da pandemia de Covid-19, e à operacionalização da renegociação extraordinária ao amparo dos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 1.016, de 17/12/2020.

Na Tabela 11, destacam-se as regularizações de operações realizadas para mitigar as dificuldades operacionais e financeiras causadas pela pandemia. Do valor total regularizado, mais de R\$ 1,05 bilhão foi efetivado por meio dos mencionados dispositivos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tabela 11 - Quantidades de Operações e Valores de Regularização de Dívidas
(renegociações de enfrentamento aos impactos negativos da pandemia da Covid-19, da Resolução CMN nº 4.908/2021 e da Medida Provisória nº 1.016/2020) – vrs. R\$ 1.000

Tipo de Regularização	Quant. Operações	Valor Regularizado
Renegociação Covid-19 - Mutuários com Dificuldade Temporária para Reembolso - Operações Não Rurais	3.774	778.752
Renegociação Covid-19 Complementar (Setores Impactados)	1.077	125.891
Res. nº 4.908/2021 - Renegociação de Operações. Rurais-Art. 2º	3.956	138.368
Renegociação Covid-19 - Recursos Internos	92	9.526

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria Financeira e de Crédito

A seguir é apresentada a Tabela 12 que contém os quantitativos de operações e valores regularizados em 2020 e 2021:

Tabela 12 - Quantidades de Operações e Valores de Regularização de Dívidas

2020		2021	
Quant. Ops.	Valor	Quant. Ops.	Valor
160.908	3.123.648	92.090	3.162.454

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria Financeira e de Crédito

Vale salientar a publicação da Resolução do CMN nº 4908/2021, que em seu artigo 2º estabeleceu condições para renegociação de operações de crédito rural lastreadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) de empreendimentos que tiveram suas atividades impactados negativamente pela pandemia de Covid-19.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

6.1 Introdução

A Governança no setor público é compreendida como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (disponível em: <http://www.tcu.gov.br/governanca>).

Em 2021, o Banco do Nordeste obteve o melhor índice de governança pública entre os cinco bancos federais recentemente avaliados pelo Tribunal de Contas da União. O levantamento ressaltou as capacidades do BNB em liderança, estratégia e controle. A instituição alcançou a nota 99,07%, contra 95,92% do segundo colocado.

O resultado representa um grande salto em comparação à última avaliação realizada em 2018, na qual a empresa ficou com o quinto melhor índice. A estrutura de governança corporativa do Bancodo Nordeste, definida em seu estatuto social, está alinhada às melhores práticas de mercado, na medida em que fortalece o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional da empresa. A estrutura possui órgãos que visam avaliar, direcionar e monitorar a sua gestão, como o Conselho de Administração, assessorado pelos Comitês de Auditoria, de Remuneração e Elegibilidade, de Riscos e de Capital; a Auditoria Interna e a Ouvidoria; a Diretoria Executiva e uma Comissão de Ética.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Além do Estatuto Social, o Banco dispõe dos Regimentos Internos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria como balizadores das ações e práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em harmonia com os demais normativos e leis vigentes e são importantes instrumentos da Governança Corporativa, na medida em que fortalecem o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional do Banco.

O Banco do Nordeste dispõe de um Código de Conduta Ética e Integridade, disponibilizado na Internet para todos os interessados. Esse código destaca-se como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na Instituição, em consonância com os valores de acesso e transparência das informações. A política de tomada de decisões acontece de modo colegiado em todas as unidades com o propósito de assegurar o fortalecimento e proporcionar maior segurança à governança. Para tanto, são utilizados comitês e comissões, que visam mitigar riscos associados ao processo de tomada de decisão. O Banco possui mecanismos de gestão que adotam as melhores práticas de Governança Corporativa, garantindo efetividade e independência na gestão dos riscos e controles internos e *compliance*.

6.2 Auditoria

A Superintendência de Auditoria do Banco do Nordeste tem por propósito a avaliação dos processos de gerenciamento de riscos e governança, visando adicionar valor à organização, reportando à alta administração a eficácia do sistema de controle interno. Utiliza a metodologia de auditoria de processos com foco em riscos, por meio da qual vem aprofundando o conhecimento dos processos corporativos, contribuindo com a melhoria das estruturas de controle, de forma independente e objetiva.

No ano de 2021, foram concluídos 77 trabalhos de auditoria, dos quais destacamos os seguintes objetos: Contabilidade – Partes Relacionadas, Operacionalização de Produtos e Serviços de Crédito, inclusive Pronampe, Operacionalização de Produtos e Serviços Bancários, Operacionalização de Produtos e Serviços de Microfinanças, Gestão de Clientes, Criação e Difusão do Conhecimento Empresarial, Remuneração de Dirigentes, Gestão de Carteira de Contencioso, Gerenciamento da Arquitetura Organizacional e de Processos, Gestão de Projetos de TI, Agências, Transformação Digital, Segurança Cibernética, Gestão das Operações de Infraestrutura de TI, Controle Financeiro de Operações de Crédito, Gerenciamento de Capital e Gestão de Riscos.

6.3 Controles Internos

Coforme trata a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, publicada na Internet: <https://www.bnb.gov.br/sobre-o-bnb/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa>, a Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste tem como pilares as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; o compromisso de seus empregados em atuar com o foco nos objetivos empresariais e transparência; estrutura organizacional que garanta a segregação de funções e que possibilite a adequada delegação de autoridade e de atribuições; além das políticas e práticas de gestão de riscos, *compliance* e segurança da informação.

Os objetivos da Estrutura de Controles Internos no BNB são: a) manter os riscos inerentes aos processos, produtos, serviços e sistemas do Banco dentro dos limites das políticas de gestão de riscos vigentes; b) testar e avaliar a aderência da Instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicáveis, aos códigos de ética e de conduta; c) monitorar o fluxo de informações para garantir a consistência na tomada de decisão e da prestação de contas; e d) contribuir para a otimização dos resultados empresariais.

No plano diretivo, a Diretoria Colegiada é o órgão gestor da Estrutura de Controles Internos, tendo o Diretor de Controle e Risco como responsável, perante a autoridade monetária nacional, pela gestão de riscos, controles internos e *compliance*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os comitês de decisão e/ou de avaliação são também componentes essenciais da estrutura de gestão de controles e riscos, especializados que são para diversas naturezas de assuntos.

A Comissão de Ética do Banco do Nordeste também exerce importante papel de apoio à Estrutura de Controles Internos, pois tem como atribuição promover o Código de Conduta Ética e Integridade, representar o cidadão (cliente ou não) dentro do ambiente empresarial, inclusive mediando conflitos atuando para a melhoria dos processos internos da Instituição.

O conjunto de todas as políticas e diretrizes do Banco é orientado pela transparência com os acionistas, o mercado e a sociedade, pelo cumprimento das leis, normas e regulamentos do sistema financeiro nacional e pela gestão institucional efetivada em modelos que garantem o cumprimento da missão, a continuidade da organização e a geração de resultados favoráveis e sustentáveis. Neste sentido, foram atualizadas/revisadas em 2021 as seguintes políticas: Controles Internos e Compliance, Segregação de Funções, Política de Consequências, Gestão de Continuidade de Negócios e o Programa de Integridade.

O indicador de conformidade (IC) do BNB, em 2021, atingiu 97,94%. Esse resultado ratifica a orientação empresarial da administração do Banco de realizar negócios de forma íntegra, sustentável e rentável.

6.4 Gestão de Riscos

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste estabelece, como princípio essencial, a manutenção do sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da Instituição. Para fins da gestão integrada de riscos define-se a relevância dos riscos em função do seu potencial de impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição. Para os riscos considerados relevantes são definidas metodologias, estratégias, processos, procedimentos e sistemas para o seu gerenciamento, sendo eles: crédito, concentração, mercado, taxa de juros da carteira bancária (IRRBB), liquidez, operacional, estratégico, reputacional, capital, conformidade, socioambiental, atuarial, cibernético e de modelos. Esses riscos são monitorados e reportados sistematicamente e periodicamente à Diretoria Executiva, ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao Comitê de Riscos e de Capital (CRC) e ao Conselho de Administração.

Para definição dos limites de apetite por riscos foram considerados, entre outros aspectos, o planejamento estratégico da Instituição, o histórico dos indicadores já utilizados na gestão de riscos, a expectativa de realização de negócios para os próximos anos, bem como o cenário econômico-financeiro, em consonância com o planejamento estratégico e o plano de capital. O responsável pela definição e pela revisão periódica do apetite por riscos no Banco do Nordeste é o Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Riscos e de Capital, da Diretoria Executiva e do Diretor de Controle e Risco (CRO).

O processo de gestão de riscos do Banco do Nordeste fundamenta-se, portanto, na observação da legislação vigente, na Política Corporativa de Gestão de Riscos, na Declaração de Apetite a Riscos (RAS), na adoção das boas práticas de mercado e no uso de modelos metodológicos definidos e documentados, passíveis de serem testados quanto à consistência, confiabilidade, integridade e transparência dos resultados.

Outras informações sobre a nossa estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos estão disponíveis no site <https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis-e-documentos-cvm> e no <https://www.bnb.gov.br/relatorios-de-gestao-de-riscos>.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7. RELACIONAMENTOS

7.1 Relacionamento com Cliente

O Banco do Nordeste, visando proporcionar melhor atendimento ao cliente e consolidar a imagem institucional de credibilidade, segurança e competência, presta atendimento à luz de sua política de relacionamento com clientes, consoante a Resolução nº 4.539/2016, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão realizou 5.777.508 atendimentos em 2021, sendo: 751.923 atendimentos por telefone (SAC e CAC); 91.377 por canais multimeios (SIC, e-mail, redes sociais, consumidor.gov, sítios de reclamações); 20.638 emissão de segundas vias de boletos disponibilizadas aos clientes; 4.913.570 de atendimentos ativos incluindo: orientação empresarial para negócios, cobranças de administração de crédito e seguros, monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, monitoramento de segurança bancária, renovação de seguros e realização de pesquisas de satisfação e campanhas institucionais.

Cabe evidenciar que o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), criado pela Lei de Acesso à Informação, presta atendimento por transparência ativa (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao>) e transparência passiva (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>).

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco do Nordeste (BNB) busca ser reconhecida como indutora da excelência no atendimento à sociedade, parceira na promoção de melhorias nos processos, produtos e serviços e referência em Ouvidoria Bancária.

O canal de atendimento da Ouvidoria representa os interesses da sociedade, atuando imparcialmente na intermediação de possíveis conflitos e, preventivamente, trabalhando no aperfeiçoamento do atendimento e do relacionamento do Banco do Nordeste com a sociedade.

No ano de 2021, foram registrados 37.887 atendimentos, considerando reclamações, denúncias, elogios, sugestões e informações.

Todas as demandas foram tratadas e respondidas dentro do prazo legal, tendo alcançado o índice recorde de 98% do atendimento em até 5 dias úteis, com o tempo médio de 2,29 dias úteis.

Destaca-se que a Ouvidoria do Banco do Nordeste vem obtendo índices superiores ao estabelecido na Resolução CMN nº 4.860/2020. A este fato, acrescenta-se o compromisso do BNB de atender pelo menos 50% das reclamações recepcionadas em até 5 dias úteis (Sarb 001/2008, do Sistema de Autorregulação Bancária, da Febraban).

O Banco do Nordeste atingiu 1º lugar no *Ranking* de Qualidade das Ouvidorias de instituições financeiras do Banco Central (Bacen), nos 1º e 2º trimestres de 2021. O *ranking* objetiva disponibilizar à sociedade informações qualitativas sobre o desempenho das ouvidorias das instituições financeiras.

Importante salientar que, mesmo ausente do 1º grupo do *ranking* a partir do terceiro trimestre de 2021, o BNB alcançou índice maior que o do atual primeiro lugar. Portanto, caso dispusesse de base de clientes ativos que o assegurasse naquele grupamento, teria permanecido na primeira posição.

No tocante ao *Ranking* de Reclamações, o BNB deixou de integrar o 1º. Grupo do Bacen, desde o 3º. trimestre de 2021, considerando a sua atual base de clientes ativos. Já no 2º Grupo do Bacen, figuram apenas as instituições financeiras com mais de 30 (trinta) demandas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

reguladas procedentes por aquele Regulador, tendo o Banco do Nordeste registrado 13 (treze) demandas reguladas procedentes no terceiro trimestre de 2021.

Dessa forma, no terceiro trimestre de 2021, o Banco do Nordeste compôs o 3º grupo do *Ranking* de Reclamação do Banco Central.

7.2 Experiência Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

O cenário atual demanda a incorporação e o uso de tecnologias para alavancagem dos negócios. Nessa jornada de transformação digital, o Banco do Nordeste realizou em 2021 várias entregas de projetos de TIC, sendo que alguns deles são de grande envergadura e já estão gerando resultados, de forma a melhorar ainda mais a eficiência operacional dos processos internos e, ao mesmo tempo, otimizar a experiência do cliente do Banco.

Principais Realizações de TI em 2021

- a) Nova Solução de Backup para Mainframe
- b) Upgrade de 500% dos Links Internet
- c) Aquisição e Instalação de Mainframes z15
- d) Instalação de WiFi Corporativo no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas (CAPGV)
- e) Disponibilização de Nova Solução de Cadastro
- f) Automatização do processo de Importação, Geração e Transmissão de Eventos da obrigação acessória e-Financeira.
- g) App BNB Agro disponibilizado na loja da Apple
- h) **Novas funcionalidade para o Cartão BNB:** Comunicação automática para Agências sobre Aplicações de Fundo de Risco, criação do FNE Saúde, atualização da tipologia de municípios para cálculo da taxa de juros, ressarcimento de operações de investimento e novo Painel para gestão da carteira de clientes, com informações sobre restrições e limites dos clientes;
- i) **GEPRODES (PRODETER):** Cadastro de Projetos, de Plano de Ação Territorial, de Agente Econômico e de Parceiros, Análise de Etapas, Programas e Territórios, além do Relatório de Contratações para Atividades Priorizadas e dos relatórios de Agentes Econômicos dos PATS;
- j) **Plano de Negócios (SEAP):** Modernização das ferramentas de apresentação de planos e projetos de financiamento para o setor rural, otimizando o processo concessão de crédito e ampliando a atuação nos canais digitais;
- k) **Central de Informações:** Criação do indicador de Consulta Tarifada para apoiar validação dos custos das consultas realizadas e faturas dos serviços de órgãos externos (SERASA, CDL-SPC e SERPRO), otimizando o atesto de pagamento aos fornecedores;
- l) **Gestão de Risco de Mercado e Capital:** Conclusão das integrações necessárias ao novo sistema de Gestão de Riscos de Mercado e de Liquidez e conclusão das integrações necessárias ao novo sistema de Gestão de Capital e RWACPAD;
- m) **Seguros Obrigatórios:** Disponibilização à Camed de serviço de cotação automática de seguro, contemplando envio de cotação, proposta, apólice e renovação, além das funcionalidades de cancelamento do seguro, recusa de proposta e de cotação;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- n) **Sistema de Gerenciamento de Tributos:** Geração automática de declarações digitais do Tributo Municipal Próprio ISSQN, melhorias nos Módulos de Apuração, Acompanhamento e Declaração e relatórios sobre cálculo e geração das declarações;
- o) **FIES:** Melhorias na importação e alterações dos dados das mantenedoras, permitindo inclusões de cursos a qualquer momento no semestre, facilitando o financiamento imediato tão logo seja firmada parceria com instituição de ensino;
- p) **Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe):** Operacionalização do Programa de Garantia FGO Pronampe, que visa prestar garantias para operações no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- q) **Sistema SINC:** Deferimento automático de propostas de Custeio, FNE SOL, Crédito Fundiário e com fonte de recursos do FEDAF, instruídas pelas Centrais de Crédito, com valor de até R\$ 50 mil;
- r) **Sistema SIEG:** Automatização de ACJ's para Fundo de Liquidez não Recompuesto. Relatório FIES Desembolso. Manutenção para o Catálogo 5.03 (SICOR). Alteração de rotina de cálculo do rateio para tratamento de multa nos acumuladores de débito; e
- s) **Sistema SIAC:** Alterações e ajustes para atender as novas definições do BACEN para envio de operações do SICOR. Desenvolvimento de funcionalidades para operacionalização do FGO PRONAMPE.

Principais Desafios da TI para 2022

Além dos Projetos Estratégicos, outras importantes soluções estão em desenvolvimento, gerando entregas parciais que já possibilitam a melhoria de processos da Instituição, o atendimento a determinações legais e o incremento dos negócios do Banco, todas relacionadas com o investimento contínuo na transformação digital da instituição. Nesse sentido, os principais desafios da TI do Banco do Nordeste para 2022 consistem nas seguintes ações:

- a) Contratação de Serviços de Desenvolvimento de Software Ágil
- b) Contratação de Suporte Técnico Especializado em Produtos de Software
- c) Contratação de Serviços de Apoio à Governança e à Gestão da TIC
- d) Aquisição de Equipamentos de Terminais de Caixa
- e) **Comunicações Unificadas:** Nova solução de Comunicação Unificada para renovar e integrar a telefonia IP ao Microsoft Teams, incluindo disponibilização de solução para *call center* e mesas de operações financeiras;
- f) Aquisição de Solução de Balanceamento de Carga de Links e Servidores
- g) Aquisição de Servidores Blade
- h) Contratação de Solução Antimalware e Antispam
- i) Renovação de Licenças de Virtualização de Aplicações e Infraestrutura como Serviço
- j) **NOC (Network Operation Center):** Modernização do Centro de Monitoramento de Ativos de TI, que monitora os ativos necessários para o funcionamento dos produtos/serviços de tecnologia da informação utilizados pelo Banco, viabilizando resposta proativa a falhas, análise preditiva de falhas, redução do impacto no negócio e aprimoramento da experiência do usuário.
- k) **Solução de Gestão Jurídica:** Aquisição de solução para acompanhamento de processos judiciais, administrativos e serviços advocatícios terceirizados

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- l) **Aquisição de Sistema de Core Bancário:** Sistema integrado, com soluções inovadoras, digitais, infraestrutura simplificada e prática, que possibilita transações de serviços e produtos bancários; e

Montante de Recursos Aplicados em TI

Em 2021, a TI despendeu em torno de R\$ 353,5 milhões, sendo R\$ 313,2 milhões referentes às despesas e R\$ 40,2 milhões referentes a investimentos. As Superintendências do Banco que efetuaram maiores valores de desembolsos em 2021 com soluções de tecnologia, considerando contratos e outras iniciativas, foram: Superintendência de Tecnologia da Informação (R\$ 303,0 milhões), Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance* e Segurança (R\$ 18,5 milhões), Superintendência de Logística (R\$ 11,7 milhões) e Superintendência de Produtos e Serviços Bancários (R\$ 6,8 milhões).

7.3 Relacionamento com a Sociedade

Ações de Patrocínios

As ações de patrocínio conciliam diretrizes do Governo Federal com interesses institucionais e mercadológicos, visando ampliar relacionamentos, divulgar produtos, incrementar negócios e fortalecer a marca. Em 2021, foram destinados R\$ 3,5 milhões a 147 projetos aprovados, dos quais 14 culturais e 133 de cunho institucional-mercadológico. O investimento em projetos de patrocínio que tiveram fonte em leis de incentivo fiscal correspondeu aproximadamente a 18,8% do total de recursos aprovados.

Atividades dos Centros Culturais

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., na perspectiva de sua missão de atuar como o banco de desenvolvimento da região Nordeste, dispõe de uma política cultural denominada Banco do Nordeste Cultural, que envolve ações de disponibilização de obras de arte em suas unidades e exposições em instituições parceiras, gestão de acervo de documentos que contam a história da Instituição e oferta de programação gratuita nos seus três centros culturais.

O primeiro Centro Cultural foi inaugurado em 1998 na cidade de Fortaleza(CE). O segundo foi instalado em Juazeiro do Norte(CE), em 2006, e o terceiro, em Sousa(PB), em 2007.

Tais equipamentos organizam, coordenam e estimulam atividades culturais com o fito de desenvolver e de fortalecer a cultura e a arte do Nordeste do Brasil, em intercâmbio com as outras regiões do país e, eventualmente, em diálogo internacional. Estão sintonizados com os conceitos que aprimoram o papel das empresas nas sociedades em que atuam, fortalecendo em suas ações os princípios de *Environmental, Social and Governance* (ESG, na sigla em inglês), comprometidos com a governança social para o bem-estar da sociedade pelo acesso a programação dos Centros Culturais, conectados com o mundo.

São espaços físicos onde o público pode apreciar os diversos conceitos e estilos de arte, a partir de sua programação sistemática nas suas sedes e/ou no canal do Youtube, associando a marca institucional do Banco como empresa fomentadora da cultura regional.

A escolha das atividades que compõem a programação dos Centros Culturais Banco do Nordeste ocorre de três formas:

a) Chamada Pública: o Banco do Nordeste lança edital e seleciona atividades relacionadas às linguagens artísticas trabalhadas, que comporão uma base de dados que será utilizada pelos curadores responsáveis pela programação.

b) Escolha Direta: o gestor e os consultores culturais de cada unidade avaliam as propostas com base na aderência temática mensal, possibilidade de diálogo com população local e disponibilidade de agenda dos artistas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Assim, os Centros Culturais Banco do Nordeste, ao mesmo tempo que possibilitam a fruição artística e cultural, fortalecem sua imagem como instituição que movimenta a economia regional incentivando o mercado artístico.

Com uma atuação cada vez mais ativa, as bibliotecas vêm desempenhando um importante papel na formação do público atendido, tanto interno como para a comunidade em geral. Hoje temos uma biblioteca em cada Centro Cultural Banco do Nordeste e uma no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas-CAPGV. No ano de 2021, foram emprestados 2.172 exemplares.

Quadro 3 - Métricas das Bibliotecas em 2021

Biblioteca	Usuários	Exemplares Emprestados
Biblioteca CAPGV	2.595	1.897
CCBNB-Fortaleza	675	70
CCBNB-Juazeiro	1.791	64
CCBNB-Sousa	1.426	141

Fonte: Banco do Nordeste - Superintendência de Marketing e Comunicação

Em função de medidas regulamentadas por decretos estaduais e municipais, em decorrência da pandemia do Coronavírus, os Centros Culturais ofereceram atividades on-line durante todo o ano de 2021, com 199.506 visualizações, gerando mais de 5 mil novas inscrições, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Estatísticas do Canal no Youtube do Centro Cultural Banco do Nordeste em 2021

Canal do CCBNB Youtube	Ano 2021
Quantidade de Visualizações	199.506
Horas de Exibição	16.859
Quantidade de Novos Inscritos	5.093

Fonte: Canal YouTube do Centro Cultural Banco do Nordeste

Com a reabertura dos equipamentos, os Centros Culturais, a partir de agosto de 2021, retomaram gradativamente as atividades presenciais, com a realização de 124 atividades, conforme Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 – Atividades presenciais realizadas nos Centros Culturais Banco do Nordeste em 2021

Centro Cultural	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
CCBNB-Fortaleza	1	0	0	41	19	61
CCBNB-Cariri	1	1	6	8	22	38
CCBNB-Sousa	0	0	1	7	17	25
Total	2	1	7	56	58	124

Fonte: Banco do Nordeste - Superintendência de Marketing e Comunicação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.4 Relacionamento com Empregados

O Banco do Nordeste encerrou 2021 com 6.708 empregados, 95 Bolsistas de Nível Médio, 613 Bolsistas de Nível Superior e 603 Jovens Aprendizizes. Foram realizadas 166 convocações de candidatos oriundos do concurso realizado em 2018, dos quais 148 para os cargos de Analista Bancário (nível médio) e 18 para Especialista Técnico - Analista de Sistemas (nível superior).

Desses 6.708 empregados, destaca-se que a distribuição da força de trabalho do Banco por sexo apresenta 32,5% de empregados do sexo feminino e 67,5% do sexo masculino. Em relação aos cargos de gestão principal, gestão intermediária e coordenação, 28,3% desses cargos são ocupados por mulheres e 71,7% são ocupados por homens.

Em 2021, foram realizados 433 processos de seleção interna por meio da plataforma "Promova-se", dos quais 34 foram para funções de gestão principal, resultando em 370 candidatos selecionados e 217 unidades providas. O Ciclo de Promoções de 2021 dos empregados do Banco ocorreu em julho de 2021, onde 2.143 empregados foram promovidos, sendo 2.102 empregados promovidos por Merecimento e 41 empregados promovidos por Tempo de Serviço.

O percentual de empregados do Banco com nível superior, especialização, mestrado e doutorado é de 86,14%, tendo havido crescimento da quantidade de pós-graduados de 49,90%, em 2020, para 54,74%, em 2021.

No ano de 2021, houve a consolidação do novo modelo de avaliação de desempenho dos empregados do Banco do Nordeste: "ConverGENTE", cujo resultado considera os pesos de 30%, 20% e 50% para a Avaliação Comportamental, Programa de Ação e Avaliação de Meta Individual, respectivamente. As metas individuais permitem o acompanhamento próximo do empregado e os aproximam das diretrizes do Planejamento Estratégico. No período 2021.1, participaram da avaliação 532 unidades. As avaliações do período 2021.2 estão em andamento com conclusão prevista para março de 2022.

No tocante à política de reconhecimento de empregados, foram entregues 804 *botons* referentes à "Comenda Escudo BNB", estabelecido com base no tempo de serviço prestado ao Banco.

Na perspectiva da Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, continuou-se com o aprimoramento e divulgação das medidas de prevenção à infecção pela COVID 19, tendo sido criada também a campanha de incentivo à vacinação contra a COVID 19. O Programa "De bem com você mesmo", suporte emocional para os empregados, voltado para prevenção ao adoecimento mental, atuou fortemente junto aos empregados em regime de teletrabalho.

Ao longo do ano, foram realizadas diversas campanhas e ações de saúde, como por exemplo: campanha de vacinação contra a Gripe, Janeiro Branco, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, Campanha de Doação de sangue etc. Foi lançado também o Programa de Prevenção à Violência Doméstica e familiar contra a mulher, com a criação de normativo específico e hotsite na Intranet, com amplo material informativo sobre o assunto.

Houve a implantação no segundo semestre do Sistema Saúde e Segurança do Trabalho que permite uma melhor gestão dos processos de saúde ocupacional, segurança do trabalho e qualidade de vida, por meio de informações que poderão ser mais facilmente acessadas para a consecução dos objetivos da área.

Iniciaram-se a implantação das primeiras ações do programa Saúde Emocional, programa de capacitação para os gestores principais de Unidades e inclusão do tema Saúde Mental no Treinamento Introdutório para novos empregados.

A Universidade Corporativa Banco do Nordeste estruturou, em 2021, programa de excelência para líderes, envolvendo os atuais e potenciais gestores - Programa de Excelência em Gestão (PEG), e desde então oferta oportunidades de capacitação para formação de gerências principais e intermediárias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ademais, o Banco contratou treinamento para todos empregados, capacitando-os para a mudança de comportamento e cultura - 'Trilha de Transformação Digital', - de modo que o BNB permanece cada vez mais alinhado às novas tendências nesse assunto. Até a data de 23/12/2021, foram concluídas 5.200 oportunidades, distribuídas pelos empregados dos níveis estratégico, tático e operacional.

A Universidade corporativa também apoia o desenvolvimento educacional por meio de patrocínios para cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado. O segmento de Educação Formal visa elevar o nível educacional dos empregados do Banco do Nordeste. Anualmente, a Universidade Corporativa divulga a previsão da quantidade de oportunidades que serão ofertadas para a concessão de investimento-educação em cursos realizados em instituições de ensino credenciadas junto ao Ministério da Educação (MEC), distribuídas por vagas e por áreas de interesse do Banco do Nordeste.

Ao longo dos anos foram ofertados mais de 3.500 patrocínios, tendo iniciado o ano de 2021 com 168 em andamento. Durante 2021, conforme novas diretrizes, foi realizada a contratação de 135 oportunidades em cursos pós-graduação, para os funcionários do Banco, em universidade de renome no mercado. Para este processo, foram escolhidas diversas instituições com reconhecimento no mercado como a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidade Presbiteriana Mackenzie, entre outras instituições que oferecem cursos de pós-graduação *online*.

Destaca-se, também, produção de eventos *online* e ao vivo em plataforma *Teams*, onde direto de seus locais de trabalho, os funcionários podem assistir a apresentações sobre os temas de interesse da rede de agências e enviar perguntas, que são respondidas imediatamente. Depois dos encontros, a gravação fica disponível para os que quiserem reforçar o aprendizado.

Em 2021, foram realizadas 38.867 oportunidades de treinamento (educação profissional), das quais 4.358 (11,21%) na modalidade presencial e 34.259 (88,14%) ofertadas à distância, contemplando 90,62% do quadro funcional do Banco.

Em relação à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PLD), exigência do Banco Central, o Banco do Nordeste capacitou e/ou atualizou 99,75% dos seus empregados.

Sobre o tema Integridade, a Universidade Corporativa promoveu a capacitação de eventos nas modalidades interno (*in company*) e externo. Destacam-se como eventos internos: V Fórum de Integridade e Ética do Banco do Nordeste e Oficina Disseminação Sobre a Gestão da Ética no BNB. Também foram ofertados patrocínios para eventos externos como o Congresso Internacional de Gestão de Riscos, Congresso de profissionais de PLD, Gestão Integrada de Riscos - Resoluções Bacen Nº 4557 e Nº 4745, Congresso de Prevenção a Lavagem de Dinheiro, entre outros eventos de relevância sobre o tema, gerando diversas oportunidades em treinamentos acerca do assunto no ano de 2021.

A Universidade Corporativa ofertou, ainda, 27 cursos relacionados ao tema, na modalidade à distância, tais como: Controles Internos, Gestão de Risco Operacional, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Prevenção a Fraudes, Governança, Ética, Segurança Bancária e o Programa de Integridade, englobando 5.096 oportunidades.

8. ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS

8.1 Camed

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed Saúde), criada em 1979, é integrante do Grupo Camed, em conjunto com a Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda e a Creche Paulo VI. A Camed Saúde dispõe de uma carteira total de 37.590 beneficiários na posição de dezembro de 2021, estando presente na região Nordeste, norte de Minas Gerais e no norte do Espírito Santo, além do Distrito Federal.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No exercício de 2021 o resultado da Camed Saúde foi superavitário em R\$ 17,0 milhões, superando as projeções orçamentárias e o exercício de 2020 em aproximadamente R\$ 4,0 milhões e R\$ 5,0 milhões, respectivamente. Esse resultado decorreu principalmente do esforço relacionado a racionalização das despesas administrativas com um decréscimo de 10% relação ao ano anterior, da evolução das receitas com convênios de reciprocidade e desempenho significativo das receitas com rendimentos de aplicações financeiras, agregado a isso o ganho de ações judiciais contra o INSS e ressarcimento de despesas com desenvolvimento de sistema informatizado, no montante de R\$ 14,6 milhões. Destaca-se, ainda, o comportamento favorável da sinistralidade da Operadora Camed Saúde (Autogestão) que no ano de 2021 registrou 88% evidenciando um índice abaixo de 90%, média das Operadoras de Autogestão do país, considerando as permanentes ações de controle do custo assistencial realizados por essa Caixa.

Os resultados positivos apresentados nos últimos anos têm possibilitado a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, bem como do atendimento aos requisitos de garantias financeiras perante o Órgão Regulador de planos de saúde no Brasil, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o que traz maior segurança para a assistência aos beneficiários da Camed Saúde e tem seus riscos consideravelmente mitigados para o mantenedor Banco do Nordeste.

A Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda (Camed Corretora) está presente principalmente na região Nordeste, por intermédio das Agências do Banco do Nordeste, e obteve resultado positivo de R\$ 18,8 milhões no ano de 2021, representando um crescimento de 81% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado decorre principalmente da evolução das receitas de comissões das vendas de seguros de R\$ 66,7 milhões no exercício de 2020 para R\$ 88,6 milhões no ano de 2021, representando um crescimento de 33%.

8.2 Capef

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em 1967, que administra um patrimônio de investimentos de R\$ 5,76 bilhões na posição de 31/12/2021.

A Capef possui 12.517 participantes e beneficiários assistidos. Estes participantes estão agrupados em dois planos previdenciários: i) Plano BD – de benefício definido fechado para ingresso de novos participantes e ii) Plano CV I – de contribuição variável, criado em 2010.

O Plano BD encerrou o 2021 com 1.132 participantes ativos, 3.762 aposentados e 1.454 pensionistas. A rentabilidade do Plano BD no período foi de 11,53%, abaixo da sua meta atuarial de 15,94%, justificada principalmente pelo cenário turbulento em 2021 que impactou negativamente os segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Imobiliário. Cumpre destacar também a elevada inflação no período, medida pela variação do INPC, indexador da meta atuarial, que foi de 10,16%.

O Plano CV é um plano que está em fase de acumulação de reservas, com 5.753 participantes ativos, 341 aposentados e 75 pensionistas. A rentabilidade do Plano CV de 8,52%, abaixo da meta atuarial de 15,56%, é justificada principalmente pelo turbulento cenário de 2021, impactando negativamente os segmentos de Renda Variável e Imobiliários.

Cumpre ressaltar que ao avaliarmos retrospectivamente o desempenho dos dois planos no longo prazo, compatível com suas obrigações previdenciárias, ambos superaram com folga suas respectivas metas atuariais. Considerando os últimos 5 anos, incluindo o ano de 2021, no caso do BD, para uma meta de 67,06%, a rentabilidade foi de 75,94% e no caso do Plano CV, para uma meta de 65,12%, no mesmo período, a rentabilidade foi 68,80%.

Por fim, é importante destacar que os modelos dos dois planos, tem seus riscos consideravelmente mitigados para o patrocinador Banco do Nordeste, tanto no Plano CV, majoritariamente estruturado no modelo de contribuição definida, quanto no Plano BD, cuja regra de reajuste dos benefícios está vinculada ao desempenho dos investimentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9. INFORMAÇÕES LEGAIS

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 381/03, de 14/01/2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, em 2021, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado****Índice das Notas Explicativas**

Nota 1 - O Banco e suas Características	Nota 19 - Rendas Antecipadas
Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais	Nota 20 - Patrimônio Líquido
Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 21 - Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 4 - Informações por Segmento	Nota 22 - Impostos e Contribuições
Nota 5 - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 23 - Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
Nota 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 24 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	
Nota 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 25 - Benefícios Pós-Emprego
Nota 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	Nota 26 - Participação nos Lucros e Resultado (PLR)
Nota 10 - Outros Créditos	
Nota 11 - Outros Ativos	Nota 27 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 12 - Outros Valores e Bens	Nota 28 - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)
Nota 13 - Investimentos, Imobilizado e intangível	Nota 29 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 14 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 30 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia
Nota 15 - Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 31 - Partes Relacionadas
Nota 16 - Outros Instrumentos Financeiros	Nota 32 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes
Nota 17 - Outras Obrigações	Nota 33 - Outras Informações
Nota 18 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, controlado pela União Federal e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como de parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas e apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores), normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen ou BCB) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Resolução CMN n.º 4.818, editada em 29.05.2020, consolida os critérios gerais de elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras por Instituições Financeiras e revoga dispositivos das Resoluções CMN nº 4.720, de 30.05.2019 e nº 4.776, de 29.01.2020, que tratavam do assunto. A Resolução BCB nº 02, de 12.08.2020 revogou a Circular Bacen nº 3.959, de 04.09.2019, no entanto, manteve os procedimentos originalmente estabelecidos naquela Circular que alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras Individuais até então vigentes, com destaque para a segregação do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial em Circulante e Não Circulante, mudança na forma de apresentação da Demonstração do Resultado (DR) e exigência de apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). Registra-se que a adoção dessas medidas não proporcionou qualquer impacto em relação aos critérios até então adotados pelo Banco.

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, porquanto a administração avalia que o Banco possui recursos suficientes para continuar operando no cumprimento de sua missão e objeto social, inexistindo incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre essa capacidade de continuar operando normalmente.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN e BCB como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN e BCB, estão observados nestas Demonstrações Financeiras Individuais, conforme abaixo:

Notas Explicativas

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Resolução CMN nº 4.144, de 27.09.2012);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução CMN nº 3.566, de 29.05.2008);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Deliberações CVM nºs 640, de 07.10.2010, e 760, de 22.12.2016);
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020);
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (Resolução CMN n.º 4.534, de 24.11.2016);
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informações por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.007, de 25.08.2011);
- CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução CMN nº 4.877, de 23.12.2020);
- CPC 41 – Resultado por Ação (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020); e
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (Resolução CMN nº 4.748, de 29.08.2019).

Reapresentação de saldos comparativos – retificação de erro

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, foi aplicado ajuste, de forma retrospectiva, produzindo efeito no Balanço Patrimonial de dezembro de 2020, quanto à apresentação do saldo da “Provisão para Contingências”, que compunha o Balanço Patrimonial como Passivo Circulante, mas, considerando a imprevisibilidade quanto à conclusão dos processos (cíveis, fiscais, trabalhistas e outras causas, reconhecidos como prováveis) e critérios de classificação regidos pela Resolução BCB nº 02, de 12.08.2020, foi reclassificado para Passivo não Circulante, conforme quadro a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	31.12.2020		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo Circulante	24.716.398	(693.617)	24.022.781
PROVISÕES	1.820.743	(693.617)	1.127.126
Provisão para Contingências	693.617	(693.617)	-
Passivo Não Circulante	30.929.267	693.617	31.622.884
PROVISÕES	5.503.191	693.617	6.196.808
Provisão para Contingências	-	693.617	693.617
Total do Passivo	61.817.640	-	61.817.640

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

NOTA 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada mês, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência, e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Não Circulante e Passivo Circulante e Não Circulante

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Não Circulante, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis são classificados no Ativo Circulante e Não Circulante, e os exigíveis, no Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com as datas de vencimento.

d) Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação, e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, e estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

A classificação em Circulante e Não Circulante dos Títulos Disponíveis para Venda e dos Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de apuração a valor justo dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida observando-se critérios consistentes e verificáveis, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos três meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio; neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo de Letras Financeiras e Debêntures.

Os Títulos e Valores Mobiliários sujeitos ao valor justo, seja pela coleta de preços no mercado, seja por modelo de precificação interna, estão sob a influência de vários fatores, dentre eles: taxas de juros, variação cambial, *rating* e liquidez dos títulos, e cenários políticos, econômicos e sanitários. Todos esses e outros fatores impactam o custo de oportunidade desses ativos, afetando os valores com que são negociados no mercado secundário, ou as taxas de desconto a valor presente utilizadas nas metodologias de precificação interna (precificação pelo fluxo de caixa descontado). Dessa forma, entende-se que os valores dos TVMs poderão sofrer variações significativas em decorrência de mudanças nos fatores citados.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de resultado. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

São classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

i) Outros Valores e Bens

Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda correspondentes a imóveis, veículos e outros bens disponíveis para venda (próprios desativados, recebidos em dação de pagamento ou oriundos de execução de garantias). Esses bens são ajustados a valor justo por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

As Despesas Antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

j) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 20%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Com a Lei nº 14.183 de 14.07.2021, a CSLL foi alterada, a partir de 1º de julho de 2021, para 25%, com vigência até dezembro de 2021, o que já está sendo observado no que se refere às constituições feitas com base nas realizações previstas para 2021 de Ativo e Passivo Fiscal Diferido. Para o tributo corrente, a alteração ocorreu a partir de julho de 2021. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% a 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, receitas oriundas de renegociações - tributadas pelo regime de caixa (artigo 12, § 2º da Lei nº 9.430 de 27.12.1996), depreciação etc.

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico realizado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no exercício de realização destes ativos. Os Ativos Fiscais Diferidos são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020. No caso dos Passivos Fiscais Diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os Ativos Fiscais Diferidos e Passivos Fiscais Diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem e são alocados, respectivamente, no Ativo e Passivo Não Circulante. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei nº 9.430;
- Demais Provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc);
- Ajuste a Valor de Mercado: prazo do contrato;
- Receitas oriundas de renegociações, tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430) cronograma de reembolso do crédito; e
- Depreciação: apropriação da despesa de depreciação baseada na vida útil contábil, após a finalização da vida útil considerada para efeito fiscal.

Por sua vez, os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando resultam de uma transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

k) Investimentos, Imobilizado e intangível

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos e obras de arte não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são revistos, no mínimo, ao fim de cada exercício de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die*.

n) Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

o) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras Individuais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis e Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas demonstrações contábeis porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Financeiras Individuais, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido. As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes dos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a mensuração desses cálculos, que inclui análise de sensibilidade, contemplando a simulação de cenários das premissas consideradas mais relevantes, tais como: taxa de juros, tábua de mortalidade e inflação médica.

q) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, como também, para constituição e realização de Ativo/Passivo Fiscal Diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

r) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados ao dividendo mínimo.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

t) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Em cumprimento ao que dispõe a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, quanto aos procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras Individuais observáveis pelas Instituições Financeiras, notadamente ao Capítulo II, Art. 34, inciso V, que expõe sobre as considerações do resultado não recorrente, considera-se resultado não recorrente o resultado que: a) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e b) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição terá sua frequência confirmada quando ocorrer por mais de dois exercícios seguidos.

NOTA 4 - Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

O quadro a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Notas Explicativas

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Especificação	2º Sem/2021			01.01 a 31.12.2021			01.01 a 31.12.2020		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	2.803.714	1.441.435	4.245.149	4.671.797	2.803.298	7.475.095	3.628.411	2.581.490	6.209.901
Receitas de Operações de Crédito (Nota 9.a.2)	1.438.955	-	1.438.955	2.693.195	-	2.693.195	2.341.542	-	2.341.542
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7.b)	1.180.608	269.529	1.450.137	1.658.652	515.510	2.174.162	418.424	622.193	1.040.617
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.d)	6.153	-	6.153	25.982	-	25.982	(10.479)	-	(10.479)
Resultado de Operações de Câmbio (Nota 10.b)	72.549	-	72.549	92.302	-	92.302	556.099	-	556.099
Resultado de Aplicações Compulsórias (Nota 8.b)	8.287	-	8.287	18.506	-	18.506	18.287	-	18.287
Outras Receitas	97.162	1.171.906	1.269.068	183.160	2.287.788	2.470.948	304.538	1.959.297	2.263.835
Despesas	(629.928)	(900.863)	(1.530.791)	(1.095.488)	(1.551.497)	(2.646.985)	(1.436.222)	(1.410.421)	(2.846.643)
Despesas de Captação no Mercado (Nota 14.d)	(396.161)	-	(396.161)	(656.273)	-	(656.273)	(423.660)	-	(423.660)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 15.e)	(102.583)	(723.272)	(825.855)	(181.276)	(998.996)	(1.180.272)	(588.769)	(661.775)	(1.250.544)
Provisão para Risco de Crédito	(131.184)	(177.591)	(308.775)	(257.939)	(552.501)	(810.440)	(423.793)	(748.646)	(1.172.439)
Margem Financeira	2.173.786	540.572	2.714.358	3.576.309	1.251.801	4.828.110	2.192.189	1.171.069	3.363.258
Rendas de Prestação de Serviços (Nota 21.a)	379.695	867.293	1.246.988	744.992	1.897.392	2.642.384	738.462	2.008.138	2.746.600
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões (Nota 21.b)	66.715	-	66.715	124.106	-	124.106	100.482	-	100.482
Pasep e Cofins	(91.684)	(100.029)	(191.713)	(163.420)	(207.117)	(370.537)	(100.861)	(206.075)	(306.936)
Resultado após Tarifas e Comissões	2.528.512	1.307.836	3.836.348	4.281.987	2.942.076	7.224.063	2.930.272	2.973.132	5.903.404
Despesas Administrativas			(2.012.784)			(3.830.354)			(3.532.709)
Despesas de Pessoal (Nota 21.c)			(1.201.111)			(2.290.498)			(2.175.475)
Outras Despesas Administrativas (Nota 21.d)			(811.673)			(1.539.856)			(1.357.234)
Outras Despesas			(210.818)			(400.168)			(570.712)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(79.958)			(160.746)			(216.266)
Lucro antes da Tributação e Participações			1.532.788			2.832.795			1.583.717
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(569.902)			(1.116.221)			(502.180)
Participações no Lucro			(54.816)			(98.081)			(62.316)
Lucro Líquido			908.070			1.618.493			1.019.221

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

NOTA 5 - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades em Caixa	133.874	151.123
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	2.292	3.922
Total das Disponibilidades	136.166	155.045
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	3.552.873	3.191.148
Total de Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa	3.689.039	3.346.193

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Aplicações no Mercado Aberto	3.552.873	3.191.148
Revendas a Liquidar Posição Bancada	3.552.873	3.191.148
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	746.170	1.190.015
Aplicações em Moedas Estrangeiras	27.830	106.054
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	718.340	1.083.961
Total	4.299.043	4.381.163
Circulante	4.299.043	4.381.163

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Títulos Disponíveis para Venda (Nota 7.a.2)	35.041.140	38.548.015
Títulos Mantidos até o Vencimento (Nota 7.a.5)	306.730	287.793
Diferencial a Receber <i>Swap</i> (Nota 7.c)	6.771	-
Total	35.354.641	38.835.808
Circulante	10.746.389	4.479.457
Não Circulante	24.608.252	34.356.351

Notas Explicativas

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

a.2) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Títulos Disponíveis para Venda	31.12.2021									31.12.2020	
	Valor de Mercado				Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Nível de Mensuração a Valor Justo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado
	Sem Vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias							
Títulos de Renda Fixa	15.850	7.913.348	2.748.756	23.695.138		34.722.730	34.373.092	(349.638)		37.897.582	402.662
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.806.111	1.819.089	20.485.077	2022 a 2025	30.141.605	30.110.277	(31.328)	Nível 1	33.184.111	(73.881)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	3.037.471	2050 a 2055	3.111.289	3.037.471	(73.818)	Nível 1	3.537.961	716.119
Letras Financeiras	-	107.237	929.634	106.002	2022 a 2023	1.150.194	1.142.873	(7.321)	Nível 3	1.068.350	(28.754)
Debêntures	15.850	-	-	64.504	2025	317.101	80.354	(236.747)	Nível 3	104.584	(210.307)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	2.084	2027	2.506	2.084	(422)	Nível 2	2.520	(510)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	33	-	2022	35	33	(2)	Nível 2	56	(5)
Cotas de Fundos de Investimentos	512	-	-	-		512	512	-		503	(1.565)
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	Sem Vencimento	-	-	-	Nível 3	-	(1.565)
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	459	-	-	-	Sem Vencimento	459	459	-	Nível 2	459	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	53	-	-	-	Sem Vencimento	53	53	-	Nível 2	44	-
Títulos de Renda Variável	48.143	-	-	-		23.241	48.143	24.902		52.200	28.959
Outros Incentivos Fiscais – Finor	614	-	-	-	Sem Vencimento	109	614	505	Nível 1	280	171
Ações de Companhias Abertas	47.529	-	-	-	Sem Vencimento	23.132	47.529	24.397	Nível 1	51.920	28.788
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	4.908	-	614.485		619.336	619.393	57		597.729	(613)
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.908	-	614.485	2022 a 2025	619.336	619.393	57	Nível 1	597.629	(613)
Total da Categoria	64.505	7.918.256	2.748.756	24.309.623		35.365.819	35.041.140	(324.679)		38.548.014	429.443
Crédito Tributário (Nota 22.c.h)								178.776			142.035
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 22.d.e)								(33.916)			(335.285)
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(179.819)			236.193

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 574.773 (R\$ 549.618 em 31.12.2020); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 3.502 (R\$ 3.349 em 31.12.2020); Garantias em Processos Judiciais R\$ 9.516 (R\$ 14.633 em 31.12.2020); e Demais Garantias R\$ 31.602 (R\$ 30.129 em 31.12.2020).

Notas Explicativas

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado em “Outros Resultados Abrangentes”, o saldo de “Ajuste a Mercado”, de R\$ (324.679) (R\$ 429.443 em 31.12.2020). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ (179.819) (R\$ 236.193 em 31.12.2020).

a.3) Perdas Permanentes com Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda

Especificação	Custo Total	Perdas Permanentes	Custo Líquido	
			31.12.2021	31.12.2020
Debêntures	719.000	(401.899)	317.101	314.891
Títulos Públicos Federais Outros	39.825	(39.825)	-	-
Total 31.12.2021	758.825	(441.724)	317.101	
Total 31.12.2020	759.175	(444.284)		314.891

a.4) Movimentação dos Títulos mensurados a Valor Justo (Nível 3)

Especificação	Letras Financeiras	Debêntures
Saldo em 31.12.2020	1.068.350	104.584
Amortização	-	(3.339)
Rendas	53.090	3.314
Desvalorização do Período	-	(325)
Perdas Permanentes ⁽¹⁾	-	2.560
Ajustes a Mercado ⁽²⁾	21.433	(26.440)
Saldo em 31.12.2021	1.142.873	80.354

⁽¹⁾ Reconhecidas no Resultado; e

⁽²⁾ Reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”.

Notas Explicativas

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

a.5) Títulos mantidos até o Vencimento

Títulos Mantidos até o Vencimento	31.12.2021					31.12.2020		
	Valor de Custo			Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	-	8.101	298.629		306.730	264.319	287.793	272.847
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	211.395	2030	211.395	168.984	199.215	184.269
FIP Criatec	-	8.101	-	2022	8.101	8.101	18.493	18.493
FIP Criatec II	-	-	20.948	2023	20.948	20.948	16.998	16.998
FIP Criatec III	-	-	10.624	2026	10.624	10.624	7.000	7.000
FIP Brasil Agronegócios	-	-	15.503	2024	15.503	15.503	9.997	9.997
Nordeste III FIP	-	-	32.262	2023	32.262	32.262	30.507	30.507
FIP Anjo	-	-	2.136	2029	2.136	2.136	644	644
Vinci Impacto e Retorno IV Feeder B	-	-	5.761	2030	5.761	5.761	4.939	4.939
Total da Categoria	-	8.101	298.629		306.730	264.319	287.793	272.847

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.5.i) No exercício de 2021, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5.ii) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	2º Sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Aplicações no Mercado Aberto	132.688	185.063	78.086
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.986	31.362	12.809
Títulos de Renda Fixa	1.294.831	1.954.066	946.712
Títulos de Renda Variável	1.632	3.671	3.010
Total	1.450.137	2.174.162	1.040.617

Notas Explicativas

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021**
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Composição em 31.12.2021						
Especificação	Valor Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado Negativo
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (Dólar)	270.440	6.153	-	6.771	-	618
Posição Passiva						
Taxa (CDI)						
Total	270.440	6.153	-	6.771	-	618

Composição em 31.12.2020						
Especificação	Valor Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado Negativo
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (Dólar)	236.606	-	10.479	-	10.137	342
Posição Passiva						
Taxa (CDI)	-	-	-	-	-	-
Total	236.606	-	10.479	-	10.137	342

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	6.153	2.182
3 a 12 meses	-	8.297
Total	6.153	10.479

c.1) IFD utilizados para administrar exposição a risco

Especificação	31.12.2021				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	283.713	276.942	283.095	276.942	(618)

Especificação	31.12.2020				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	227.207	237.344	226.865	237.344	(342)

c.2) Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com IFD

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Swap Simples – Pagamento Final	-	7.258
Total	-	7.258

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	2º Sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Swap	6.153	25.982	(10.479)
Total	6.153	25.982	(10.479)

Notas Explicativas

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

NOTA 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados**a) Créditos Vinculados**

Especificação	31.12.2021			31.12.2020		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios - Poupança	199.673	-	199.673	819.374	-	819.374
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	199.349	-	199.349	27.037	-	27.037
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	92.457	(8.582)	83.875	87.639	(8.476)	79.163
Banco Central - Conta de Pagamento Instantâneo	350.100	-	350.100	60.622	-	60.622
Total	841.579	(8.582)	832.997	994.672	(8.476)	986.196
Circulante	749.122	-	749.122	907.033	-	907.033
Não Circulante	92.457	(8.582)	83.875	87.639	(8.476)	79.163

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º Sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	5.877	13.795	13.874
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.464	4.817	4.513
Desvalorização de Créditos Vinculados	(54)	(106)	(100)
Total	8.287	18.506	18.287

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**a) Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

Especificação	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	15.087.271	(766.694)	12.343.059	(666.242)
Circulante	9.901.066	(452.203)	7.250.904	(253.364)
Não Circulante	5.186.205	(314.491)	5.092.155	(412.878)
Outras Rubricas com Características de Crédito	467.769	(88.808)	837.922	(94.745)
Circulante	446.378	(88.180)	819.537	(94.745)
Não Circulante	21.391	(628)	18.385	-
Total	15.555.040	(855.502)	13.180.981	(760.987)

Notas Explicativas

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Adiantamentos a Depositantes	650	534
Empréstimos	8.269.214	6.729.813
Títulos Descontados	5.657	3.195
Financiamentos	1.864.858	1.828.230
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	13.631	7.630
Financiamentos Agroindustriais	2.766	3.099
Financiamentos Rurais	2.367.785	1.890.700
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.562.710	1.879.858
Subtotal de Operações de Crédito	15.087.271	12.343.059
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	10.226	14.913
Devedores por Compra de Valores e Bens	21.940	17.403
Títulos e Créditos a Receber	38.140	43.443
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (nota 10.a) ⁽¹⁾	397.463	762.163
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	467.769	837.922
Total	15.555.040	13.180.981

⁽¹⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	2º sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Empréstimos e Títulos Descontados	993.983	1.820.333	1.352.766
Financiamentos	267.253	446.572	488.518
Financiamentos Agroindustriais	126	745	804
Financiamentos Rurais	94.208	293.639	281.774
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	83.385	131.906	217.680
Total	1.438.955	2.693.195	2.341.542

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2021	Total em 31.12.2020
Rural	99.069	78.901	22.126	530.620	1.397.318	211.630	2.339.664	1.823.990
Indústria	47.479	34.766	35.604	113.841	312.920	2.267.498	2.812.108	2.427.477
Governo	-	-	36.822	-	36.822	386.580	460.224	498.576
Outros Serviços	227.942	99.507	88.616	240.603	367.056	1.488.014	2.511.738	2.343.210
Comércio	1.879.769	698.922	623.016	1.572.429	1.093.741	732.929	6.600.806	5.684.654
Intermediários Financeiros	-	-	-	1	38	20.332	20.371	15.591
Pessoas Físicas	15.455	7.542	4.595	8.322	8.711	9.651	54.276	60.564
Total 31.12.2021	2.269.714	919.638	810.779	2.465.816	3.216.606	5.116.634	14.799.187	
Total 31.12.2020	1.033.677	972.324	933.946	2.431.545	2.474.953	5.007.617		12.854.062

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 31.12.2021	Total em 31.12.2020
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	273	3	3	87	358	3.053	3.777	42.265
Indústria	1.441	1.020	915	2.322	3.380	23.640	32.718	28.501
Outros Serviços	9.812	5.885	4.768	14.665	12.673	30.337	78.140	61.469
Comércio	56.342	31.023	24.995	49.548	41.668	32.834	236.410	69.377
Pessoas Físicas	82	132	77	206	318	1.098	1.913	1.606
Total 31.12.2021	67.950	38.063	30.758	66.828	58.397	90.962	352.958	
Total 31.12.2020	18.154	14.250	11.736	28.131	28.024	102.923		203.218

Notas Explicativas

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021**
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 31.12.2021	Total em 31.12.2020
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias ⁽¹⁾		
Rural	-	2.136	166	774	670	654	22.712	27.112	27.662
Indústria	1.225	644	2.409	3.529	35.771	48.172	137	91.887	6.680
Outros Serviços	8.268	4.463	6.404	5.069	11.923	10.084	376	46.587	16.732
Comércio	50.884	26.008	34.114	26.205	53.769	42.866	79	233.925	68.879
Pessoas Físicas	21	296	365	316	890	1.479	17	3.384	3.748
Total 31.12.2021	60.398	33.547	43.458	35.893	103.023	103.255	23.321	402.895	
Total 31.12.2020	22.239	14.487	14.645	10.326	22.818	15.580	23.606		123.701

⁽¹⁾Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998 e classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial.

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.12.2021			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Total da Provisão ⁽²⁾
AA	4.523.655	-	4.523.655	-
A	8.525.932	-	8.525.932	(42.629)
B	497.013	100.241	597.254	(5.973)
C	700.776	89.989	790.765	(23.723)
D	193.998	58.486	252.484	(25.248)
E	34.694	10.985	45.679	(13.704)
F	107.338	15.135	122.473	(61.237)
G	37.592	8.440	46.032	(32.222)
H	178.189	472.577	650.766	(650.766)
Total	14.799.187	755.853	15.555.040	(855.502)

⁽¹⁾Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

⁽²⁾No rating "H", estão inclusos R\$ 66.982 oriundos de reclassificação de operações de crédito, ancorada em estudo técnico específico, que teve como principais premissas a análise da inadimplência e as projeções macroeconômicas.

Nível de Risco	31.12.2020					
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Provisão Normal	Provisão Prudencial ⁽²⁾	Total da Provisão
AA	3.468.555	-	3.468.555	-	(23.763)	(23.763)
A	6.966.471	-	6.966.471	(34.833)	(110.371)	(145.204)
B	1.197.457	42.910	1.240.367	(12.404)	(7.348)	(19.752)
C	616.927	39.893	656.820	(19.705)	(1.406)	(21.111)
D	168.597	27.942	196.539	(19.654)	(929)	(20.583)
E	31.055	24.317	55.372	(16.612)	(850)	(17.462)
F	135.086	12.890	147.976	(73.988)	(1.541)	(75.529)
G	27.783	11.595	39.378	(27.564)	(516)	(28.080)
H	242.131	167.372	409.503	(409.503)	-	(409.503)
Total	12.854.062	326.919	13.180.981	(614.263)	(146.724)	(760.987)

⁽¹⁾Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

⁽²⁾Contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

d) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Saldo Inicial da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	760.987	693.930
(+) Constituição	411.794	277.331
(-) Reversão	(153.051)	-
(+) Provisão Prudencial (Líquida)	-	146.724
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(164.228)	(356.998)
(=) Provisão Líquida para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	855.502	760.987
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	27.093	27.354
(+) Constituição de Provisão	112	187
(-) Reversão de Provisão	(916)	(448)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 11.b)	26.289	27.093
(=) Saldo da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	881.791	788.080

No exercício de 2021, observou-se que a situação sanitária apresentava retorno lento e gradual à normalidade, afetando conseqüentemente as perspectivas junto à economia real em 2022.

Considerando esses fatores, combinados com a ausência de medidas legais similares à Resolução CMN nº 4.798 de 06.04.2020, que impôs a prorrogação maciça de parcelas de operações de crédito, entendeu-se que os principais elementos de assimetria à mensuração adequada do risco de crédito existentes em 2020 foram atenuados, e que os principais pontos de atenção para 2022 estariam relacionados à trajetória da inadimplência em determinados portfólios/segmentos.

Dessa forma, em novembro de 2021, o Banco tomou a decisão de reverter o montante de PDD prudencial constituído em 2020, que totalizava R\$ 509.914 e, em dezembro de 2021, determinou a reclassificação de um conjunto de operações para o *rating* "H", pertencentes a portfólios específicos, que culminou com o incremento de R\$ 273.908, sendo R\$ 66.982 em operações do próprio Banco, outros R\$ 206.926 para operações contratadas com recursos do FNE, para as quais o Banco assume risco.

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	2º sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
(+) Despesas de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	281.077	410.730	427.501
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	1.064	1.064	12.086
(-) Reversões de Provisões Operacionais	(150.209)	(153.051)	(15.532)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	131.932	258.743	424.055
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	19	19	19
(-) Reversões de Provisões sem Características de Crédito	(767)	(823)	(281)
(=) Despesa Líquida de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	131.184	257.939	423.793

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

f) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.12.2021		31.12.2020	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Setor Público	39.120.373	(3.057.749)	36.148.244	(2.974.937)
FDNE	130.504	(1.306)	126.106	(2.389)
FNE	38.988.468	(3.056.443)	36.022.026	(2.972.548)
Proagro	1.401	-	112	-

f.1) Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Saldo Inicial da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	2.974.937	2.748.825
(+) Constituição de Provisão	545.575	740.084
(-) Reversão/Utilização/Baixa	(462.763)	(513.972)
(=) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	3.057.749	2.974.937
Circulante	1.072.222	954.798
Não Circulante	1.985.527	2.020.139

f.2) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	2º sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
(+) Constituição das Despesas de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	173.367	545.575	740.084
(-) Despesa Líquida de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	173.367	545.575	740.084

g) Concentração de Crédito

Especificação	31.12.2021		31.12.2020	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	1.742.129	11,20	1.968.710	14,94
50 maiores devedores	4.089.338	26,29	3.916.516	29,71
100 maiores devedores	5.355.008	34,43	4.765.937	36,16

- h)** No Exercício de 2021, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 131.906 (R\$ 217.680 até 31.12.2020). As renegociações totalizaram R\$ 1.664.870 (R\$ 3.005.194 em 2020).

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

NOTA 10 - Outros Créditos

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Carteira de Câmbio (Nota 10.a)	473.107	822.414
Rendas a Receber	24.457	27.159
Negociação e Intermediação de Valores	-	16
Títulos de Créditos a Receber	38.140	43.444
Total	535.704	893.033
Circulante	535.674	891.309
Não Circulante	30	1.724

a) Carteira de Câmbio

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Ativo – Outros Créditos	473.107	822.414
Câmbio Comprado a Liquidar	462.881	805.077
Direitos sobre Vendas de Câmbio	1.150	2.424
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(1.150)	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	10.226	14.913
Ativo Circulante	473.107	822.414
Passivo – Outras Obrigações (Nota 17.b)	2.433	3.695
Obrigações por Compras de Câmbio	398.748	763.438
Câmbio Vendido a Liquidar	1.146	2.419
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(397.463)	(762.163)
Outros Valores	2	1
Passivo Circulante (Nota 17.b)	2.433	3.695

b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Rendas de Câmbio	73.502	93.634	556.913
Despesas de Câmbio	(953)	(1.332)	(814)
Total	72.549	92.302	556.099

NOTA 11 - Outros Ativos

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
a) Diversos	1.435.404	1.349.857
Devedores por Depósitos em Garantia	571.793	558.896
Impostos e Contribuições a Compensar	516.427	538.782
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.532	1.776
Pagamentos a Ressarcir	1.305	1.384
Valores a Receber Bônus Rebate	63.618	52.144
Devedores Diversos no País	137.711	118.492
Outros Valores	115.270	51.635
b) Provisão Outros Crédito de Liquidação Duvidosa sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(26.289)	(27.093)
Total	1.409.115	1.322.764
Circulante	815.502	747.848
Não Circulante	593.613	574.916

Notas Explicativas **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e**
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

NOTA 12 - Outros Valores e Bens

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
a) Outros Valores e Bens	13.951	10.855
Material em Estoque	2.338	878
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Próprios	605	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos	11.008	9.977
b) Provisões para Desvalorizações	(447)	(472)
c) Despesas Antecipadas	69.973	32.191
Total	83.477	42.574
Circulante	83.477	42.574

Notas Explicativas

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

NOTA 13 - Investimentos, Imobilizado e Intangível**a) Investimentos**

Representados por aplicações em Ações e Cotas e Bens Artísticos e Valiosos. Saldo em 31.12.2021: R\$ 1.261 (R\$ 1.412 em 31.12.2020).

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2020	01.01.2021 a 31.12.2021			31.12.2021		
	Saldo Contábil	Movimentações			Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	84.014	3.759	(79)	(1.744)	268.209	(182.259)	85.950
Sistema de Processamento de Dados	83.659	35.284	(1.668)	(8.805)	211.685	(103.215)	108.470
Móveis e Equipamentos de Uso	24.028	4.912	(1.012)	(3.054)	82.736	(57.862)	24.874
Terrenos	16.969	-	(374)	-	16.595	-	16.595
Instalações	5.529	122	(226)	(105)	18.279	(12.959)	5.320
Sistema de Comunicação	89	65	(14)	(13)	329	(202)	127
Sistema de Segurança	18.375	658	(159)	(381)	18.311	182	18.493
Sistema de Transporte	20	-	-	(1)	14.350	(14.331)	19
Total	232.683	44.800	(3.532)	(14.103)	630.494	(370.646)	259.848

c) Intangível

Representado por gastos em Intangíveis em Uso. Saldo em 31.12.2021: R\$ 2.253 (R\$ 721 em 31.12.2020).

Notas Explicativas

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

NOTA 14 - Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2021	Total em 31.12.2020
Depósitos à Vista	2.977.069	-	-	-	-	-	2.977.069	853.237
Depósitos de Poupança ⁽¹⁾	1.001.068	-	-	-	-	-	1.001.068	4.050.698
Depósitos Interfinanceiros	894.400	1.178.430	-	-	-	-	2.072.830	1.996.112
Depósitos a Prazo	547.731	414.660	4.162.754	1.584.823	455.368	189.688	7.355.024	8.021.636
Depósitos a Prazo	73.915	392.634	2.063.202	1.486.393	356.938	189.688	4.562.770	5.573.275
Depósitos Judiciais com Remuneração	427.265	-	-	-	-	-	427.265	352.525
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	2.099.552	98.430	98.430	-	2.296.412	2.024.948
FAT Recursos Disponíveis	57	56	-	-	-	-	113	9
FAT Recursos Aplicados	6.072	6.018	-	-	-	-	12.090	14.828
Outros	40.422	15.952	-	-	-	-	56.374	56.051
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	6.694	-	-	-	-	6.694	1.178
Letras Financeiras – encargos	-	6.694	-	-	-	-	6.694	1.178
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 18.a e 18.b)	-	-	-	-	-	1.290.489	1.290.489	1.295.889
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18.c)	-	-	-	-	-	2.842.875	2.842.875	2.660.982
Total em 31.12.2021	5.420.268	1.599.784	4.162.754	1.584.823	455.368	4.323.052	17.546.049	
Total em 31.12.2020	6.935.623	1.370.995	4.500.272	1.453.332	465.075	4.154.435		18.879.732

⁽¹⁾ No período, houve a descontinuidade da oferta do produto "Poupança Corrente", tendo os saldos migrados para outras aplicações no Banco, notadamente em contas de Depósitos à Vista.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

b) Depósitos

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos à Vista	2.977.069	853.237
Depósitos de Governos	5.902	6.635
Depósitos Vinculados	518.740	263.302
Pessoas Jurídicas	1.186.478	477.880
Pessoas Físicas	1.238.737	100.136
Outros Valores	27.212	5.284
Depósitos de Poupança	1.001.068	4.050.698
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	952.267	2.376.678
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	48.774	1.672.434
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	27	1.584
Outros Depósitos	-	2
Depósitos Interfinanceiros	2.072.830	1.996.112
Depósitos a Prazo	7.355.024	8.021.636
Depósitos a Prazo	4.562.770	5.573.275
Depósitos Judiciais com Remuneração	427.265	352.525
Outros Depósitos a Prazo	2.364.989	2.095.836
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Notas 29 e 31.a.1)	12.203	14.837
Recursos Disponíveis (Nota 29)	113	9
Protrabalho	113	9
Recursos Aplicados (Nota 29)	12.090	14.828
Protrabalho	12.090	14.828
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)	2.296.412	2.024.948
Outros Valores	56.374	56.051
Total	13.405.991	14.921.683
Circulante	7.013.358	8.305.440
Não Circulante	6.392.633	6.616.243

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Carteira Própria	2.224.293	8.728.417
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.224.293	8.728.417
Total	2.224.293	8.728.417
Circulante	2.181.173	8.681.024
Não Circulante	43.120	47.393

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	2º sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Despesas de Captações	(282.231)	(430.528)	(329.042)
Depósitos a Prazo	(157.281)	(221.737)	(160.407)
Depósitos de Poupança	(20.992)	(51.515)	(63.635)
Depósitos Judiciais	(9.715)	(14.354)	(10.049)
Depósitos Interfinanceiros	(22.750)	(39.191)	(30.950)
Depósitos Especiais	(65.722)	(90.971)	(52.027)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	-	-	(139)
Outros Depósitos	(5.771)	(12.760)	(11.835)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(113.930)	(225.745)	(94.618)
Carteira Própria	(85.612)	(185.615)	(69.030)
Letras Financeiras	(28.318)	(40.130)	(25.588)
Total	(396.161)	(656.273)	(423.660)

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

NOTA 15 - Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2021	Total em 31.12.2020
Empréstimos no Exterior	177.441	307.444	-	-	-	-	484.885	904.882
Repasses do País	65.459	389.783	210.824	348.870	321.551	109.928	1.446.415	1.213.953
Repasses do Exterior	318.537	37.494	148.321	146.668	73.334	-	724.354	711.279
Total em 31.12.2021	561.437	734.721	359.145	495.538	394.885	109.928	2.655.654	
Total em 31.12.2020	337.618	1.007.867	525.838	421.935	504.286	32.570		2.830.114
Circulante							1.296.158	1.345.485
Não Circulante							1.359.496	1.484.629

b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2021	31.12.2020
Tesouro Nacional	IGP -DI + 2,00	710	614
BNDES	Pré 2,5 a 9,85	1.171.030	1.174.358
Programa de Operações Conjuntas (POC)	TLP + 1,30	728.897	722.251
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP + 1,00 a 1,80 IPCA + 9,41 IGPM 5,00 a 6,40 Variação Cambial + 1,80	442.133	452.107
Finame		22.760	38.981
Programa Automático	Pré 1,5 a 7,00	5.604	13.987
Programa Agrícola	IGPM 5,00 a 6,40	17.156	24.994
Fungetur	Selic	251.915	-
Total (Nota 31.a.1)		1.446.415	1.213.953
Circulante		455.242	142.146
Não Circulante		991.173	1.071.807

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

c) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	484.885	904.882
Total		484.885	904.882
Circulante		484.885	904.882

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2021	31.12.2020
BID – Prodetur II	USD + 1,20	441.391	479.439
BID – Outros Programas	USD + 1,20	3.324	4.642
Corporação Andina de Fomento – CAF	USD + 0,60	279.639	227.198
Total		724.354	711.279
Circulante		356.031	298.457
Não Circulante		368.323	412.822

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	2º sem/2021	01.01. a 31.12.2021	01.01. a 31.12.2020
Despesas de Obrigações por Repasses	(130.054)	(255.769)	(338.732)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(69.076)	(185.636)	(176.796)
Tesouro Nacional	(12)	(96)	(109)
BNDES	(68.189)	(181.042)	(170.160)
Finame	(875)	(4.498)	(6.527)
Despesas de Repasses do Exterior	(60.978)	(70.133)	(161.936)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(65.096)	(71.310)	(331.263)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 16)	(623.057)	(843.424)	(580.549)
Despesas por Repasse Outras Instituições Financeiras	(7.648)	(9.769)	-
Total	(825.855)	(1.180.272)	(1.250.544)

NOTA 16 - Outros Instrumentos Financeiros

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
a) Negociação e Intermediação de Valores	-	153
b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento ⁽¹⁾	20.624.190	15.185.623
FNE	19.713.641	14.300.617
FDNE	607.683	625.252
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	90.414	98.942
Finep/Fundeci	36.364	26.407
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	45.058	43.282
Programa Nacional de Crédito Fundiário	102.036	64.777
Banco da Terra	16.607	17.394
Outros	12.387	8.952
c) Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	1.290.489	1.295.889
d) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.842.875	2.660.982
Total	24.757.554	19.142.647
Circulante	1.769.656	2.720.843
Não Circulante	22.987.898	16.421.804

⁽¹⁾ As despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento são demonstradas na Nota 15.e.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

NOTA 17 - Outras Obrigações

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.807	675
Recursos do Proagro	25	57
Recebimentos de Tributos Federais	20	-
IOF a Recolher	2.555	182
Outros Tributos e Assemelhados	207	436
b) Carteira de Câmbio (Nota 10.a)	2.433	3.695
c) Sociais e Estatutárias	315.097	306.856
Remuneração do Capital a Pagar	214.987	242.606
Participações nos Lucros	100.110	64.250
d) Fiscais Previdenciárias	1.370.391	939.336
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 22.a.2)	1.241.167	831.724
Imposto de Renda	638.785	460.330
Contribuição Social	602.382	371.394
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	129.224	107.612
e) Diversas	693.681	566.242
Provisão para Pagamentos a Efetuar	480.386	400.160
Despesa de Pessoal	236.563	212.030
Outros Valores	135.621	105.562
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	108.202	82.568
Outros Valores	213.295	166.082
Total	2.384.409	1.816.804
Circulante	2.384.409	1.816.804

NOTA 18 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 30.g.ii)

a) PR Nível I - Capital Principal:

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2021	31.12.2020
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Nota 31.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	500.000	500.000
Não Circulante				500.000	500.000

Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) PR Nível I - Capital Complementar:

Em junho de 2019 o Banco emitiu 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) Letras Financeiras Subordinadas, sem data de vencimento. O Bacen autorizou compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar, pelo valor da captação (R\$ 801.040).

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2021 ⁽³⁾	31.12.2020 ⁽²⁾
Letras Financeiras ⁽¹⁾	801.040	117% da Selic	06.2019	790.489	795.889
Não Circulante				790.489	795.889

⁽¹⁾ Juros pagos semestralmente;

⁽²⁾ Em 2020 foram recompradas Letras Financeiras no valor de R\$ 5.151; e

⁽³⁾ Em 2021 foram recompradas Letras Financeiras no valor de R\$ 5.400.

c) PR Nível II:

As Dívidas Subordinadas são constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000, sem vencimento, de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	2.842.875	2.660.982
Recursos disponíveis	1.182.813	1.855.825
Recursos aplicados	1.660.062	805.157
Total (Nota 31.a.1)	2.842.875	2.660.982

NOTA 19 - Rendas Antecipadas

Receita decorrente do contrato de parceria comercial estratégica, firmado com a Icatu Seguros, com exclusividade para desenvolvimento e comercialização de Seguros, nos ramos de seguros de Pessoas, Prestamista e produtos para Previdência Privada, na rede de distribuição do Banco. A Receita será diferida por um período de 20 anos, que corresponde ao prazo do contrato, sendo mensalmente apropriado à conta de resultado o valor correspondente a 1/240 avos.

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Saldo Inicial de Rendas Antecipadas	200.000	200.000
(-) Apropriação em Receita corrente ⁽¹⁾	(16.398)	(6.398)
(=) Saldo Final a Apropriar	183.602	193.602
Circulante	10.000	10.000
Não Circulante	173.602	183.602

⁽¹⁾ A apropriação do primeiro mês (maio/2020) corresponde a 21/31 do valor mensal, em face da data do ingresso do recurso.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

NOTA 20 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 6.293.460 (R\$ 5.569.988 em 31.12.2020), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	31.12.2021		31.12.2020	
	Quantidade das Ações	% do Capital	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	47.896.165	55,45	47.896.415	55,45
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	34,97	30.205.568	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	7,19	6.206.000	7,19
Outros	2.063.731	2,39	2.063.481	2,39
Total	86.371.464	100,00	86.371.464	100,00

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.03.2021, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 723.472, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional no valor de R\$ 484.372 e Reserva para Equalização de Dividendos Complementares no valor de R\$ 239.100, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 5.569.988 para R\$ 6.293.460, representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital foi homologado pelo Bacen.

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 13.280 (R\$ 13.671 em 31.12.2020) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução CMN nº 3.565, de 29.05.2008. No exercício, houve transferência de R\$ 391 (R\$ 55 em 31.12.2020) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a distribuição do resultado.

c) Pagamento de Dividendos do exercício de 2020

Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2021, foi aprovada a distribuição de Dividendos e pagamento sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), referentes ao exercício findo em 31.12.2020, no montante de R\$ 242.183. O pagamento ocorreu em 12.04.2021.

d) Dividendos e JCP do Exercício

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de Dividendos sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), no valor bruto de R\$ 385.897 (líquido de IR: R\$ 384.752), sendo R\$ 17.106 na forma de Dividendos e R\$ 368.791 (líquido de IR R\$ 367.646) sob a forma de JCP imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício, correspondente a 25,08% (líquido de 25,00%) sobre o lucro líquido ajustado, base de cálculo dos Dividendos e JCP do exercício. Por conta dessa proposição, e considerando o pagamento antecipado de Dividendos e JCP do 1º semestre, atualizado monetariamente, no valor de R\$ 171.497, foi contabilizado, em conta de Provisão, o montante de R\$ 214.400 (R\$ 213.776, líquido de IR), para pagamento de Dividendos e JCP complementares do exercício.

O total dos JCP no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 179.337 (R\$ 107.529 em 31.12.2020).

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

e) Demonstrativo de cálculo dos Dividendos/JCP:

Especificação	01.01. a 31.12.2021	01.01. a 31.12.2020
1. Lucro Líquido do Exercício	1.618.493	1.019.221
2. Reserva Legal Constituída	(80.925)	(50.961)
3. Ajustes Devedores em LPA	-	(2.809)
4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	1.225	55
5. Ajustes Credores em LPA	-	218
6. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	1.538.793	965.724
7. Dividendos e JCP Brutos propostos no Exercício	385.897	-
8. Dividendos e JCP Líquidos propostos no Exercício	384.752	-
9. Dividendos sob a forma de JCP propostos no Exercício: R\$ 4,2698287994 por ação (em 31.12.2020: R\$ 2,8039721498 por ação)	368.791	242.183
10. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 1º semestre de 2021	(521)	-
11. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 2º semestre de 2021 (Exercício de 2020)	(624)	(751)
12. JCP Líquidos imputados aos dividendos do Exercício (item 9 - item 10 - item 11) R\$ 4,2565717544 por ação (em 31.12.2020: JCP de R\$ 2,7952709503 por ação)	367.646	241.432
13. JCP antecipados corrigidos pela Selic	(163.863)	-
14. Valor Complementar líquido do JCP do Exercício: R\$ 2,3654215343 por ação ((em 31.12.2020: JCP líquido de R\$ 2,7952709503 por ação (item 9 - item 11))	204.304	241.432
15. Dividendos propostos no Exercício (R\$ 0,1980465424 por ação) (em 31.12.2020 R\$ 0 por ação)	17.106	-
16. Dividendos antecipados corrigidos pela Selic	(7.634)	-
17. Valor complementar de Dividendos do Exercício: R\$ 0,1096605108 por ação ((em 31.12.2020: Dividendos complementares de R\$ 0 por ação (item 15 - item 16))	9.472	-
18. Dividendos + JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 8/ item 6) (R\$ 4,4546182968 por ação) (Em 31.12.2020 R\$ \$ 2,7952709503 por ação)	25,00%	25,00%
19. Dividendos + JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 7/item 6) R\$ 4,4678753418 por ação) (Em 31.12.2020 R\$ 2,8039721498 por ação)	25,08%	25,08%

f) Reserva Legal

A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado. Constituição no Exercício: R\$ 80.925 (R\$ 50.961 em 31.12.2020).

g) Reservas Estatutárias

- I. Margem Operacional: tem a finalidade de assegurar recursos compatíveis com o desenvolvimento das operações do Banco. Constituição no Exercício: R\$ 864.669 (R\$ 542.656 em 31.12.2020); e
- II. Equalização para Dividendos Complementares: tem a finalidade de assegurar recursos para pagamento de dividendos complementares ao dividendo mínimo obrigatório. Constituição no Exercício: R\$ 288.223 (R\$ 180.885 em 31.12.2020);

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

NOTA 21 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	2º sem/2021	01.01. a 31.12.2021	01.01. a 31.12.2020
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.246.988	2.642.384	2.746.600
Administração de Fundos de Investimentos	33.515	62.347	64.319
Administração de Fundos e Programas	880.551	1.923.463	2.033.207
Prestação de Serviços	332.922	656.574	649.074
b) Rendas de Tarifas Bancárias	66.715	124.106	100.482
c) Despesas de Pessoal	(1.201.111)	(2.290.498)	(2.175.475)
Proventos	(673.736)	(1.258.048)	(1.200.939)
Encargos Sociais	(243.598)	(451.773)	(420.412)
Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	-	-	(30.312)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(84.557)	(159.339)	(143.089)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(98.005)	(229.221)	(193.057)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(13.745)	(27.973)	(27.254)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(87.470)	(164.144)	(160.412)
d) Outras Despesas Administrativas	(811.673)	(1.539.856)	(1.357.234)
Processamento de Dados	(166.181)	(292.429)	(241.161)
Propaganda e Publicidade	(30.309)	(41.914)	(28.379)
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	(370.544)	(737.735)	(674.431)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(46.757)	(89.684)	(78.531)
Viagens	(7.513)	(11.271)	(7.839)
Comunicações	(8.648)	(18.438)	(18.804)
Depreciação e Amortização	(7.285)	(14.102)	(12.750)
Manutenção e Conservação de Bens	(27.509)	(52.667)	(51.658)
Vigilância, Segurança e Transporte	(48.041)	(94.833)	(89.723)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(3.251)	(5.675)	(5.709)
Serviços do Sistema Financeiro	(20.201)	(47.729)	(48.457)
Serviços Técnicos Especializados	(27.746)	(49.523)	(36.107)
Seguros	(2.091)	(5.727)	(5.698)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(21.333)	(33.710)	(28.929)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.403)	(3.272)	(3.249)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(3.093)	(6.154)	(5.347)
Fundeci	(3.641)	(13.641)	(10.000)
Outros Valores	(16.127)	(21.352)	(10.462)
e) Despesas Tributárias (Nota 22.e)	(216.883)	(419.486)	(354.017)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(191.713)	(370.606)	(306.975)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(23.539)	(45.934)	(44.028)
Outros Valores	(1.631)	(2.946)	(3.014)
f) FNE Del Credere	1.169.061	2.281.945	1.949.580
g) Outras Receitas Operacionais	81.674	163.189	271.915
Del Credere de Fundos Administrados	4.426	8.602	8.214
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	1.882	27.840	96.596
Variação Cambial Negativa Reclassificação Despesas do FNE	-	1.836	3.121
Recuperação de Encargos e Despesas	4.535	7.596	6.561
Reversão de Provisões Operacionais	2.355	3.726	42.171
Juros e Comissões	2	2	3.861
Correção Monetária	242	1.780	2.857
Variação Cambial	-	-	238
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	44.263	71.534	83.155
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais	9.624	14.397	10.610
Outros Valores	14.345	25.876	14.531
h) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(173.367)	(545.575)	(740.084)
i) Provisão para Contingências Passivas	(80.013)	(160.948)	(216.348)
j) Outras Despesas Operacionais	(185.593)	(350.722)	(522.382)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(1.768)	(1.947)	(4.378)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(504)	(36.958)	(280.906)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(36)	(58)	(261)
Descontos Concedidos em Renegociações	(740)	(8.581)	(19.196)
Encargos de Operações de Crédito	(1.706)	(3.105)	(6.307)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)	(57.018)	(108.202)	(82.568)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(43.273)	(66.251)	(48.210)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(74.829)	(115.642)	(67.572)
Atualização Monetária do IECP	-	(639)	(3.251)

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Outros Valores	(5.719)	(9.339)	(9.733)
Total	(104.202)	(95.461)	(296.963)

⁽¹⁾ Contém despesas do Exercício de 2021, no valor de R\$ 608.461 (R\$ 570.394 em 31.12.2020), em favor do Instituto Nordeste Cidadania (INEC); trata-se de OSCIP que presta serviços, substancialmente, ao Banco, por meio dos Termos de Parceria para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural, em conformidade com as disposições da Lei nº 9.790 de 23.03.1999.

NOTA 22 - Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	2.832.795	1.583.717	2.832.795	1.583.717
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(98.081)	(62.316)	(98.081)	(62.316)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	2.734.714	1.521.401	2.734.714	1.521.401
Adições/Exclusões Permanentes	(387.003)	(305.229)	(388.888)	(307.250)
Adições/Exclusões Temporárias	372.980	670.569	372.980	670.569
Resultado Tributável	2.720.691	1.886.741	2.718.806	1.884.720
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(680.149)	(471.661)	(602.382)	(367.974)
Deduções (Incentivos Fiscais)	41.364	15.899	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	(461)	25	(369)	19
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA ⁽¹⁾	(639.246)	(455.737)	(602.751)	(367.955)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e Depreciação	(7.055)	(30.423)	(5.643)	(25.054)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(646.301)	(486.160)	(608.394)	(393.009)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões	75.370	202.360	60.295	164.184
Total de IRPJ/CSLL	(570.931)	(283.800)	(548.099)	(228.825)
Alíquota Efetiva (%)	20,88	18,65	20,04	15,04
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	639.246	455.737	602.751	367.955
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	(461)	25	(369)	19
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro ⁽²⁾	638.785	455.762	602.382	367.974
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(292.818)	(258.113)	(204.743)	(155.019)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	345.967	197.649	397.639	212.955

⁽¹⁾ Os saldos das despesas correntes de IRPJ e CSLL incluem: redução de R\$ 11.068 da contabilização, realizada em 2020, de dedução de despesas de incentivos de inovação tecnológica do período de 2019; registro de despesa de R\$ 555 decorrentes de ajuste de incentivo fiscal de 2019; e ajustes complementares de R\$ 68 oriundos de despesas com o Plano Safra, no período de 2018, e despesas com alimentação da diretoria, no período de 2016.

⁽²⁾ Os saldos das despesas correntes de IRPJ e CSLL em 2021 incluem: 1) redução de R\$ 706, decorrentes de estorno de receitas em LPA dos Exercícios de 2017 e 2018; 2) registro de despesa de R\$ 544 de IRPJ e CSLL, decorrentes de ajuste de receita estornada em LPA, bem como do estorno de Pasep e Cofins, devido à exclusão de receitas de atualização da taxa Selic, nos exercícios de 2017 a 2020; 3) Ajustes complementares de R\$ 2.685 decorrentes da mudança da alíquota de CSLL de 15% para 20% em 2020, que geraram impacto indevido, bem como R\$ 37 oriundos de despesas diversas do exercício 2015.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
I) Resultado antes dos Tributos e Participações	2.832.795	1.583.717
II) Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (45%)	(1.351.397)	(712.674)
III) Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	232.367	200.050
- PLR/JCP	231.272	137.025
- Outras Rendas / FNE/Del Credere/Ops Repasse-Lei 7827-ART. 9 A	(7.155)	16.422
- Diferenças Temporárias - Outras Provisões Indedutíveis	(66.539)	(89)
- Diferenças Temporárias - Ops c/Reembolso Maior que 10 anos	10.892	10.291
- Diferença de Alíquota - CSLL (de 15% p/ 20%) ⁽¹⁾	-	10.978
- Diferença de Alíquota - CSLL (de 20% p/ 25%) ⁽¹⁾	6.006	-
- Incentivos Fiscais	64.944	31.048
- Adições Permanentes, Líquidas	(7.053)	(5.625)
IV) Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(1.119.030)	(512.624)
V) Imposto de renda/ contribuição social diferidos	135.665	366.545
VI) Imposto de renda/ contribuição social correntes	(1.254.695)	(879.169)
VII) Despesas Tributárias (V + VI)	(1.119.030)	(512.624)
VIII) Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	39,5%	32,4%

⁽¹⁾ Até junho/2021, vigorou a alíquota de 20% para a CSLL; de julho a dezembro/2021, vigorou a alíquota de 25%; e, a partir de janeiro/2022, a alíquota retornará para 20%, conforme a Lei n.º 14.183, de 14.07.2021.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Especificação	31.12.2021		31.12.2020		31.12.2021	31.12.2020
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	Total
Efeito no Resultado						
a) Provisões (PCLD)						
Saldo Inicial	710.563	568.471	576.129	459.764	1.279.034	1.035.893
Constituição	315.126	252.106	430.619	334.245	567.232	764.864
Realização/Reversão	(280.542)	(224.440)	(296.185)	(225.538)	(504.982)	(521.723)
Saldo Final	745.147	596.137	710.563	568.471	1.341.284	1.279.034
b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial						
Saldo Inicial	1.385	1.108	2.115	1.661	2.493	3.776
Constituição	402	321	729	614	723	1.343
Realização/Reversão	(905)	(724)	(1.459)	(1.167)	(1.629)	(2.626)
Saldo Final	882	705	1.385	1.108	1.587	2.493
c) Provisões – Operações Alongadas						
Saldo Inicial	833	665	1.004	798	1.498	1.802
Constituição	51	41	21	18	92	39
Realização/Reversão	(50)	(40)	(192)	(151)	(90)	(343)
Saldo Final	834	666	833	665	1.500	1.498
d) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	315.282	252.227	280.414	223.378	567.509	503.792
Constituição	85.112	68.090	72.727	57.854	153.202	130.581
Realização/Reversão	(65.432)	(52.345)	(37.859)	(29.005)	(117.777)	(66.864)
Saldo Final	334.962	267.972	315.282	252.227	602.934	567.509
e) Provisão para Programa de Incentivo ao Desligamento						
Saldo Inicial	671	537	-	-	1.208	-
Constituição	-	-	13.251	10.601	-	23.852
Realização/Reversão	(671)	(537)	(12.580)	(10.064)	(1.208)	(22.644)
Saldo Final	-	-	671	537	-	1.208
f) Provisões Contingenciais						
Saldo Inicial	172.572	138.058	139.368	111.349	310.630	250.717
Constituição	69.203	55.362	69.928	55.480	124.565	125.408
Realização/Reversão	(46.993)	(37.595)	(36.724)	(28.771)	(84.588)	(65.495)
Saldo Final	194.782	155.825	172.572	138.058	350.607	310.630
g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	86	68	-	-	154	-
Constituição	585	468	277	221	1.053	498
Realização/Reversão	(517)	(412)	(191)	(153)	(929)	(344)
Saldo Final	154	124	86	68	278	154
Efeito no Patrimônio Líquido						
h) TVM						
Saldo Inicial	78.908	63.127	130.285	101.144	142.035	231.429
Constituição	362.443	290.421	311.173	253.869	652.864	565.042
Realização/Reversão	(342.031)	(274.092)	(362.550)	(291.886)	(616.123)	(654.436)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	99.320	79.456	78.908	63.127	178.776	142.035
i) Ajustes de Avaliação Atuarial						
Saldo Inicial	598.562	478.850	577.129	461.703	1.077.412	1.038.832
Constituição	637	510	43.247	34.598	1.147	77.845
Realização/Reversão	(223.200)	(178.560)	(21.814)	(17.451)	(401.760)	(39.265)
Saldo Final	375.999	300.800	598.562	478.850	676.799	1.077.412

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
1. Total das Diferenças Temporárias	8.150.318	7.666.810	8.150.318	7.666.810
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	2.037.580	1.916.703	1.630.064	1.533.362
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.652.607	1.799.869	1.322.104	1.439.915
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM	99.474	78.994	79.580	63.195
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.752.081	1.878.863	1.401.684	1.503.110
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	285.499	37.840	228.380	30.252

⁽¹⁾ Registrados em "Ativos Fiscais Diferidos", no Ativo Não Circulante; e

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos, elaborado semestralmente.

Os valores previstos de realizações dos Ativos Fiscais Diferidos na posição de 31.12.2021, estão a seguir demonstrados:

Exercício	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2022	242.788	224.636	194.230	179.708	437.018	404.344
2023	170.800	154.485	136.640	123.588	307.440	278.073
2024	141.044	125.216	112.835	100.172	253.879	225.388
2025	116.190	101.151	92.952	80.920	209.142	182.071
2026	352.167	266.781	281.733	213.424	633.900	480.205
2027	69.388	60.442	55.510	48.353	124.898	108.795
2028	59.931	51.421	47.946	41.138	107.877	92.559
2029	52.456	44.374	41.965	35.499	94.421	79.873
2030	45.985	38.617	36.788	30.894	82.773	69.511
2031	35.967	32.206	28.793	25.775	64.760	57.981
Acima de 2031	465.363	465.365	372.294	372.293	837.657	837.658
Total	1.752.079	1.564.694	1.401.686	1.251.764	3.153.765	2.816.458

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – Selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2021

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021**
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.12.2021		31.12.2020		31.12.2021	31.12.2020
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	612	489	7	5	1.101	12
Realização/Reversão	(612)	(489)	(7)	(5)	(1.101)	(12)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-
b) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	166.138	132.910	139.742	111.099	299.048	250.841
Constituição	4.355	5.385	28.057	23.140	9.740	51.197
Realização/Reversão	(470)	(2.276)	(1.661)	(1.329)	(2.746)	(2.990)
Saldo Final	170.023	136.019	166.138	132.910	306.042	299.048
c) Depreciação Diferida						
Saldo Inicial	20.206	16.165	16.179	12.923	36.371	29.102
Constituição	4.516	3.612	4.679	3.764	8.128	8.443
Realização/Reversão	(1.347)	(1.077)	(652)	(522)	(2.424)	(1.174)
Saldo Final	23.375	18.700	20.206	16.165	42.075	36.371
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	945	756	971	774	1.701	1.745
Constituição	-	1	-	-	1	-
Realização/Reversão	(44)	(36)	(26)	(18)	(80)	(44)
Saldo Final	901	721	945	756	1.622	1.701
e) TVM						
Saldo Inicial	186.270	149.015	230.471	182.852	335.285	413.323
Constituição	353.252	283.854	820.467	656.828	637.106	1.477.295
Realização/Reversão	(521.371)	(417.104)	(864.668)	(690.665)	(938.475)	(1.555.333)
Saldo Final (Notas 7.a.2)	18.151	15.765	186.270	149.015	33.916	335.285

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

Os valores totais das Obrigações Fiscais Diferidas previstas para baixa, na posição de 31.12.2021, estão a seguir demonstrados:

Exercício	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2022	39.417	35.860	32.778	29.934	72.195	65.794
2023	34.894	28.948	27.915	23.159	62.809	52.107
2024	31.473	24.431	25.178	19.544	56.651	43.975
2025	25.733	18.726	20.586	14.981	46.319	33.707
2026	19.632	13.394	15.706	10.715	35.338	24.109
2027	15.922	10.184	12.738	8.147	28.660	18.331
2028	10.484	6.287	8.387	5.029	18.871	11.316
2029	6.446	3.624	5.157	2.899	11.603	6.523
2030	3.667	1.933	2.934	1.546	6.601	3.479
2031	2.006	991	1.605	793	3.611	1.784
Acima de 2031	22.776	16.844	18.221	13.475	40.997	30.319
Total	212.450	161.222	171.205	130.222	383.655	291.444

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over - Selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2021.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

e) Despesas Tributárias

Especificação	2º sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Contribuição ao Cofins e Pis/Pasep	(191.713)	(370.606)	(306.975)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(23.539)	(45.934)	(44.028)
Outros Valores	(1.631)	(2.946)	(3.014)
Total (Nota 21.e)	(216.883)	(419.486)	(354.017)

NOTA 23 - Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

- a) Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém, existem dois processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável e somam o valor de R\$ 30.693: o primeiro, no importe de R\$ 29.319, que se trata de uma ação judicial para cobrança de indenização securitária, o segundo, com valor de R\$ 1.374, referente a liberação de depósito judicial.
- b) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Provisão para Contingências	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
b.1) Fiscais (Nota 23 g.i)	4.215.541	23.768	3.483.643	20.830
i) Obrigação Legal	14.941	14.941	11.481	11.481
ii) Outras Obrigações-Diversas	4.200.600	8.827	3.472.162	9.349
Provável	8.827	8.827	9.349	9.349
Possível	4.143.557	-	3.420.182	-
Remota	48.216	-	42.631	-
b.2) Trabalhistas	713.582	393.788	636.395	359.264
Provável (Nota 23 g.ii)	393.788	393.788	359.264	359.264
Possível	144.907	-	124.141	-
Remota	174.887	-	152.990	-
b.3) Causas Cíveis	7.570.192	271.085	9.047.362	223.388
Provável (Nota 23 g.iii)	271.085	271.085	223.388	223.388
Possível	2.795.883	-	2.157.136	-
Remota ^{(1) (2)}	4.503.224	-	6.666.838	-
b.4) Outras Contingências (Nota 23 g.iv)	1.063.621	93.818	1.046.874	90.135
i) Operações Securitizadas	3.334	3.334	3.331	3.331
ii) Outras	1.060.287	90.484	1.043.543	86.804
Provável	90.484	90.484	86.804	86.804
Possível	956.667	-	904.386	-
Remota	13.136	-	52.353	-

⁽¹⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 03 (três) processos que apresentam saldo de R\$ 1.336.324 na posição de 31.12.2021 (R\$ 3.840.558, em 31.12.2020, referente a 4 (quatro) processos). Discriminação dos processos: i) lucro cessante e pagamento de taxa administrativa, R\$ 592.400 em 31.12.2021 (R\$ 474.289 em 31.12.2020); ii) repetição de indébito, danos morais e lucro cessante, R\$ 409.198 em 31.12.2021 (R\$ 327.613 em 31.12.2020); iii) indenização por danos materiais e morais, lucros cessantes e pagamento de honorários advocatícios, R\$ 334.726 em 31.12.2021 (R\$ 267.990 em 31.12.2020).

⁽²⁾ A contingência do processo do grupo cível que tratava sobre contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios que apresentava valor de R\$ 2.770.666 em 31.12.2020 foi desconstituída em razão do encerramento do processo.

- c) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- d) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais e federais.

Notas Explicativas **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e**
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- e) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais está concentrado em 05 (cinco) ações, sendo que quatro delas visam desconstituir auto de infração e uma trata sobre a anulação de débito fiscal. As estimativas de perdas financeiras somadas perfazem o montante de R\$ 3.965.771, em 31.12.2021 (R\$ 3.029.944, em 31.12.2020).

Outras Causas

O montante de contingência passiva relacionada às outras causas está concentrado em 01 (um) processo de prestação de contas com pedido de devolução de valores indevidamente pagos que apresenta na posição de 31.12.2021 saldo de R\$ 1.031.848, sendo R\$ 943.449 classificado como risco possível e R\$ 88.399 como provável (R\$ 985.000 em 31.12.2020, sendo R\$ 900.615 classificado como risco possível e R\$ 84.385 como provável).

Cível

Ação que visa pagamento de multa e indenização por danos morais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2021, o montante de R\$ 747.648, sendo R\$ 747.425 classificado como risco possível e R\$ 223 como risco provável (R\$ 598.583, sendo R\$ 598.405 classificado como risco possível e R\$ 178 como risco provável, em 31.12.2020).

Ação que visa pagamento de multa e danos morais coletivos. A estimativa de valor perfaz R\$ 333.735, na data base de 31.12.2021 (R\$ 115.744 em 31.12.2020).

Ação que visa indenização por danos morais e pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2021, o montante de R\$ 244.803 (R\$ 195.995 em 31.12.2020).

Ação que visa pagamento de danos materiais e danos emergentes. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2021, R\$ 118.048 (R\$ 94.512 em 31.12.2020).

Ação que visa pagamento de honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2021, R\$ 116.802 (R\$ 93.514 em 31.12.2020).

Ação que visa repetição de indébito, pagamento de multa, liberação de recursos e honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz R\$ 81.682, sendo R\$ 78.940 com risco possível e R\$ 2.742 como risco remoto, na data base de 31.12.2021 (R\$ 65.396 em 31.12.2020, sendo R\$ 63.201 como risco possível e R\$ 2.195 como risco remoto).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor perfaz, em 31.12.2021, R\$ 38.820 (R\$ 56.908 em 31.12.2020).

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

- f) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Demandas Trabalhistas	202.689	189.405
Demandas Fiscais	50.005	48.020
Demandas Cíveis	278.629	282.371
Outras Demandas	48	47
Contragarantia Operações Repasses BID	40.422	39.053
Total	571.793	558.896

Movimentação das Provisões

g) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	31.12.2021					31.12.2020				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Saldo Final	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 23.b.1)	20.830	5.082	(462)	(1.682)	23.768	17.815	4.292	(1.275)	(2)	20.830
ii) Trabalhistas (Nota 23.b.2)	359.264	76.979	(23.282)	(19.173)	393.788	334.025	106.836	(22.773)	(58.824)	359.264
iii) Cíveis (Nota 23.b.3)	223.388	189.481	(90.817)	(50.967)	271.085	176.738	104.804	(33.575)	(24.579)	223.388
iv) Outras (Nota 23.b.4)	90.135	5.268	(1.501)	(84)	93.818	33.860	59.414	(3.129)	(10)	90.135
Total	693.617	276.810	(116.062)	(71.906)	782.459	562.438	275.346	(60.752)	(83.415)	693.617

NOTA 24 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	31.12.2021	31.12.2020
Máxima	49.382,73	44.501,01
Mínima	2.173,01	1.925,25
Média	13.678,61	12.056,04

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Especificação	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Remuneração Bruta ⁽¹⁾						
Maior remuneração individual ⁽²⁾	1.011.920,88	758.347,23	70.835,04	70.835,04	54.279,84	66.492,72
Menor remuneração individual ⁽³⁾	856.717,45	758.347,23	70.835,04	54.279,84	54.279,84	54.279,84
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	948.024,17	944.990,57	64.351,36	67.321,06	58.641,58	59.164,99
Número de membros ⁽⁵⁾	6,92	7,50	5,33	5,17	3,50	5,00

⁽¹⁾ Valores aprovados em Assembleia Geral.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período pelo número de membros de cada órgão

⁽⁵⁾ Corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.

Em 31.12.2021, o número de funcionários do Banco totalizava 6.708 (6.684 em 31.12.2020), registrando-se um acréscimo de 0,36% no quadro de pessoal.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução CMN nº 4.877, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

As remensurações atuariais dos Planos de Benefícios ofertados pelo Banco foram realizadas pela empresa contratada ATUARIAL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

a) Descrição dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante.

a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

O plano CV I só poderá vir a apresentar déficit ou superávit atuarial após o início da concessão dos benefícios não programados, invalidez e morte, ou dos benefícios programados em fase de renda vitalícia. O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

Notas Explicativas **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e**
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas definidas em contrato, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. O Banco avalia atuarialmente o benefício, que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.4) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Corpo Social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe à Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizados estudos que objetivam auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e a situação financeira do plano, permitindo-se que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2021, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.12.2021, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2020, 1:1).

d) Exposição ao risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	O custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar a contribuição paritária ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I/ Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuariais não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 do CPC 33 (R1). Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, o aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial para os planos BD, CV I e Natural e uma redução do passivo atuarial para o Seguro de Vida em Grupo

e) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	BD	CV I	CAMED	SEGURO
Participantes	1.106	5.426	6.046	4.688
Assistidos (Aposentados/Pensionistas)	5.109	413	5.236	3.572
TOTAL	6.215	5.839	11.282	8.260

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

f) Premissas utilizadas

f.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef, embasadas em estudos estatísticos e de adequação das hipóteses, elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquela entidade. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, de acordo com suas características populacionais.

Especificação	Plano BD (Capef) e Plano Natural (Camed)	
	31.12.2021	31.12.2020
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP2000 Proj 2020 – Suavizada em 20%, segregada por sexo	RP2000 Proj 2020 – Suavizada em 20%, segregada por sexo
Inválidos	IAPC Fraca	IAPC Fraca
Tábua de Entrada em Invalidez	Hunters (suavizada em 85%)	Hunters (suavizada em 85%)

Especificação	Plano CV I (Capef) e Seguro de Vida	
	31.12.2021	31.12.2020
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj 2020 – Suavizada em 10%, segregada por sexo	RP 2000 Proj 2020 – Suavizada em 10%, segregada por sexo
Inválidos	IAPC Fraca	IAPC Fraca
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (suavizada em 85%)	Muller (suavizada em 85%)

f.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,32	7,03	8,53	7,65
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,16	3,30	5,37	3,90
Taxa média de inflação anual	3,00	3,61	3,00	3,61
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾ ⁽²⁾	4,03	4,65	-	-
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	3,00	3,61	3,00	3,61

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

⁽²⁾ Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e de funções do Banco

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2021	31.12.2020
	31.12.2021	31.12.2020		
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,53	7,65	8,53	7,65
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,37	3,89	5,37	3,90
Taxa média de inflação anual	3,00	3,61	3,00	3,61
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	4,03	4,65	4,03	4,65
Taxa nominal de aumento médio dos benefícios ^{(1) (2)}	1,96	1,84	4,03	4,65
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	3,71	3,84	Não se aplica	Não se aplica

⁽¹⁾ No caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado de ativos.

⁽²⁾ No caso do plano Natural, trata-se da projeção de aumento dos custos médicos (HCCTR). Na posição de 31.12.2021, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 10 (dez) anos. A taxa encontrada foi de 1,96% (1,84% em 31.12.2020), acima do "aging factor" e da inflação geral de preços, e decresce 0,48% no 2º e 3º ano, permanecendo a partir do 3º (terceiro) ano em 1% a.a.

f.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

f.4) Para a avaliação atuarial utiliza-se o Método de Crédito Unitário Projetado, a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

f.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução CMN nº 4.877. Na posição de 31.12.2021, foram apuradas as seguintes *durations*: para o plano Capef BD: 8,8 anos (10,08 anos em 31.12.2020), para o plano Capef CV I: 18,48 anos (18,05 anos em 31.12.2020), para o plano Natural: 15,27anos (17,69 anos em 31.12.2020) e para o Seguro de Vida: 15,02 anos (16,83 anos em 31.12.2020).

g) Passivo Reconhecido nas Demonstrações Financeiras:

g.1) Planos de Previdência Privada

Especificação	Capef – Planos de Previdência Privada			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial ⁽¹⁾	(4.943.555)	(5.603.746)	(49.462)	(37.751)
1.1. Obrigação relativa aos participantes assistidos	(4.288.172)	(4.697.743)	(45.014)	(33.281)
1.2. Obrigação relativa aos participantes ativos	(655.383)	(906.003)	(4.448)	(4.470)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	3.994.606	4.510.677	101.819	91.375
3. Efeito do Teto do Ativo	-	-	(52.357)	(53.624)
4. Passivo Reconhecido nas Demonstrações Financeiras	(948.949)	(1.093.069)	-	-

⁽¹⁾ Para o plano CV I, os valores se referem aos benefícios não programados (Parte BD), que possuem características de plano de benefício definido.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

g.2) Plano de Assistência Médica e Seguro de Vida em Grupo

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2021	31.12.2020
	31.12.2021	31.12.2020		
1. Valor Presente da Obrigação atuarial	(1.943.464)	(2.359.572)	(280.857)	(368.074)
1.1. Obrigação relativa aos participantes assistidos	(1.422.080)	(1.641.370)	(228.476)	(272.096)
1.2. Obrigação relativa aos participantes ativos	(521.384)	(718.202)	(63.772)	(98.665)
1.3. Subsídio cruzado	-	-	11.391	2.687
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	197.431	165.335	-	-
3. Passivo Reconhecido nas Demonstrações Financeiras	(1.746.033)	(2.194.237)	(280.857)	(368.074)

h) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período	(5.603.746)	(5.647.446)	(37.751)	(32.359)
2. Custo dos Juros	(381.396)	(354.042)	(2.857)	(2.326)
3. Custo do Serviço Corrente	(9.466)	(11.990)	(159)	(132)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	491.953	462.791	1.348	842
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(83.561)	(79.670)	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	(12.239)	(42.558)
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais decorrentes de:	642.661	26.611	2.196	38.782
7.1. Ajustes de Experiência	(61.124)	(35.487)	(3.303)	34.096
7.2. Alterações de Premissas Financeiras	915.283	248.977	5.512	1.251
7.3. Alterações de Premissas Biométricas – tábuas	-	(184.204)	-	3.390
7.4. Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	-	(2.675)	-	14
7.5. Alterações de Outras Premissas – Composição Familiar	-	-	-	31
7.6. Alteração na postergação de aposentadoria	16.590	-	-	-
7.7. Alteração nos percentuais de despesas administrativas	11.283	-	(13)	-
7.8. Alterações decorrentes da inflação acumulada no período	(239.371)	-	-	-
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(4.943.555)	(5.603.746)	(49.462)	(37.751)

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2021	31.12.2020
	31.12.2021	31.12.2020		
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período	(2.359.572)	(2.293.236)	(368.074)	(363.829)
2. Custo dos Juros	(177.428)	(162.490)	(27.943)	(26.086)
3. Custo do Serviço Corrente	(31.416)	(42.489)	(3.166)	(3.804)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	101.613	73.711	11.557	10.077
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(28.997)	(27.244)	(3.623)	(3.262)
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	11.557	11.363	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais decorrentes de:	540.779	80.813	110.392	18.830
7.1. Ajustes de Experiência	139.291	101.921	22.362	5.971
7.2. Alterações de Premissas Financeiras	479.919	177.297	70.363	27.495
7.3. Alterações do reajuste na mensalidade de dependentes e taxa de proteção financeira	23.394	-	-	-
7.4. Alterações referentes à taxa de inflação médica (HCCTR) e aos custos médicos médios	(106.351)	(33.590)	-	-
7.5. Alterações de Premissas Biométricas - Tábuas	-	(164.430)	-	(14.615)
7.6. Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	-	(385)	-	(21)
7.7. Alterações na postergação de aposentadoria	4.526	-	(327)	-
7.8. Reajustes dos prêmios	-	-	17.994	-
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(1.943.464)	(2.359.572)	(280.857)	(368.074)

⁽¹⁾ Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

i) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	4.510.677	4.715.575	91.375	88.627
2. Receita de Juros	307.663	295.431	7.048	6.489
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	83.501	79.700	1.349	1.306
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	31	66	1.358	1.312
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	83.561	79.670	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	12.239	42.558
7. Benefícios Pagos pelo Plano	(491.953)	(462.791)	(1.348)	(842)
8. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽²⁾	(498.874)	(196.974)	(10.202)	(48.075)
9. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	3.994.606	4.510.677	101.819	91.375

⁽¹⁾ Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

⁽²⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montante incluído nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2021	31.12.2020
	31.12.2021	31.12.2020		
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	165.335	158.763	-	-
2. Receita de Juros	11.285	11.100	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	82.451	84.973	4.806	4.185
4. Devolução das Contribuições do Patrocinador	(43.573)	(40.792)	-	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	1.375	762	3.128	2.630
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	28.997	27.244	3.623	3.262
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(11.557)	(11.363)	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(101.613)	(73.711)	(11.557)	(10.077)
9. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽³⁾	64.731	8.359	-	-
10. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	197.431	165.335	-	-

⁽¹⁾ Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

⁽²⁾ Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montante incluído nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

j) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

Especificação	Capef	
	Plano CV I	
	31.12.2021	31.12.2020
1. Efeito do Teto do Ativo no Início do Período	(53.624)	(56.268)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(4.191)	(4.163)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	5.458	6.807
4. Efeito do Teto do Ativo no Final do Período	(52.357)	(53.624)

k) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos nas Demonstrações Financeiras

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(4.943.555)	(5.603.746)	(49.462)	(37.751)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	3.994.606	4.510.677	101.819	91.375
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(948.949)	(1.093.069)	52.357	53.624
4. Efeito do Teto do Ativo no Final do Período	-	-	(52.357)	(53.624)
5. Passivo Reconhecido no Final do Período	(948.949)	(1.093.069)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2021	31.12.2020
	31.12.2021	31.12.2020		
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(1.943.464)	(2.359.572)	(280.857)	(368.074)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	197.431	165.335	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(1.746.033)	(2.194.237)	(280.857)	(368.074)
4. Passivo Reconhecido no Final do Período	(1.746.033)	(2.194.237)	(280.857)	(368.074)

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

I) Valores Reconhecidos no Resultado

Especificação	Capef					
	Plano BD			Plano CV I		
	2º Sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020	2º Sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(4.715)	(9.435)	(11.924)	652	1.199	1.180
1.1. Custo do Serviço	(4.733)	(9.466)	(11.990)	(80)	(159)	(132)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	18	31	66	732	1.358	1.312
2. Juros Líquidos	(36.866)	(73.733)	(58.611)	-	-	-
2.1. Custo dos Juros	(190.698)	(381.396)	(354.042)	(1.429)	(2.857)	(2.326)
2.2. Receita de Juros	153.832	307.663	295.431	3.524	7.048	6.489
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto do Ativo	-	-	-	(2.095)	(4.191)	(4.163)
3. Valores Reconhecidos no Resultado (item 1 + item 2)	(41.581)	(83.168)	(70.535)	652⁽¹⁾	1.199⁽¹⁾	1.180⁽¹⁾
4. Despesas Administrativas do Plano BD	(3.362)	(6.285)	(6.158)	-	-	-
5. Contribuições (Parte CD) do Plano CV I	-	-	-	(39.721)	(70.079)	(66.521)
6. Contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco	-	-	-	107	193	126
7. Valor apropriado em Despesas	(44.943)	(89.453)	(76.693)	(38.962)	(68.687)	(65.215)

⁽¹⁾ Valor registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Camed - Plano Natural			Seguro de Vida		
	2º Sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020	2º Sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(14.975)	(30.041)	(41.727)	222	(38)	(1.174)
1.1. Custo do Serviço	(15.708)	(31.416)	(42.489)	(1.583)	(3.166)	(3.804)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	733	1.375	762	1.805	3.128	2.630
2. Juros Líquidos	(83.071)	(166.143)	(151.390)	(13.972)	(27.943)	(26.086)
2.1. Custo dos Juros	(88.714)	(177.428)	(162.490)	(13.972)	(27.943)	(26.086)
2.2. Receita de Juros	5.643	11.285	11.100	-	-	-
3. Valores Reconhecidos no Resultado (item 1 + item 2)	(98.046)	(196.184)	(193.117)	(13.750)	(27.981)	(27.260)
4. Contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco	41	79	60	5	8	6
5. Valor apropriado em Despesas	(98.005)	(196.105)	(193.057)	(13.745)	(27.973)	(27.254)

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

m) Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos do Plano ⁽¹⁾	(498.874)	(196.974)	(10.202)	(48.075)
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação, decorrentes de:	642.661	26.611	2.196	38.782
2.1. Ajustes de Experiência	(61.124)	(35.487)	(3.303)	34.096
2.2. Alterações de Premissas Financeiras ⁽²⁾	915.283	248.977	5.512	1.251
2.3. Alterações de Premissas Biométricas – Tábuas	-	(184.204)	-	3.390
2.4. Alterações de Outras Premissas - PID	-	(2.675)	-	14
2.5. Alterações de Outras Premissas – Composição Familiar	-	-	-	31
2.6. Alterações na postergação de aposentadoria	16.590	-	-	-
2.7. Alterações nos percentuais de despesas administrativas	11.283	-	(13)	-
2.8. Alterações decorrentes da inflação acumulada no período	(239.371)	-	-	-
3. Efeito do teto do Ativo	-	-	5.458	6.807
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido, (item 1 + item 2 + item 3) ⁽³⁾	143.787	(170.363)	(2.548)	(2.486)

⁽¹⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

⁽²⁾ Decorrem de variação nas taxas reais de desconto em relação a 31.12.2020 (conforme demonstrado na alínea f.2);

⁽³⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas no cálculo atuarial do plano CV I:01.01 a 31.12.2020: (R\$ 140).

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos do Plano ⁽¹⁾	64.731	8.359	-	-
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação, decorrentes de:	540.779	80.813	110.392	18.830
2.1. Ajustes de Experiência	139.291	101.921	22.362	5.971
2.2. Alterações de Premissas Financeiras ⁽²⁾	479.919	177.297	70.363	27.495
2.3. Reajuste na mensalidade de dependentes e taxa de proteção financeira	23.394	-	-	-
2.4. Alteração da taxa de inflação médica (HCCTR) e custos médicos médios	(106.351)	(33.590)	-	-
2.5. Alterações de Premissas Biométricas - Tábuas	-	(164.430)	-	(14.615)
2.6. Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	-	(385)	-	(21)
2.7. Alteração na postergação de aposentadoria	4.526	-	(327)	-
2.8. Reajustes nos prêmios	-	-	17.994	-
3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido, (item 1 + item 2) ⁽³⁾	605.510	89.172	110.392	18.830

⁽¹⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

⁽²⁾ Decorrem de variação nas taxas reais de desconto em relação a 31.12.2020 (conforme demonstrado na alínea f.2);

⁽³⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano Natural: 01.01 a 31.12.2020: R\$ 12.360 e no cálculo atuarial do seguro de vida em grupo: 01.01 a 31.12.2021: R\$ (4); 01.01 a 31.12.2020: R\$ 10.

Notas Explicativas **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e**
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

n) Conciliação de movimentação do (Passivo)/Ativo líquido reconhecido no Período

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Período	(1.093.069)	(931.871)	-	-
2. Contribuições do Empregador	83.501	79.700	1.349	1.306
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(83.168)	(70.535)	1.199	1.180
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	143.787	(170.363)	(2.548)	(2.486)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Período	(948.949)	(1.093.069)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2021	31.12.2020
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	(2.194.237)	(2.134.473)	(368.074)	(363.829)
2. Contribuições do Empregador	82.451	84.973	4.806	4.185
3. Devolução de contribuições do patrocinador	(43.573)	(40.792)	-	-
4. Valores Reconhecidos no Resultado	(196.184)	(193.117)	(27.981)	(27.260)
5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	605.510	89.172	110.392	18.830
6. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Período	(1.746.033)	(2.194.237)	(280.857)	(368.074)

o) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos Ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,00% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,00% ao ano.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução CMN nº 4.661, de 25.05.2018 e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano, bem como, proposta de alocação definida nas referidas políticas de investimentos dos planos. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Renda Fixa	88,10	86,95	68,71	73,51	88,92	88,19
Renda Variável	3,20	5,73	10,85	12,99	8,92	9,23
Imobiliários	6,19	5,40	3,65	4,89	2,16	2,58
Investimentos no Exterior	0,37	-	8,24	0,29	-	-
Operações com Participantes	1,99	1,79	4,40	4,12	-	-
Instrumentos Estruturados	0,15	0,13	4,15	4,20	-	-

p) Análise de Sensibilidade das Obrigações

Demonstra como as Obrigações Atuariais seriam afetadas por variação nas principais premissas:

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	31.12.2021	+0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(4.943.555)	(4.840.102)	(5.051.109)	(4.796.561)	(5.109.808)
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		-2,1	2,2	-3,0	3,4

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	31.12.2021	+0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(49.462)	(48.660)	(50.293)	(47.243)	(51.944)
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		-1,6	1,7	-4,5	5,0

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		HCCTR		Tábuas Biométricas	
	31.12.2021	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(1.943.464)	(1.877.962)	(2.012.956)	(2.030.152)	(1.861.476)	(1.858.902)	(2.038.922)
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		-3,4	3,6	4,5	-4,2	-4,4	4,9

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	31.12.2021	+ 0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(280.857)	(271.127)	(291.158)	(296.200)	(264.085)
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		-3,5	3,7	5,5	-6,0

q) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

q.1) Contribuições Esperadas para o período de janeiro a dezembro de 2022

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD ⁽¹⁾	Plano CV I ⁽²⁾	Plano Natural ⁽³⁾	
1. Contribuições do Empregador	95.208	1.326	76.260	4.824
2. Contribuições de Empregados (Ativos)	39	1.294	1.653	2.795
3. Contribuições de Ex-empregados (Assistidos)	95.169	-	37.140	4.503

⁽¹⁾ Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo: Empregador: R\$5.862 e Empregados/Assistidos R\$ 5.862;

⁽²⁾ Exceto contribuições destinadas à parte CD do plano: Empregador: R\$ 65.788 e Empregados: R\$ 65.818;

⁽³⁾ Exceto coparticipações.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

q.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾⁽²⁾	Seguro de Vida ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	441.735	2.451	84.868	10.094
De 1 ano a 2 anos	413.642	2.163	85.368	10.544
De 2 anos a 3 anos	384.625	1.742	85.048	10.922
De 3 anos a 4 anos	356.254	1.421	84.368	11.203
Acima de 4 anos	3.347.299	41.685	1.603.812	238.094
Total	4.943.555	49.462	1.943.464	280.857

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados descontados a valor presente.

⁽²⁾ Líquidos de coparticipação de assistidos.

r) Estimativa de Despesas para o exercício de 2022

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(7.064)	1.137	(19.131)	1.241
2. Juros Líquidos	(74.949)	-	(144.797)	(23.624)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(82.013)	1.137	(163.928)	(22.383)

NOTA 26 – Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R\$ 96.474 (R\$ 60.546 em 31.12.2020), composta pelo equivalente a 5,96% do lucro líquido do exercício (5,94% em 31.12.2020) e 25% (25% em 31.12.2020) dos dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício.

A despesa de PLR, do exercício, totaliza R\$ 98.081 (R\$ 62.316 em 31.12.2020) da participação nos resultados do exercício, sendo R\$ 96.474 (R\$ 60.563 em 31.12.2020) referente aos Empregados e R\$ 1.607 (R\$ 1.753 em 31.12.2020) aos Administradores.

NOTA 27 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 107.839.748 (R\$ 96.267.876 em 31.12.2020), está registrado em conta de compensação do Banco, denominada “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE”.
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 19.706.274 (R\$ 14.293.626 em 31.12.2020), registrados no título “Outros Instrumentos Financeiros/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” foram remunerados pela taxa extramercado até 18.05.2021. A partir de 19.05.2021, por força da Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021, e da Lei nº 14.227, de 20.10.2021, passou a ser remunerada pela taxa Selic. No Exercício de 2021, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 817.103 (R\$ 545.992 em 31.12.2020).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
 - c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

- c.2)** para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3)** o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada.
- d)** A composição dos saldos dos financiamentos com risco para o Banco e das provisões contabilizadas em "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos 31.12.2021	Provisão em 31.12.2021 (1) (2) (3)	Saldos 31.12.2020	Provisão Normal em 31.12.2020 (2) (3)	Provisão Prudencial em 31.12.2020 (4)	Total da Provisão em 31.12.2020
AA	39.046.395	-	34.922.308	-	(134.686)	(134.686)
A	22.907.482	(57.514)	22.021.060	(55.298)	(160.883)	(216.181)
B	5.452.869	(27.457)	6.004.651	(30.245)	(35.747)	(65.992)
C	2.336.502	(35.010)	2.193.204	(32.791)	(13.551)	(46.342)
D	1.279.916	(64.069)	923.220	(46.206)	(6.822)	(53.028)
E	740.748	(111.305)	632.393	(95.441)	(5.339)	(100.780)
F	594.790	(148.688)	495.524	(123.967)	(3.177)	(127.144)
G	443.999	(155.211)	428.271	(149.837)	(1.856)	(151.693)
H	4.937.653	(2.457.189)	4.178.467	(2.076.702)	-	(2.076.702)
Total	77.740.354	(3.056.443)	71.799.098	(2.610.487)	(362.061)	(2.972.548)

(1) No rating "H", estão inclusos R\$ 206.926 oriundos de reclassificação de operações de crédito, ancorada em estudo técnico específico, que teve como principais premissas a análise da inadimplência e as projeções macroeconômicas.

(2) Em 31.12.2021, inclui R\$ 32.673 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 40.837 em 31.12.2020);

(3) Contemplam os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes; e

(4) Contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito.

- e)** Para as contratações efetuadas após 30.11.1998, o del credere é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o del credere é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de del credere foi de R\$ 2.281.945 (R\$ 1.949.580 em 31.12.2020). Por força da Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021, o del credere sobre os saldos as operações do FNE contratadas a partir de 19.05.2021, foi apurado, nas operações com risco integral para o Banco, a taxas que variam de 5,5% a.a. a 2,50% a.a., conforme o porte do beneficiário, e de 2,75% a.a., a 1,25% a.a., nas operações com risco compartilhado, também conforme o porte do beneficiário. Nas operações com risco integral do FNE não há incidência de del credere. As taxas para essas operações prevaleceram no período de maio a setembro de 2021, retornando às taxas anteriores em razão da Lei nº 14.227, de 20.10.2021, que definiu novas taxas de del credere e nova data de início para sua aplicação. O Anexo II da Lei nº 14.227, de 20.10.2021, definiu o del credere do Banco, para as operações contratadas a partir de 01.01.2022, a taxas que variam de 6% a.a. a 4,5% a.a., nos financiamentos com risco integral para o BNB, e de 3% a.a. a 2,25% a.a., nas operações com risco compartilhado, conforme o porte do beneficiário.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

- f) No exercício de 2021, a taxa de administração foi de R\$ 1.369.708 (R\$ 1.487.335 em 31.12.2020), calculada à base de 2,1% ao ano até junho e de 1,0% ao ano, de julho de 2021 até setembro de 2021, retornando à taxa de 2.1% ao ano, a partir de outubro de 2021 (2,4% ao ano em 2020), apurada sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente, conforme estatuído na Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021, e no Art. 17-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, introduzido pela Lei nº 13.682, de 19.06.2018.
- g) No exercício de 2021 a remuneração paga ao BNB em razão das disponibilidades do FNE totalizou R\$ 30.461 (R\$ 70.339 em 2020). De janeiro a abril de 2021, a essa remuneração foi calculada à taxa de 0,35% ao ano, passando a 0,09% ao ano a partir de maio de 2021. A Medida Provisória nº 1.052, de 18.05.2021, e a Lei nº 14.227, de 20.10.2021 introduziram as seguintes alterações no Art. 17-A da Lei nº 7.827 de 27.09.1989:
- g.1) o Banco fará jus ao percentual de 0,09% (nove centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;
- g.2) o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração ao Banco sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) a título de taxa de performance, a ser regulamentada por ato conjunto dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional.
- h) No exercício de 2021, as renegociações decorrentes de operações contratadas pelo FNE totalizaram R\$ 10.244.384 (R\$ 50.260.384 em 2020).

NOTA 28 - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O FDNE, criado pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da SUDENE, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas.

O Banco é o agente operador exclusivo na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e operador preferencial para contratação de operações de crédito por repasse.

Constituem recursos do FDNE:

- I. recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que lhe foram consignadas no orçamento anual;
- II. resultados de aplicações financeiras à sua conta;
- III. produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados;
- IV. transferências financeiras de outros fundos destinados ao apoio de programas e projetos de desenvolvimento regional que contemplam a área de atuação da SUDENE;
- V. a reversão dos saldos anuais não aplicados;
- VI. o produto do retorno das operações de financiamentos concedidos, incluídos o principal, juros e demais encargos financeiros, descontada a parcela que corresponder à remuneração do agente operador, conforme dispuser o Conselho Monetário Nacional; e
- VII. outros recursos previstos em lei.

Os quadros a seguir demonstram a remuneração do Banco, na qualidade de Operador do FDNE, a despesa de provisão constituída sobre as garantias financeiras prestadas e os saldos das operações contratadas:

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

a) Receita com Del Credere e Despesa de Provisão

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Receita de Del Credere	8.602	8.214
Despesa de Provisão (Líquida)	(295)	(1.168)

b) Saldos das Operações Contratadas

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
FDNE - Debêntures	5.323.453	5.149.141
FDNE - Repasse	582.912	616.333

NOTA 29 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Economia, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.12.2021	31.12.2020
Protrabalho Investimento	004/2007	143.192	122.821
Total		143.192	122.821

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 12.090 (R\$ 14.828 em 31.12.2020) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na Taxa de Longo Prazo (TLP) quando liberados. Os recursos disponíveis totalizam R\$ 113 (R\$ 9 em 31.12.2020).

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n°s 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade, acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2021		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Protrabalho - Investimento	04/2007	RA	3.261	3	113	12.090	12.203
Total (Notas 14.b e 31.a.1)			3.261	3	113	12.090	12.203

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2020		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Protrabalho - Investimento	04/2007	RA	3.991	22	9	14.828	14.837
PNMPO	01/2010	RA	765	6	-	-	-
Total (Notas 14.b e 31.a.1)			4.756	28	9	14.828	14.837

⁽¹⁾ Tade: Termo de Alocação de Depósito Especial.

⁽²⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);

⁽⁴⁾ Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

NOTA 30 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento dos riscos considerados relevantes pelo Banco. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da instituição.

A atuação dessa estrutura leva em consideração o equilíbrio financeiro do Banco e é pautada na política de integridade e ética da instituição e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade. Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal: <https://www.bnb.gov.br/web/guest/relatorios-de-gestao-de-riscos> e não fazem parte destas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e**
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A gestão da adequação de capital do Banco é feita levando-se em conta as exigências regulatórias acrescidas de uma meta de Capital de 2,0 pontos percentuais acima dos requerimentos mínimos, considerando-se as exigências de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I, de Capital Principal e do Adicional de Capital Principal (ACP).

O Banco elabora seu Plano de Capital em consonância com o Planejamento Estratégico, de forma a refletir os resultados ali planejados e, ao mesmo tempo, atender ao disposto na Resolução CMN nº 4.557. Nesse sentido, com o intuito de aumentar a aderência do Plano de Capital ao planejamento empresarial, optou-se por, desde a versão elaborada em 2018, estender o seu horizonte para cinco anos, ultrapassando em dois anos o mínimo definido na citada Resolução.

No plano elaborado para o período de 2022 a 2026, aprovado em dezembro de 2021, não se vislumbrou indícios de possível descumprimento dos requerimentos mínimos de capital regulatórios.

Política Corporativa de Gestão de Riscos

Contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos relevantes financeiros (riscos de crédito, concentração, mercado, taxa de juros da carteira bancária, liquidez e operacional – incluindo neste último o risco legal); e os não financeiros (riscos estratégico, reputacional, de capital, de conformidade, socioambiental, atuarial, cibernético e de modelos). O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Resolução BCB nº 54, de 16.12.2020, podem ser encontradas no portal: <https://www.bnb.gov.br/web/guest/relatorios-de-gestao-de-riscos> e não fazem parte destas Demonstrações Financeiras.

b) Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Especificação	Exposição	
	31.12.2021	31.12.2020
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	60.604.222	54.475.937
Público	1.828.064	1.257.833
Privado	58.776.158	53.218.104
Comércio	5.337.568	6.289.503
Comércio Exterior	335.688	714.439
Indústria	8.094.667	8.346.360
Infraestrutura	20.823.425	16.656.995
Microfinança Urbana	6.456.980	5.307.579
Pessoas Físicas	100.340	100.781
Rural	11.471.286	9.954.839
Outros Serviços	6.156.204	5.847.608
Operações de Mercado	42.668.953	53.519.103
Títulos Públicos Federais	39.762.395	49.453.031
Operações Compromissadas	8.010.614	20.671.729
Outras	31.751.781	28.781.302
Depósitos Interfinanceiros	718.340	1.083.961
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.223.227	1.172.934
Outras Operações	964.991	1.809.177
Demais Ativos	6.027.139	6.191.236
Total	109.300.314	114.186.276

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o Banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 5.192.286 (R\$ 3.962.877 em 31.12.2020). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 5.983.024 (R\$ 5.327.127 em 31.12.2020).

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

c) Risco de Liquidez

É a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.12.2021(%)	31.12.2020(%)
Índice de Liquidez	Na data-base	511,48	318,20
	Média dos últimos 12 meses	464,71	447,63
	Máximo dos últimos 12 meses	651,46	925,24
	Mínimo dos últimos 12 meses	311,50	241,95

d) Risco de Mercado

É a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- a) *Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- b) Variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (Δ EVE) da carteira bancária;
- c) Variação do resultado da intermediação financeira (Δ NII) da carteira bancária;
- d) Mapa de requerimentos mínimos de capital;
- e) Relatório de exposição cambial;
- f) Análise de sensibilidade;
- g) Testes de estresse;
- h) Testes de aderência (*backtesting*); e
- i) Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Limites de Exposição ao Risco	Limite de Alerta	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> • 0,8% (um por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação; • 8% (dez por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); • 8% (dez por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); • 3% (quatro por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo de exposições em moeda estrangeira. 	<ul style="list-style-type: none"> • > 0,6% do PR nível I • > 6% do PR nível I • > 6% do PR nível I > 2% do PR nível I 	<p>Caso o nível de exposição atinja o limite de alerta, a área de Gestão de Riscos emitirá um comunicado à Diretoria Executiva, ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e às áreas gestoras dos produtos/processos responsáveis pela exposição;</p> <p>Caso o nível de exposição ultrapasse o limite estabelecido, a área de Gestão de Riscos emitirá uma comunicação formal (alerta) ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração para avaliação e tomada de decisão, visando a correção de rumos e adequação ao parâmetro de tolerância estabelecido na RAS.</p>

Riscos da Carteira de Negociação

O Banco acompanha diariamente a composição da Carteira de Negociação, que deve se constituir de: i) operações compromissadas bancadas de compra com compromisso de revenda; ii) títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação, quando houver, conforme definido pelo Bacen, na Circular nº 3.068, de 08.11.2001; iii) operações destinadas à proteção (hedge) contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação.

A mensuração do risco de taxas de juros da Carteira de Negociação é feita com a utilização do Valor em Risco (VaR), a partir do modelo padrão criado pelo Bacen.

Em 31.12.2021, a Carteira de Negociação do Banco estava composta por operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos federais, realizadas com taxas prefixadas, apresentando uma exposição marcada a mercado no valor de R\$ 1.383.911 e um VaR de R\$ 80.

Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)

Corresponde ao risco de impactos negativos no capital e nos resultados do Banco, provindos de movimentos adversos das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A identificação, mensuração e controle desse risco são efetuados atendendo critérios preconizados na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018, utilizando-se duas métricas a seguir:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros; e
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros. O resultado de intermediação financeira da carteira bancária, não deve incluir a provisão de crédito de liquidação duvidosa.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

O cálculo das medidas de IRRBB é realizado mensalmente, com a utilização de modelos padronizados e internos (há modelo interno apenas para o Δ NII) baseados, fundamentalmente, nos parâmetros, hipóteses e premissas estabelecidos na Circular Bacen nº 3.876.

Na posição de 31.12.2021, a Carteira Bancária do Banco possuía exposição marcada a mercado (somatório do valor absoluto das exposições líquidas de cada fator de risco) de R\$ 9.197.751, apresentando Δ EVE e Δ NII nos valores de R\$ 250.514 e R\$ 268.262, respectivamente.

Testes de Estresse

Permite antever potenciais perdas em carteiras de operações diante da variação das taxas de juros, cupom cambial ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas. Esta ferramenta complementa outras abordagens de gestão de risco usadas para exercícios de normalidade, tais como Valor econômico (EVE), Resultados de intermediação financeira (NII) e Valor em Risco (VaR) utilizados no Banco.

O Banco realiza trimestralmente três modalidades de testes de estresse além de análise de sensibilidade, atendendo aos normativos do Bacen e do CMN. Esses testes possuem os objetivos descritos adiante:

- a) estimar percentual da variação do valor marcado a mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência (PR), com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando-se o exercício de manutenção (*holding period*) de um ano e o exercício de observação de cinco anos;
- b) estimar a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar redução do valor de mercado no ativo (ou aumento no valor do passivo) das operações constantes das Carteiras de Negociação e Bancária correspondente a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do PR; e
- c) estimar as perdas que ocorreriam se o cenário integrado de estresse, elaborado pela área econômica do Banco em conjunto com áreas como a de planejamento, de controladoria e de gestão de riscos, viesse a ocorrer.

Os resultados dos testes de estresse são comunicados, por meio de relatórios trimestrais, à Administração do Banco, bem como utilizados pela área de gestão de riscos para o acompanhamento sistemático do nível de exposição do Banco aos choques nas taxas de juros, com vistas aos necessários *feedbacks* às respectivas áreas negociais.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Análise de Sensibilidade

Observando-se as disposições da Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020 e Deliberação CVM nº 604, de 19.11.2009, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/ Fator de Risco	Risco de variação em:	Cenário 1 (Variação de 25%)		Cenário 2 (Variação de 50%)	
		Perda	% PL	Perda	% PL
Carteira de Negociação					
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(118)	-	(234)	
Carteira Bancária					
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(174.994)	2,34	(300.547)	4,02
Cupons cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(313)	0,00	(631)	0,01
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(2.608)	0,03	(5.227)	0,07
Índices de preços	Taxas de cupons de inflação	9.258	0,12	105.613	1,41
TJLP	Taxas de cupom de TJLP	(720)	0,01	(1.250)	0,02
TLP	Taxas de cupom de TLP	(89.300)	1,19	(163.947)	2,19
TR	Taxas de cupom de TR	(43.685)	0,58	(43.685)	0,87

Para efeito dos cálculos acima, utilizou-se um cenário-base, que configura a situação mais provável, no qual foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Para a construção dos cenários 1 e 2, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado correspondentes, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas, apresentadas em valores absolutos e como um percentual do Patrimônio Líquido do Banco constituem as diferenças entre os saldos do cenário-base e os saldos dos cenários 1 e 2.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
			Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Derivativos para Hedge	Variação da taxa referencial B3 S.A-	Swap Dólar x DI	285.078	284.791	(287)	284.507	(571)
		Passivo em ME	(280.353)	(280.078)	275	(280.078)	550
		Exposição Líquida	4.725	4.713	(12)	4.713	(21)

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de *hedge* consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques no cupom cambial utilizado no cenário 1, conforme descrição a seguir:

Cenário 1 – aplicação de 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – aplicação de 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – aplicação de 150% da taxa de swap DI x Dólar.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

e) Risco Operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as normas do Bacen. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no montante de R\$ 8.306 (R\$ 23.454 em 31.12.2020 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.12.2021	31.12.2020	Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	2.292	3.922	Relações Interdependências	4.401	4.040
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	27.830	106.054	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	53.697	63.251
Operações de Crédito	460.224	497.955	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	724.354	711.278
Outros Créditos	486.738	827.621	Outras Obrigações	486.033	907.302
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	977.084	1.435.552	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras		
Operações de <i>Swap</i>	283.095	226.865		1.268.485	1.685.871
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	1.260.179	1.662.417	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	1.268.485	1.685.871

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos – RAS (3% do Patrimônio de Referência nível I).

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.12.2021, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do IRRBB) de 13,25% (12,83% em 31.12.2020). O índice de Nível I ficou em 11,33% (10,02% em 31.12.2020) e o índice de Capital Principal em 10,23% (8,82% em 31.12.2020). O PR apurado foi de R\$ 9.958.487 (R\$ 8.729.534 em 31.12.2020), o Nível I ficou em R\$ 8.132.403 (R\$ 6.675.190 em 31.12.2020) e o Capital Principal em R\$ 7.341.914 (R\$ 5.879.301 em 31.12.2020), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 71.799.386 (R\$ 66.623.721 em 31.12.2020). Não se registrou, no exercício avaliado, a possibilidade de descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Patrimônio de Referência (PR)	9.958.487	8.729.534
Nível I	8.132.403	6.675.190
Capital Principal	7.341.914	5.879.301
Capital Complementar	790.489	795.889
Nível II	1.826.084	2.054.344
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	71.799.386	66.623.721
Parcela RWACPAD	59.291.382	55.144.098
Parcela RWACAM	25.879	119.445
Parcela RWAJUR	2.252	16.512
Parcela RWACOM	4.978	625
Parcela RWAOPAD	12.474.895	11.343.041
Margem sobre o PR Requerido	4.214.536	3.399.637
Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)	268.262	113.622
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	3.946.274	3.286.015
Margem sobre o PR Nível I Requerido	3.824.440	2.677.767
Margem sobre o Capital Principal Requerido	4.110.942	2.881.234
Adicional de Capital Requerido- ACP (2%) ⁽¹⁾	1.435.988	832.797
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido	2.388.452	1.844.971
Índices de Basileia:		
Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	10,23%	8,82%
Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	11,33%	10,02%
Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%)	13,87%	13,10%
Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	13,25%	12,83%

⁽¹⁾ até dezembro/2020 era 1,25%; a partir de outubro/2021, passou a ser 2,0%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . IRRBB: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	9.958.487	8.729.534
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	8.132.403	6.675.190
Capital Principal	7.341.914	5.879.301
Capital Social	6.293.460	5.569.988
Reservas de Lucros	2.179.304	1.668.959
Reservas de Capital e de Reavaliação	13.280	13.671
Outros Resultados Abrangentes	(1.007.017)	(1.080.643)
Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal	500.000	500.000
Ajustes Prudenciais	(637.113)	(792.674)
Ativos Intangíveis	(2.253)	(721)
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(630.122)	(764.640)
Diferença a Menor – Ajustes Res. CMN nº 4.277	(4.738)	(27.313)
Capital Complementar	790.489	795.889
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	790.489	795.889
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	1.826.084	2.054.344
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	1.826.084	2.054.344

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen. Esse instrumento, como previsto na Resolução CMN nº 4.192, de 01.03.2013, possui cláusula de recompra, que foi utilizada pelo Banco na concretização de amortização de um total de R\$ 500.000, dividido em duas parcelas de R\$ 250.000, devidamente autorizada pelo Bacen.

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R\$ 801.040, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar. Essas letras atendem ao disposto no Artigo 10º da Resolução CMN nº 4.733, de 27.06.2019 que permite a recompra de até 3% do seu valor contábil. Em 2020, houve a recompra de Letras Financeiras no valor de R\$ 5.151 e em 2021 foram recomprados mais R\$ 5.400.

O Instrumento de Dívida e as Letras Financeiras Subordinadas, citados anteriormente, têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigência da Resolução CMN nº 4.192 para que possam ser elegíveis ao Nível I do Patrimônio de Referência.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.192, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização. Com a publicação da Resolução CMN nº 4.679, de 31.07.2018 esses contratos tiveram seus saldos congelados na posição de 30.06.2018 e estão sendo excluídos do Nível II do PR à razão de 10% ao ano, a partir do exercício de 2020. Esses dois contratos, embora não seja exigência da Resolução CMN nº 4.192, também são perpétuos.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. o CMN determinou, em sua Res. 4.615 de 30.11.2017, um limite mínimo de 3% para a Razão de Alavancagem. A situação do Banco está demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
PR Nível I	8.132.403	6.675.190
Exposição Total	107.125.286	105.711.799
Razão de Alavancagem (%)	7,59	6,31

**Notas Explicativas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	9.958.486	8.729.534
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	4.979.243	4.364.767
Situação	261.110	234.094
Margem	4.718.134	4.130.673
Índice de imobilização	2,62%	2,68%

NOTA 31 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

A política de transações com Partes Relacionadas do Banco dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as Partes Relacionadas, tais como: depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Passivos		
Ministério da Economia/ Depósitos a Prazo - FAT (Notas 14.b e 28)	12.203	14.837
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 15.b)	1.446.415	1.213.953
Tesouro Nacional	710	614
BNDES	1.171.030	1.174.358
Finame	22.760	38.981
Fungetur	251.915	-
Outras Obrigações	23.873.256	18.267.964
FNE	19.713.641	14.300.617
SUDENE/FDNE	607.683	625.252
Ministério da Infraestrutura/ Fundo da Marinha Mercante (FMM)	90.414	98.942
União/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	118.643	82.171
União/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Nota 18.a)	500.000	500.000
FNE/Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18.c)	2.842.875	2.660.982
Total	25.331.874	19.496.754

a.2) Apresentam-se a seguir, os saldos das obrigações com Planos de Benefícios Pós-Emprego:

Especificação	31.12.2021	31.12.2020
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 25.k)	948.949	1.093.069
Plano de Assistência Médica (Nota 25.k)	1.746.033	2.194.237
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Nota 25.k)	280.857	368.074
Total	2.975.839	3.655.380

Notas Explicativas **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e**
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.3) Os Resultados decorrentes de transações com Partes Relacionadas estão relacionados abaixo:

Especificação	2º sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Ministério da Economia/Depósitos a Prazo - FAT	(65.722)	(90.971)	(52.026)
Tesouro Nacional	(12)	(96)	(109)
BNDES	(68.189)	(181.042)	(170.160)
Finame	(875)	(4.498)	(6.527)
União/Ministério da Infraestrutura/Fundo da Marinha Mercante (FMM)	(6.706)	(7.695)	(19.583)
União/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	(3.614)	(5.415)	-
FNE	253.269	1.049.827	1.391.806
SUDENE/FDNE	11.906	23.342	23.522
União/ Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	(57.018)	(108.202)	(82.568)
FNE/Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(118.102)	(181.893)	(115.782)
Plano de Aposentadoria e Pensão BD	(44.943)	(89.453)	(76.693)
Plano de Aposentadoria e Pensão CV I	(38.962)	(68.687)	(65.216)
Plano de Assistência Médica	(98.005)	(229.221)	(157.729)
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego	(13.745)	(27.973)	(27.253)

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Honorários	1.979	4.115	4.330
Diretoria	1.762	3.658	3.782
Conselho de Administração	136	267	277
Conselho Fiscal	81	190	271
Outros	1.094	1.814	2.171
Remuneração Variável (RVA) ⁽¹⁾	293	878	936
Total dos Benefícios de Curto Prazo	3.366	6.807	7.437
Benefícios Pós-Emprego	155	302	294
Total	3.521	7.109	7.731

⁽¹⁾ 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

NOTA 32 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Especificação	2º sem/2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Resultado Recorrente	772.301	1.463.164	1.441.144
(+) Resultado Não Recorrente	135.769	155.329	(421.923)
<i>Impairment</i> de Títulos ⁽¹⁾	-	-	(312.047)
Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) ⁽²⁾	-	-	(30.312)
Provisão Prudencial ⁽³⁾	509.914	509.914	(509.914)
Crédito Tributário – Obrigação Fiscal Diferida ⁽⁴⁾	-	21.618	-
Redução da Taxa de Administração e <i>Del Credere</i> do FNE ⁽⁵⁾	(211.945)	(211.945)	-
(+) Efeitos fiscais, de IECF e PLR sobre itens extraordinários ⁽⁶⁾	(162.200)	(164.258)	430.350
Lucro Líquido	908.070	1.618.493	1.019.221

⁽¹⁾ Valores reconhecidos como perda de caráter permanente para a carteira de Títulos do Banco, consoante previsto no artigo 6º, da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001;

⁽²⁾ Despesas de indenizações com o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID);

⁽³⁾ Provisão prudencial representando acréscimo aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas macroeconômicas baseadas em cenários de estresse;

Notas Explicativas **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e**
Semestre findo em 31 de Dezembro de 2021
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

⁽⁴⁾ Constituição de crédito tributário e obrigações fiscais diferidas considerando a alteração de alíquota da CSLL de 20% para 25% a partir de 1º de julho de 2021 (Lei nº 14.183 de 14.07.2021), com vigência até 31 de dezembro de 2021;

⁽⁵⁾ Redução da Receita com Taxa de Administração e Del Credere do FNE no período julho a setembro de 2021 por força da vigência da Medida Provisória nº 1.052, de 19.05.2021; e

⁽⁶⁾ Valores calculados sobre os itens 1 a 5 do Resultado Não Recorrente.

NOTA 33 - Outras Informações

a) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras Individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

b) Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 22 de fevereiro de 2022.

Fortaleza (CE), 22 de fevereiro de 2022.

A Diretoria

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Contingências trabalhistas, fiscais e cíveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria, devido ao fato de que a expectativa de perda e os montantes atribuídos envolverem julgamentos da administração e de seus assessores jurídicos, sobre temas muitas vezes complexos.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, obtivemos confirmações quanto aos processos em andamento, com os assessores jurídicos internos e externos do Banco e confrontamos as estimativas de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis do Banco. Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e analisamos a razoabilidade das estimativas em relação a jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Analisamos, também, as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis as provisões e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos relevantes relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 25, compreendem benefícios de aposentadoria, saúde e seguro de vida. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que

contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação. Portanto, eventuais diferenças nas premissas e estimativas utilizadas no cálculo, podem afetar significativamente o resultado da avaliação atuarial e impactar o valor de obrigação atuarial determinado.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, benefícios pós-emprego, despesas de outras provisões contingenciais e ajustes a valor de mercado e instrumentos financeiros derivativos.

Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 22.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, o Banco classifica o nível de risco das operações de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da administração.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Efetuamos, entre outros testes, análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste e, recalculamos a provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Adicionalmente, efetuamos procedimentos para mensuração das garantias e monitoramento das transações renegociadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação

dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para auxílio na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC-1RS062793/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, além do Estudo Técnico sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os documentos estão em condições de serem encaminhados para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Fortaleza (CE), 22 de fevereiro de 2022

O CONSELHO FISCAL

Fabiano de Figueiredo Araújo (Presidente) – Fernanda Peixoto Souto – Luiz Alberto da Silva Júnior

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Segundo Semestre de 2021

1 – Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Coaud) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (Consad), composto por até quatro membros eleitos pelo Consad, sendo um integrante do próprio Conselho. No endereço eletrônico do Comitê de Auditoria na internet em www.bnb.gov.br, encontram-se disponíveis o Regimento Interno do Comitê, as atas ou extratos de atas das reuniões bem como demais informações do Colegiado.

2 – Atribuições e Responsabilidades

O Comitê de Auditoria tem suas atribuições determinadas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto 8.945/2016, pela Resolução CMN 4.910/2021, pelo Estatuto Social do Banco do Nordeste do Brasil e por seu Regimento Interno.

Em síntese, compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade, transparência e a integridade das Demonstrações Financeiras, a efetividade, independência e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, bem como a qualidade e a efetividade do Sistema de Controles Internos e da gestão de riscos.

A Diretoria Executiva do Banco do Nordeste do Brasil S.A. é responsável por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter um Sistema de Controles Internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades com as normas legais e regulamentares.

O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) assessora o Consad em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação com o CRC.

A Auditoria Externa é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras semestrais e pela revisão das informações trimestrais (ITR) arquivadas na CVM, bem como avalia a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações, emitindo opinião sobre elas, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão.

A Auditoria Interna, responde pela avaliação independente, contínua e sistemática dos principais riscos a que o Banco está exposto. Os trabalhos abrangem as áreas e processos que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia do BNB, por meio de verificações quanto à existência, qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade dos controles internos para mitigação desses riscos.

3 – Atividades do período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

Durante o 2º semestre de 2021 o Coaud realizou 63 reuniões distribuídas ao longo de 37 dias de encontros de trabalho. Em face da continuidade das orientações de distanciamento social, todas as reuniões foram realizadas por meio de vídeo conferência, com exceção dos dias 15 a 17/09/2021, em que os encontros ocorreram de forma presencial, na sede do Banco do Nordeste.

Foram realizadas reuniões com o Conselho de Administração, com o Conselho Fiscal, com o Comitê de Riscos e de Capital, com a Diretoria Executiva e com gestores das principais áreas do Banco, incluindo, dentre outros, os responsáveis pelas áreas de Controles Internos e Compliance, Segurança, Tecnologia da Informação, Contabilidade, Controladoria, além de executivos das áreas de negócios. O Comitê também realizou reunião com a CAPEF - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil.

Nessas reuniões o Coaud abordou os temas elencados em seu planejamento para acompanhamento no período, inclusive aqueles decorrentes dos impactos da pandemia Covid-19. Sempre que entendeu necessário o Comitê fez demandas adicionais, ofereceu sugestões e emitiu recomendações.

O Comitê também acompanhou e atuou sobre demandas e resultados de inspeções e apontamentos de órgãos externos, tendo observado adequado nível de qualidade e tempestividade no atendimento a esses órgãos de controle. Com base em critérios de seleção baseados em risco e relevância, determinadas demandas foram levadas ao conhecimento e debatidas com o Conselho de Administração.

O Relatório Semestral de atividades, as atas das reuniões do Comitê, bem como o Plano Anual de Trabalho foram regularmente submetidos ao Conselho de Administração.

Não chegou ao conhecimento do Coaud, no semestre, a ocorrência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares perpetradas pela Administração, por funcionários ou por terceiros, que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição. As denúncias recebidas pelo Coaud foram comunicadas ao Conselho e encaminhadas à Auditoria Interna para tratamento na forma das normas.

Relativamente ao desempenho de suas atribuições e cumprimento do planejamento anual, o Comitê de Auditoria desenvolveu as

seguintes atividades:

3.1 Auditoria Interna

Em reuniões mensais com a Superintendência de Auditoria foram debatidos e avaliados os relatórios dos principais trabalhos e realizado acompanhamento das principais recomendações das auditorias interna e dos órgãos externos de fiscalização e controle. Também foi feito acompanhamento de casos relevantes de auditoria disciplinar e das Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pela Auditoria.

3.2 Auditoria Externa

O Coaud avaliou o planejamento e os resultados dos trabalhos realizados pelos auditores independentes, suas conclusões e recomendações, os principais assuntos de auditoria por eles abordados e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis relacionados às Demonstrações Financeiras e recomendações para melhoria dos controles internos. O Coaud acompanhou as implementações das respectivas recomendações para aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

3.3 Sistema de Controles Internos (SCI) e Compliance

Para a avaliação da efetividade do SCI e Compliance foram considerados, principalmente, os resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e externa, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controle e Risco, além das informações e documentos recebidos, oriundos de diversas áreas do BNB, as quais subsidiaram as análises realizadas pelo próprio Comitê.

3.4 Transações com Partes Relacionadas

O Coaud avaliou e monitorou, em conjunto com a Administração e com a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas e concluiu que as mesmas se encontram adequadas e de acordo com os requerimentos legais.

3.5 Parâmetros e resultado atuarial

Foram realizadas reuniões com as áreas responsáveis e com a entidade de Previdência Fechada sobre o processo de avaliação atuarial do BNB em relação aos planos patrocinados, bem como foram avaliadas as premissas utilizadas, a aderência das hipóteses atuariais e os resultados auferidos pelos planos.

3.6 Exposição a Risco

Foram avaliadas e monitoradas, em conjunto com o Comitê de Riscos e de Capital, as políticas, principais atividades e limites relacionados ao gerenciamento de riscos.

3.7 Demonstrações Financeiras

Foram examinadas e revisadas as Demonstrações Financeiras do BNB, inclusive notas explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório da Auditoria Independente, sem ressalvas, relativos a 31/12/2021.

Foram examinadas as principais práticas contábeis adotadas pelo Banco e analisadas mensalmente as variações mais relevantes nos saldos e suas respectivas origens, a partir das demonstrações contábeis fornecidas pela Superintendência de Controladoria e demais informações providas pela Diretoria de Controle e Risco.

Ao longo do semestre, o Coaud reuniu-se com os auditores independentes para avaliar os aspectos de independência dos auditores e do ambiente de controle na geração das informações a serem divulgadas.

3.8 Recomendações do Comitê de Auditoria

O Comitê analisou temas de sua responsabilidade e que foram objeto de pauta do Conselho de Administração durante o semestre. Nessas ocasiões manifestou opiniões e emitiu sugestões para assessorar o Conselho na tomada de decisões.

Além disso, foram feitas durante o semestre novas recomendações e acompanhada a implementação das recomendações existentes.

4 – Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, e com as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria apresenta suas conclusões, a seguir:

- a) O Sistema de Controles Internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco, oferece segurança razoável de que os objetivos relacionados à eficiência e à eficácia operacional, ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e à proteção dos ativos do Banco estão sendo atingidos e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) A Auditoria Interna mostrou-se efetiva, tendo atuado com independência e objetividade. Sua estrutura e recursos foram considerados adequados para o exercício das funções e manutenção dos projetos de melhoria em curso;
- c) A Auditoria Independente é efetiva e atuou com independência. Sua atuação foi adequada e contribuiu para assegurar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras;
- d) As transações com partes relacionadas, avaliadas e monitoradas no período em conjunto com a Administração e com a Auditoria Interna, estão em conformidade com as normas aplicáveis.

- e) Há razoabilidade nos principais parâmetros e premissas em que se fundamentam os cálculos atuariais dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelo Banco;
- f) As principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração e contam com monitoramento contínuo do CRC.
- g) As Demonstrações Financeiras do 2º semestre de 2021 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco.

Fortaleza (CE), 22 de fevereiro de 2022.

Comitê de Auditoria

João Decio Ames (Coordenador) – João Andrade Vieira da Silva – Leonardo Faletti – Luiz Alberto de Castro Falleiros (Membros)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2021.

Fortaleza, 10 de Fevereiro de 2022

DIRETORIA: José Gomes da Costa (Presidente Interino e Diretor Financeiro e de Crédito) – Anderson Aorivan da Cunha Possa (Diretor de Negócios) – Bruno Ricardo Pena de Sousa (Diretor de Planejamento) – Haroldo Maia Júnior (Diretor de Administração) – Lourival Nery dos Santos (Diretor de Controle e Risco).

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado em 22 de fevereiro de 2022, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2021.

Fortaleza, 22 de Fevereiro de 2022

DIRETORIA: José Gomes da Costa (Presidente Interino e Diretor Financeiro e de Crédito) – Anderson Aorivan da Cunha Possa (Diretor de Negócios) – Bruno Ricardo Pena de Sousa (Diretor de Planejamento) – Haroldo Maia Júnior (Diretor de Administração) – Lourival Nery dos Santos (Diretor de Controle e Risco).